GRUPO IMPAR



30 anos
1992 - 2022

IMPAR
seguros

RELATÓRIO & CONTAS 2022

Construindo Relações de Confiança!

Índice

Índice 2

I – RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO 3

1. MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO 4

2. ÓRGÃOS SOCIAIS 5

3. GOVERNAÇÃO DA SOCIEDADE 6

4. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO 8

4.1 Situação Económica Mundial 8

4.2 Situação Económica Nacional 14

4.3 Mercado de Seguros em Cabo Verde 18

5. FATOS RELEVANTES 20

6. PRINCIPAIS INDICADORES E VARIAVÉIS 23

7. A ACTIVIDADE DA IMPAR EM 2022 24

7.1. SÍNTESE DA ATIVIDADE 24

7.3 CUSTOS COM SINISTROS DE SEGURO DIRETO 26

7.4 PROVISÕES TÉCNICAS 27

7.5 RESSEGURO CEDIDO 28

7.6 SALDO TÉCNICO LÍQUIDO DE RESSEGURO 28

7.7 CUSTOS OPERACIONAIS 29

7.8. INVESTIMENTOS 29

7.9 RECURSOS HUMANOS 30

7.10 RESULTADOS DO EXERCÍCIO 32

7.11 CAPITAL PRÓPRIO E MARGEM DE SOLVÊNCIA 33

7.12 SISTEMAS DE GESTÃO DE RISCO E CONTROLO INTERNO 33

8. PERSPETIVAS PARA 2023 34

9. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS 35

10. CONSIDERAÇÕES FINAIS 36

II – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 38

III – ANEXO ÀS CONTAS 44

IV – PARECER DO ATUÁRIO 102

V – PARECER DO FISCAL ÚNICO 104

VI – RELATÓRIO DE AUDITORIA 106

I – RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

1. MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Há 30 anos, mais precisamente a 22 de Janeiro de 1992, nascia na cidade do Mindelo a ÍMPAR a primeira Instituição Financeira privada da história de Cabo Verde.

O País tinha entrado nessa altura numa nova e importante fase da sua história, com as primeiras eleições livres e democráticas ocorridas a 13 de Janeiro de 1991 e o Governo de então iniciou um ambicioso programa de reformas económicas que visavam abrir o país ao mundo, permitindo o Investimento privado nacional e estrangeiro.

Atentos às mudanças em curso, dois cabo-verdianos, Augusto Vasconcelos Lopes e Corsino Fortes, resolvem embarcar juntos na aventura de criar a primeira seguradora privada nacional. Num curto espaço de tempo, conseguem angariar para o projecto mais 50 empresários nacionais e ainda as empresas portuguesas Marconi e Império, esta última a maior seguradora de Portugal na altura.

É mobilizada para o projecto a quantia de 200 mil contos, valor astronómico na conjuntura económica dessa época, ficando o capital social repartido em partes iguais entre os accionistas cabo-verdianos e portugueses.

Num contexto ainda de incerteza política e económica, num mercado exíguo, estes empreendedores lançam mãos à obra da conquista de um mercado até então totalmente dominado por uma única empresa estatal, que detinha todos os grandes clientes de uma economia controlada por empresas igualmente estatais.

Seria difícil imaginar um cenário de partida mais adverso.

Foi um longo caminho percorrido começando com um volume de negócios de 69 mil contos em 1992, facturando hoje mais de um milhão e duzentos mil contos.

30 anos depois, podemos afirmar sem receio que se trata de uma das mais relevantes histórias de sucesso empresarial deste País, pois a IMPAR é a Seguradora mais rentável de forma consecutiva há mais de uma década e o BCN é o Banco que mais cresce desde que o adquirimos em 2017.

Concluo citando um dos nossos patronos, o nosso saudoso e eterno Presidente, Corsino Fortes, "Raízes ensinam às ilhas a plantar árvores na boca do vento" que espelha, de forma ímpar a nossa persistência, a nossa confiança, a nossa esperança e a forma de estar da nossa instituição.

Luís Vasconcelos Lopes
Presidente do Conselho de Administração

2. ÓRGÃOS SOCIAIS

Assembleia Geral

Presidente	Augusto Vasconcelos Lopes
Vice-presidente	Alfredo Barbosa Fernandes
Primeiro Secretário	Diamantino Andrade Soares
Segundo Secretário	José Paulino Modesto

Conselho de Administração

Presidente	Luís Vasconcelos Lopes
Vice-Presidente	Paulo de Oliveira Lima
Administrador Delegado	António Raposo Correia
Administrador	Joaquim Alberto Vieira Coimbra
Administradora	Sandra Almiro Coimbra

Conselho Fiscal

Fiscal Único	António Pedro Gomes Silva
Suplente Fiscal Único	Carlos Augusto da Fonseca Monteiro

3. GOVERNAÇÃO DA SOCIEDADE

O sistema de governação da Companhia é composto por uma estrutura organizacional adequada e transparente, com responsabilidades devidamente definidas e segregadas e um sistema eficaz de transmissão de informação. Este sistema de governação, proporcional à natureza, dimensão e complexidade das atividades e dos riscos da Companhia, tem como objetivo promover uma gestão sã e prudente da atividade, assegurando uma adequada gestão de capital e garantindo um nível de excelência no serviço prestado aos clientes, bem como na relação com os diversos stakeholders.

Na base deste sistema estão princípios como a transparência, a integridade, a responsabilidade e um processo de decisão consensual e fundamentado. Os Acionistas deliberam nos termos da lei, designadamente através de Assembleias Gerais convocadas pelo Conselho de Administração ou de qualquer Acionista titular de mais de 5% do capital da Sociedade.

A Assembleia Geral de Acionistas reúne ordinariamente, pelo menos uma vez por ano, no prazo de três meses a contar da data de encerramento do exercício e tem como principais competências deliberar sobre o relatório de gestão e contas do exercício anterior, deliberar sobre a proposta de aplicação de resultados, proceder à apreciação geral da administração da Companhia e proceder às eleições que legal e estatutariamente lhe sejam atribuídas ou aquelas que eventualmente se tornem necessárias.

A administração de todos os negócios e interesses da Companhia é assegurada por um Conselho de Administração composto por cinco Administradores, entre os quais um Administrador Delegado com a responsabilidade pela gestão corrente da Companhia. O mandato dos membros que o constituem é de quatro anos e reúne bimensalmente e sempre que o interesse da Companhia o exija.

As deliberações do Conselho de Administração são tomadas por maioria absoluta dos votos dos Administradores presentes ou representados, tendo o Presidente voto de qualidade em caso de empate.

Sem prejuízo do ponto anterior, existem matérias que requerem a aprovação por maioria qualificada de pelo menos dois terços dos Administradores em funções (não existindo para este efeito voto de qualidade do Presidente). Entre outras, destacam-se: aprovação do plano estratégico, plano de negócios e orçamento anual; concessão ou obtenção de garantia, empréstimos, linhas de crédito ou outras formas de financiamento, investimentos em ativos de capital que não resultem do curso normal da atividade, modificação dos princípios e práticas contabilísticas, e participação em qualquer forma de *joint venture*, aliança estratégica ou operações similares.

A fiscalização da Companhia compete a um Fiscal Único e um suplente, eleitos em Assembleia Geral por um período de quatro anos, reelegíveis por uma ou mais vezes.

Compete-lhe verificar a exatidão dos documentos de prestação de contas, verificar se as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados pela entidade conduzem a uma correta avaliação do património e dos resultados, elaborar

anualmente relatório sobre a sua ação fiscalizadora e emitir parecer sobre o relatório, contas e propostas apresentadas.

O Auditor Externo é designado pelo Conselho de Administração e validado em Assembleia Geral. Compete-lhe assegurar a total transparência e fiabilidade da informação contabilística da Companhia e do seu controlo financeiro interno. Tem a responsabilidade de conferir se todas as contas estão em conformidade com o estipulado pelas normas técnicas aprovadas ou reconhecidas pelo Supervisor, emitindo, após a revisão ou auditoria de contas, um relatório de certificação das mesmas, documentando a sua opinião sobre a situação financeira, os resultados das operações e os fluxos de caixa da Sociedade.

Os Directores Coordenadores funcionam como órgãos de coordenação e suporte à comunicação entre o Administrador Delegado e o processo de tomada de decisão nas duas Regiões do País (Barlavento e Sotavento).

Para além dos Coordenadores, existe o Comité de Apoio à Gestão, ao qual compete analisar as diversas temáticas apresentadas e emitir recomendações ao Administrador Delegado. O Comité é constituído pelo Administrador Delegado da Companhia, Diretores e chefias intermédias. As suas principais responsabilidades são:

Questões Técnicas: Analisar relatórios e propostas referentes à política de desenvolvimento de produtos e *pricing*, à análise técnica dos processos de subscrição e gestão de sinistros, a controlos atuariais, à estratégia de resseguro e ao controlo do *Business Plan*;

Questões de Risco: Avaliar e supervisionar os diferentes riscos face à capacidade e tolerância estabelecidos, analisar e monitorizar os níveis de capitalização e solvência, devendo alertar o Conselho de Administração relativamente a possíveis desvios. Adicionalmente deve propor e monitorizar as políticas de risco da Companhia e acompanhar e avaliar o sistema de controlo interno. Neste fórum são também apresentados e analisados os diferentes temas referentes à qualidade e à verificação do cumprimento;

Questões Comerciais: Analisar relatórios e propostas relativamente à supervisão da evolução dos objetivos comerciais integrados no *Business Plan* da Companhia, da estratégia comercial de curto, médio e longo prazo e dos planos comerciais. Deve apresentar ao Conselho de Administração o *Business Plan* para os próximos cinco anos, bem como planos estratégicos;

Questões de Auditoria e Financeiras: Analisar relatórios e propostas referentes à informação económico-financeira, destacando-se a análise de resultados, o comportamento das diversas rubricas face ao previsto, à definição e monitorização do orçamento da Companhia, ao cumprimento ao nível do reporte regulamentar e à monitorização dos trabalhos de auditoria;

Questões de IT e Operações: Analisar relatórios e propostas relativamente à gestão operacional, aos serviços prestados por entidades externas e investimentos em tecnologia. Deve monitorizar os níveis de serviço operativos e tecnológicos, as incidências com clientes e rede de balcões. Além disso, analisa e aprova os modelos

operativos, bem como os custos tecnológicos e operativos previstos em coordenação com outros comités.

O processo de decisão contempla o Comité de Apoio à Gestão acima referido, que reúne com uma periodicidade trimestral.

Assim, os Diretores de cada uma das seis Direções, em conjunto com o Administrador Delegado, constituem as pessoas que dirigem efetivamente a Companhia.

4. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

4.1 Situação Económica Mundial

Em 2022, os indicadores macroeconómicos sinalizam uma forte desaceleração da economia mundial quando se esperava uma normalização pós pandemia. As várias crises que aconteceram durante este ano, entre as quais a guerra Rússia-Ucrânia, a inflação crescente e o aquecimento global, trouxeram um panorama pessimista que não se vivia desde a segunda guerra mundial.

Efetivamente, com a crise provocada pela pandemia da Covid 19, a alta de preços daí adveniente se afigurava transitória e concomitante à recuperação pós pandemia. Contudo, a guerra Rússia-Ucrânia e a escalada dos preços da energia mudaram esta perspetiva, levando a inflação a níveis não vistos desde os anos de 1970-80 e deixando milhões de famílias em países desenvolvidos em situação de precariedade, além de colocar os países pobres em risco de miséria ainda maior.

As altas de preços motivaram a revisão, depois de vários anos, das taxas de juros diretoras, pelas principais autoridades monetárias do mundo. Assim, o BCE que durante mais de 6 (seis) anos manteve a taxa de juros central em 0%, procedeu a aumentos graduais da taxa diretora tendo atingido em dezembro 2,75%, refletindo 4(quatro) revisões efetuadas apenas durante o segundo semestre do ano. Igualmente, o Banco de Inglaterra e a Reserva Federal dos Estados Unidos procederam à revisão das respetivas taxas diretoras, que a dezembro de 2022 situava-se nos 3,5%, para o caso do Reino Unido e entre 4,25% e 4,5% para o caso dos EUA.

De acordo com as previsões do Fundo Monetário Internacional (FMI) , o crescimento da economia global em 2022 irá desacelerar-se tendo em conta o impacto negativo contínuo da pandemia, os danos às cadeias de suprimentos globais, o aumento dos preços de energia e de bens alimentares, as políticas de contração adotadas pelos bancos centrais nas principais economias desenvolvidas e o impacto do conflito Rússia-Ucrânia.

Os três maiores motores de crescimento mundial, os EUA, a Zona Euro e a China, vivenciaram um período de fraqueza pronunciada com reflexos adversos nas economias de mercados emergentes e países em desenvolvimento (EMDE's).

As EMDE's, sofreram, de várias formas, os impactos das mudanças drásticas na economia global, incluindo a desaceleração do crescimento económico global, que reduziu a demanda por exportações desses países; o aumento das taxas de juros nas economias avançadas e o aperto nos mercados financeiros globais e as respetivas consequências do aumento dos custos de financiamento, entre outros.

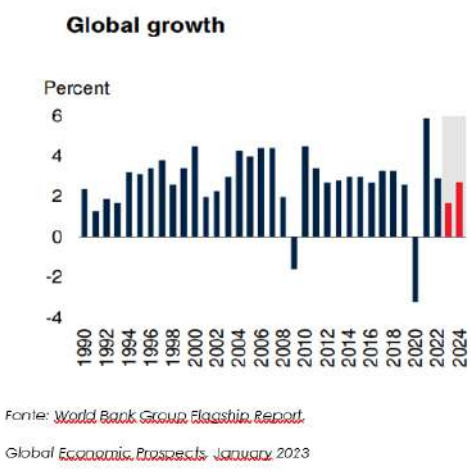
Para a economia global, em 2022 espera-se uma taxa de crescimento de 2,9%, sendo que para as economias avançadas espera-se uma taxa de crescimento de 2,5% (a quarta mais rápida desaceleração dos últimos 50 anos); para os mercados emergentes e economias em desenvolvimento (EMDE's) a taxa de crescimento esperada é de 3,4%; e para as economias dos países de rendimento baixo (LIC's), a taxa de crescimento esperada é de 4%.

A inflação mundial permaneceu alta e bem acima das metas dos bancos centrais em quase todas as economias refletindo uma combinação de fatores relacionados com a oferta e a procura, incluindo grandes aumentos de preços para produtos alimentares e energéticos cotados em dólares dos EUA.

Efetivamente, os efeitos atrasados dos apoios macroeconómicos durante a pandemia, do lado da procura e a escassez de matérias-primas, do lado da oferta, agravado pela guerra Rússia-Ucrânia, contribuiu, substancialmente, para o aumento do preço de energia e de bens alimentares. Praticamente todas as economias sofrerão pressões inflacionistas, sendo expetável que a inflação global atinja os 7,6%.

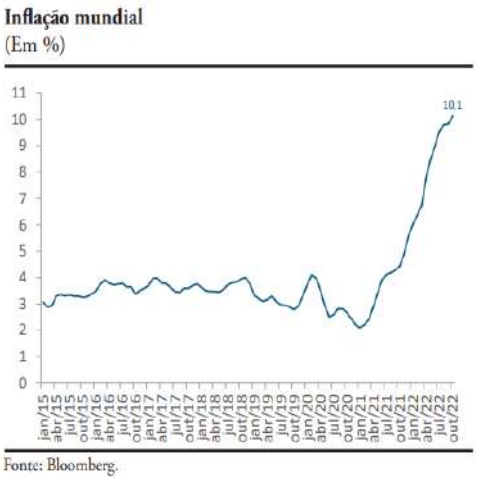
A inflação crescente e persistente obrigou à adoção de políticas monetárias restritivas com reflexos a nível da deterioração das condições financeiras globais, com impactos a nível da apreciação do USD. Efetivamente, muitos países tiveram uma grande depreciação da moeda que se traduziu em altos preços de importação, no produtor e no consumidor, sendo o seu efeito maior nos denominados LIC's quando comparado com as EMDE's. A inflação teve ainda impactos a nível do mercado de emprego.

.



Fonte: World Bank Group Flagship Report

Global Economic Prospects, January 2023



Fonte: Bloomberg.

Nos **EUA**, de um dos ciclos mais agressivos de aperto de política monetária na história recente, espera-se que abrande o crescimento acentuadamente.

O aumento dos preços de alimentos e da energia, juntamente com condições restritas do mercado de trabalho levou a inflação, em 2022, para valores de máximos de várias décadas, antes de as pressões nos preços começarem a se aliviarem no final do ano.

A atividade contraiu na primeira metade do ano e a procura interna permaneceu fraca na segunda metade do ano, com particular alívio no investimento residencial.

Estima-se que o crescimento tenha abrandado em 2022 para 1,9%.

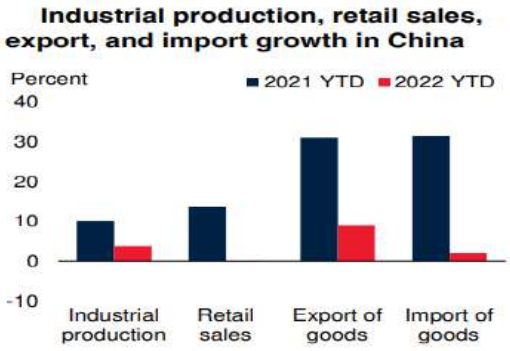
Na **Zona Euro,** a atividade na primeira metade do ano de 2022 excedeu as expectativas. Contudo, na segunda metade do ano, como consequência da subida dos preços da energia e incertezas no fornecimento, agravado pela subida dos custos de financiamento, a atividade enfraqueceu substancialmente.

Os níveis da inflação subiram para valores recordes na medida em que a guerra Rússia-Ucrânia levou a cortes de fornecimento do gás natural e ao aumento dos preços da energia que, apesar de alguma moderação permanecem bem acima dos níveis que antecedem a invasão, dificultando a produção industrial e alimentando incertezas.

Amplas medidas fiscais foram levadas a cabo pelos governos europeus com vista a amortecer o impacto do aumento do preço da energia nas famílias e empresas. O crescimento da economia na Zona Euro em 2022 está estimado nos 3,3%.

Na **China**, a atividade económica deteriorou-se notoriamente em 2022. O ritmo de crescimento enfraqueceu tendo em conta as contínuas restrições e perturbações ligadas à Covid19, a seca sem precedentes e o stress do setor imobiliário com reflexos, do ponto de vista interno, nos níveis de investimento, produção industrial e vendas a retalho e, do ponto de vista externo, considerando o papel da China no comércio internacional.

Estima-se um crescimento desacelerado de 2,7%, à exceção do ano de 2020, o mais baixo ritmo de crescimento desde meados da década de 70.



No **Reino Unido,** a economia terá crescido 4,2% em 2022, sendo esta evolução o reflexo de um conjunto de fatores (entre os quais as restrições estruturais da oferta, os limitados estímulos fiscais e as perturbações comerciais posteriores ao Brexit) que se associam aos impactos negativos da guerra na Ucrânia sobre os preços da energia, a confiança dos consumidores e as cadeias de fornecimento das empresas.

Relativamente à inflação, a estimativa é de 9,1% em 2022. O aumento das contas de energia e dos preços dos alimentos, associado ao aumento dos custos de importação devido à fraqueza da libra esterlina, esteve na origem dos níveis de inflação registados em 2022, tendo-se chegado, durante este ano, a máximos de 41 anos.

Quanto ao mercado de trabalho, as previsões são para evoluções desfavoráveis que refletem as incertezas em todos os sectores de atividade.

No **Japão**, em 2022, o crescimento abrandou tendo em conta que os altos preços da energia e estrangulamentos na oferta desgastaram o poder de compra das famílias e atenuaram o consumo. Estima-se que a economia no Japão cresça 1,2% em 2022.

A atividade nas **EMDEs** desacelerou-se acentuadamente em 2022, com destaque para o segundo semestre do ano, na sequência das apertadas condições financeiras globais, alta inflação, com reflexo nos gastos com o consumidor, fraquezas nas maiores economias, procura externa atenuada e reflexos da persistente guerra Rússia - Ucrânia.

O aumento de preços tem prejudicado o rendimento real, particularmente no caso das famílias vulneráveis.

O investimento privado tem sido fraco e prevê-se que o seu crescimento se mantenha abaixo do seu ritmo médio de 2000 a 2021, refletindo custos de empréstimos mais elevados, fraca confiança e elevada incerteza.

A desaceleração na procura global pesou no crescimento da exportação nas EMDEs, especialmente nas economias com ligações comerciais fortes com os EUA, a Área Euro e a China.

A estimativa para o crescimento em 2022 é de 3,4%, a desaceleração mais acentuada no crescimento das EMDEs excetuando-se as recessões globais de 2009 e 2020.

Com relação aos **LICs** a atividade económica deteriorou-se ao longo do ano na medida em que a insegurança alimentar e a pobreza piorou, com a inflação na região mediana das LICs a duplicar desde o início do ano.

O custo de vida aumentou e crescentes faturas de importação pesaram no crescimento, particularmente nas LICs sem espaço político para proteger populações vulneráveis do aumento dos preços de alimentos e energia.

A atividade nas LICs também sofreu pelo abrandamento da procura externa, aperto da dívida, bem como fragilidades e conflitos em curso.

Para o ano de 2022, a estimativa de crescimento da economia nos países de rendimento baixo é de 4%.

A economia **portuguesa** teve um crescimento notável em 2022, num contexto ainda marcado pela pandemia, pela guerra na Ucrânia e pela crise energética. Depois de uma forte retração em 2020 e uma recuperação parcial em 2021, em 2022 a economia portuguesa é a segunda economia que mais cresceu na união europeia, com uma taxa de crescimento do PIB estimada em 6,8%, ficando apenas atrás da Irlanda.

Este crescimento, que não se verificava há 35 anos, é explicado pelo aumento das exportações (que chegaram a atingir 50% do PIB em 2022) e pelo investimento externo (conforme a recuperação da capacidade de captação de investimentos do país).

No que se refere às exportações, destaca-se os valores recordes das receitas alcançadas no turismo (a superarem, em 14%, o recorde histórico do ano de 2019) que influenciam toda a economia; o volume das exportações de bens com a conquista de novos mercados e o aumento dos preços; o desempenho alcançado nas exportações nos sectores como a metalomecânica, o fabrico de máquinas e equipamentos e nos sectores têxtil e do calçado.

No mercado de trabalho, destaca-se também os resultados alcançados nos números do emprego, com registos de máximos de população empregada. O ano de 2022 trata-se do ano com a menor taxa de desemprego registada de sempre em Portugal, 5,8%, que corresponde a 0,8 p.p abaixo da taxa registada na Zona Euro.

À semelhança do que aconteceu a nível mundial, fatores como a guerra na Ucrânia e a acentuada crise energética e as pressões dos preços da energia tiveram o seu impacto sobre a inflação. Em 2022, estima-se uma taxa de inflação média de 8%, inferior à média esperada para a Zona Euro (8,5%).

O desempenho da **economia africana** em 2022 reflete um ano difícil para o continente, no geral, e demonstra uma tendência que compromete os esforços de redução da pobreza.

As persistentes pressões pandémicas e inflacionistas causadas pela guerra Rússia-Ucrânia (ambos grandes fornecedores de cereais à África) são fatores que muito dificultaram o desempenho da economia africana em 2022 e poderão empurrar milhões de pessoas em todo o continente para a pobreza extrema.

Espera-se que o PIB de África em percentagem do PIB mundial caia, em 2022, para o nível mais baixo de 20 anos (invertendo-se, assim, o processo de convergência que estava em curso).

É de se referir, ainda, um dos grandes desafios para o desenvolvimento da África, as alterações climáticas e que se traduzem em ajustar medidas de adaptação climática e mitigação das emissões de gases com efeito de estufa, assegurando, simultaneamente, o desenvolvimento social e económico. O continente perde entre 5% a 15% do produto interno bruto devido às alterações climáticas.

Na África Subsaariana, a inflação recorde, os altos níveis de dívida pública e a desvalorização da moeda fizeram o custo de vida disparar em vários países, levando ao retrocesso na redução da pobreza. As previsões para a dívida pública em 2022 apontam para 58,6% do PIB. A estimativa para o crescimento da economia da África subsaariana é de 3,3% em 2022.

Comércio Global

O comércio global desacelerou na segunda metade do ano, em conjunto com a desaceleração da atividade nas grandes economias, tendo sido o reflexo do abrandamento da produção industrial global, na medida em que a procura se deslocou para a sua composição pré-pandemia.

Apesar desta moderação, o comércio de mercadorias superou os níveis pré-pandemia. O comércio de serviços continuou a recuperar apoiado pela mudança gradual na procura pelos serviços.

Os fluxos turísticos recuperaram-se na sequência do alívio das restrições de viagens em muitos países, permanecendo, contudo, bem abaixo dos níveis pré-pandémicos e desiguais entre as regiões.

Em relação às cadeias de abastecimento, é de se referir que, embora as pressões globais estejam ainda acima dos níveis pré-pandemia, conheceram alívios desde meados do ano de 2022, conforme refletido nos mais baixos custos de transporte e normalização do stock.

É de se referir, no entanto que, um conjunto de fatores como procura global mais fraca do que o esperado; intensificação do protecionismo comercial; fragmentação das redes comerciais e preocupações de segurança sobre as cadeias de

abastecimento, poderão pôr em causa as perspetivas de crescimento do comércio global.

Para o ano de 2022, as estimativas apontam para o crescimento do comércio global, na ordem dos 4%.

Mercados Financeiros

As condições financeiras globais têm sido cada vez mais apertadas com o apetite ao risco amortecido pelo abrandamento do crescimento global, persistente alta da inflação e mais rápido do que o esperado aperto monetário.

Os rendimentos dos títulos de dívida pública de longo prazo dos EUA e da Alemanha aumentaram, em 2022, ao ritmo mais elevado de quase 30 anos. O mercado de capitais em todo o mundo teve declínios substanciais.

Políticas monetárias mais apertadas das economias avançadas comprometeu os fluxos de capitais nas economias EMDEs.

A divisa dos EUA continuou a beneficiar do estatuto de ativo de refúgio em um contexto de elevada aversão ao risco e de receios crescentes de ocorrência de uma recessão na Europa associado à intensificação da crise energética.

A expetativa de novas subidas da taxa de juro de referência por parte da Reserva Federal dos EUA para fazer face ao agravamento das pressões inflacionistas, ampliando o diferencial de juros com a Área do Euro, contribuiu também para a apreciação acentuada do dólar em 2022.

A valorização do dólar trouxe aperto a uma ampla gama de mutuários com exposições em dólares e contribuiu para a inflação em vários países.

Condições de mercado cada vez mais difíceis levou a emissão de obrigações em 2022 a cair para o seu nível mais baixo em 10 anos. Importadores de energia com baixo *rating* de crédito viram aumentos especialmente acentuados no risco soberano.

4.2 Situação Económica Nacional

A economia nacional no ano de 2022 teve um desempenho positivo, não obstante o enquadramento externo menos favorável.

Ainda no primeiro semestre do ano, esta evolução positiva foi impulsionada pelos efeitos positivos de arrastamento do processo de recuperação da crise pandémica iniciada em 2021 com a eliminação das restrições associadas à pandemia e a reabertura da economia, bem como, pela forte recuperação do turismo cujo peso das exportações, depois de ter reduzido de 24,4% em 2019 para 8,9% em 2020, já havia recuperado para 17% no primeiro semestre de 2022 e estima-se que atinja os níveis pré-pandémicos em 2024. Contudo, as consequências da guerra na Ucrânia no que se

refere à inflação e o poder de compra, à incerteza e à confiança dos turistas, deverão condicionar o setor turístico em Cabo Verde cuja exportação deverá continuar a crescer mas a um ritmo mais moderado, sobretudo no ano de 2023.

Estes fatores mais do que compensaram os efeitos adversos decorrentes da guerra na Ucrânia e que intensificaram as pressões inflacionistas no país.

Do lado da procura, o contributo da procura externa líquida foi determinante para o desempenho da economia nacional. A procura externa líquida conheceu uma forte melhoria tendo em conta o crescimento das exportações (em particular dos serviços relacionados com o turismo e os transportes aéreos) a superar o crescimento das importações de bens e serviços.

Por seu lado, o contributo da procura interna para o desempenho da economia nacional em 2022 deverá ser negativo, em resultado do desempenho do investimento e do consumo público. O consumo privado, por sua vez, teve um contributo positivo.

O investimento conheceu uma queda significativa na sequência das restrições na oferta; do aumento dos custos de produção e da elevada incerteza relacionada com a guerra na Ucrânia. Por seu lado, a evolução do consumo público é explicada pelo desvanecimento do impacto temporário das despesas públicas associadas ao combate da pandemia, bem como, o abrandamento registado nos gastos de funcionamento em linha com a política pública de racionalização e contenção de gastos.

A evolução do consumo privado é explicada (i) pela eliminação das restrições relacionadas com a Covid19 e a concretização de despesas de consumo adiadas durante a pandemia; (ii) pelo aumento das remessas de emigrantes; (iii) pela redução da poupança acumulada durante a pandemia e (iv) pelas medidas de apoio tomadas pelo Governo no primeiro trimestre de 2022 para atenuar os efeitos da alta de preços dos combustíveis e dos bens de primeira necessidade.

No que se refere à oferta, o desempenho da economia em 2022 foi impulsionado pelo aumento do valor acrescentado bruto do sector dos serviços, sobretudo, dos sectores de alojamento e restauração, comércio e transportes, bem como, dos impostos líquidos de subsídios arrecadados.

Em relação aos sectores da construção e da indústria transformadora, tendo em conta as restrições na oferta, sobretudo a nível do aumento dos custos de produção e de problemas no acesso a materiais e matérias-primas, em 2022 conheceram uma redução ou abrandamento no valor acrescentado bruto.

Perante o cenário da evolução dos principais indicadores de desempenho da economia, em 2022, a projeções para o crescimento do PIB nacional são de 4%.

A taxa de **inflação** média anual para o ano de 2022 foi de 7,9%, e reflete o aumento dos preços das matérias-primas energéticas e não energéticas (sobretudo dos alimentos) no mercado internacional em resultado das restrições da oferta, bem como, as pressões decorrentes da reabertura da economia e da recuperação da procura (principalmente no sector dos serviços).

O aumento das pressões inflacionistas traduziu, principalmente, o aumento dos preços das classes de "Produtos Alimentares e bebidas não alcoólicas", "Transportes" e "Habitação, água, eletricidade, gás e outros combustíveis".

A inflação das classes de "Transportes" e "Habitação, água, eletricidade, gás e outros combustíveis" refletiu, em larga medida, a transmissão dos preços internacionais das matérias-primas energéticas aos preços internos, com a atualização em alta dos preços administrados de combustíveis (petróleo, gasóleo, gasolina e gás).

No que se refere às **contas externas**, conheceram uma evolução favorável marcada pelo processo de recuperação da crise pandémica na economia mundial e, particularmente, nos principais parceiros económicos do país bem como por um mercado de trabalho robusto na diáspora.

O défice da balança corrente conheceu uma melhoria em consequência do aumento das exportações, em particular, dos serviços de viagens de turismo e de transportes aéreos e das reexportações de víveres e combustíveis nos portos e aeroportos nacionais, bem como, do aumento das remessas dos emigrantes devido à dinâmica no mercado de trabalho dos países que acolhem a maioria dos emigrantes cabo-verdianos, do aumento nas outras transferências correntes de outros sectores (em particular, donativos de individualidades e instituições sem fins lucrativos) e a redução dos dividendos expatriados.

Entretanto, os aumentos registados nas importações de bens e de serviços explicados, sobretudo, pelo aumento no pagamento de *leasings* e outros serviços pela transportadora aérea nacional e pelas viagens pessoais dos cabo-verdianos, e nos pagamentos de juros da dívida externa pública, bem como, a queda nas transferências oficiais correntes (donativos), contribuíram para atenuar a evolução da balança corrente.

O desempenho da balança financeira, por seu lado, foi marcado por uma redução nos influxos líquidos de financiamento na economia, em resultado, em grande medida, da esperada redução dos desembolsos líquidos da dívida pública em virtude do aumento nos pagamentos das amortizações (de capital) da dívida associado à conclusão do período das moratórias do serviço da divida concedidas no âmbito da pandemia e ao fim do período de carência de alguns empréstimos.

Relativamente à **situação monetária e financeira**, prevê-se a expansão da oferta monetária, expressa pelo agregado M2, como resultado do aumento do crédito interno líquido e dos ativos externos líquidos do Banco de Cabo Verde, em particular das reservas internacionais líquidas do país.

O desempenho do crédito interno líquido foi impulsionado pela evolução do crédito à economia e do crédito líquido ao setor público administrativo.

O crédito à economia aumentou durante o ano, não obstante, em termos homólogos ter sofrido um abrandamento. Esta evolução do crédito à economia é explicada por

um conjunto de fatores, entre os quais, o processo de *phasing-out* gradual do serviço da dívida dos contratos de crédito sob o regime das moratórias, bem como, a não concessão de créditos no âmbito das linhas de crédito Covid-19 garantidas pelo Estado desde o primeiro trimestre.

Em relação ao crédito ao sector público administrativo, o crédito líquido aumentou durante o ano (não obstante o aumento dos depósitos do sector público administrativo) em resultado, essencialmente, da evolução do crédito ao governo central cujo crescimento, por sua vez, é explicado pelo crescimento no *stock* de emissão de títulos do tesouro.

Em termos de componentes, o aumento da liquidez na economia traduziu, essencialmente, a evolução dos passivos monetários, designadamente, o aumento dos depósitos à ordem em moeda nacional.

Os passivos quase monetários, por seu turno, diminuíram, determinado, essencialmente, pela queda dos depósitos a prazo em moeda nacional e depósitos em divisas de residentes. Os depósitos de poupança, por seu turno, registaram um crescimento, não obstante, em termos homólogos, terem sofrido um abrandamento. O uso das poupanças acumuladas pelos agentes durante a pandemia para fazer face à conjuntura atual de quebra no poder de compra causada pela elevada inflação, poderá justificar, em parte, a evolução destes depósitos.

Em termos da política monetária, considerando: (i) que a economia nacional prossegue uma trajetória de recuperação, com a atividade económica a beneficiar-se da performance do setor do turismo, cujos resultados superaram largamente as expetativas; (ii) que as reservas internacionais líquidas se situam num nível confortável, cobrindo mais do que cinco meses de importações de bens e serviços, considerado adequado para a manutenção da estabilidade do regime cambial de *peg* fixo; e,(iii) o contexto e as especificidades da economia nacional, o Banco de Cabo Verde entendeu ser relevante manter as orientações da política monetária, deixando as taxas de juros de referência nos níveis atuais, não obstante o alargamento do diferencial destas taxas face às da Área do Euro.

As **contas públicas** registaram uma melhoria do défice graças ao aumento das receitas fiscais e de outras receitas, refletindo a recuperação da atividade económica nacional, o agravamento de impostos sobre alguns produtos e a retoma dos serviços públicos após o levantamento das restrições associadas à pandemia da Covid 19.

As receitas fiscais aumentaram devido ao aumento na generalidade dos impostos e, principalmente, na arrecadação dos impostos sobre o valor acrescentado, sobre o rendimento de pessoas singulares e coletivas, sobre as transações internacionais e sobre o consumo especial. Esta evolução traduziu o impacto do aumento da atividade económica nacional e da cobrança de dívidas negociadas em prestações, bem como, do agravamento dos direitos de importações sobre alguns produtos e do imposto sobre o consumo de tabaco, bebidas alcoólicas e veículos novos e usados até quatro anos.

As outras receitas, por seu turno, aumentaram como reflexo, sobretudo, do aumento das receitas provenientes da venda de bens e serviços (cobrança de taxas de prestação de serviços).

As despesas correntes (de funcionamento e de investimento) aumentaram em resultado do acréscimo nos gastos, sobretudo devido a custo com pessoal; com a aquisição de bens e serviços; com os juros da dívida externa e com subsídios, nomeadamente, subsídios compensatórios da taxa de ocupação deficitária nos transportes marítimos de passageiros e de carga inter-ilhas, bem como, dos subsídios de compensação financeira às empresas petrolíferas e de eletricidade e às empresas importadoras dos produtos alimentares de primeira necessidade, no âmbito das medidas de política para reforçar a resiliência do sistema petrolífero/energético e do sistema alimentar do país face à escalada de preços a nível internacional.

É de se referir, no entanto, a redução dos benefícios sociais, nomeadamente, com o pagamento do rendimento social de inclusão às famílias mais afetadas pela pandemia da Covid19 e das transferências correntes, designadamente aos municípios, devido à descontinuidade da medida adotada pelo Governo de discriminação positiva para os municípios com uma população inferior a 15.000 habitantes.

As despesas com ativos não financeiros, por seu turno, cresceram tendo em conta o contributo não só do aumento na compra de ativos financeiros, mas também, a queda nas vendas de ativos financeiros.

A necessidade de financiamento do Estado determinou o recurso do Estado aos bancos e outros credores nacionais. O endividamento externo líquido, por sua vez, foi negativo, com as amortizações a superarem os desembolsos. Com efeito, o stock da dívida do Estado excluindo os Títulos de Rendimento de Mobilização de Capital (TRMC), aumentou no terceiro trimestre do ano, representando cerca de 144,7% do PIB projetado pelo Banco de Cabo Verde para 2022.

4.3 Mercado de Seguros em Cabo Verde

Dados provisórios de dezembro de 2022 indicam que o mercado segurador Cabo-Verdiano registou um aumento de cerca de 505 mil contos face a 2021, representando um crescimento de 17,2% da produção de Seguro Direto, a qual atingiu os 3,4 Milhões de contos significando um maior crescimento face aos 3,1% observados em 2021 face a 2020.

Tal recuperação foi em virtude da retoma da atividade económica, tendo o turismo tido um recomeço de actividades, o que contribui para a recuperação do PIB.

O referido crescimento do mercado percentualmente foi igual tanto no ramo Vida como no Não Vida 17%.

O Vida cresceu 16,9% passando de 426 mil contos para 498 mil contos e mantem um peso de 14,5% do total do Mercado.

O Ramo Não Vida cresceu 17,2%, atingindo quase 3 milhões de contos contra 2,5 milhões de 2021. Este aumento deve-se aos ramos Transportes, Automóvel e Viagens.

Podemos assim afirmar que o setor segurador nacional manteve a sua posição de solidez, credibilidade e resiliência, conseguindo assegurar de forma eficaz a proteção dos consumidores e da sociedade em geral.

Em termos legislativos, no decurso do ano de 2022, somente duas legislações foram publicadas no âmbito do mercado Segurador Nacional nomeadamente o Decreto-Lei 24/2022 (Alteração do Regime Jurídico do Seguro Obrigatório de Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais) e o Decreto-Lei 18/2022 (Regime excecional e temporário relativo aos contratos de seguro no âmbito da pandemia de COVID -19);

Assim e em resumo, as alterações legais ocorridas durante 2022 e com impacto na atividade seguradora Caboverdiana foram as seguintes:

Decreto-Lei 24/2022 (Alteração do Regime Jurídico do Seguro Obrigatório de Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais)

Alteração do Regime Jurídico do Seguro Obrigatório de Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais, aprovado pelo Decreto-lei nº 58/2020, de 29 de julho, no que tange a data de entrada em vigor

Altera o artigo 105º do Decreto-lei nº 58/2020, de 29 de Julho que passa a ter a seguinte redação:

"Artigo 105º

[…]

O presente diploma entra em vigor a 1 de janeiro de 2023.

Decreto-Lei 18/2022 (Regime excecional e temporário relativo aos contratos de seguro no âmbito da pandemia de COVID -19)

Estabelece o regime excecional e temporário relativo aos contratos de seguro, regulando o regime excecional de pagamento do prémio de seguro, o regime excecional aplicável em caso de redução de atividade, a formalização das alterações contratuais, bem como o dever de divulgação das medidas por parte das seguradoras, a supervisão, a regulamentação e o regime sancionatório, no âmbito da adopção de medidas de apoio social e económico no contexto da pandemia da Covid-19.

O presente diploma entrou em vigor no dia 09/06/2022 e vigorou até 31 de dezembro de 2022, sem prejuízo do período de produção dos efeitos contratuais que decorram da aplicação do disposto nos artigos 2º e 3º.

5. FATOS RELEVANTES

Janeiro	✓ 22 de Janeiro de 2022, a Companhia completou 30 anos de existência. Foi feita a promoção de uma campanha institucional massiva nos distintos canais, com ampla difusão interna e nos meios de comunicação, demonstrando o nosso foco na construção e preservação de uma relação de confiança e proximidade com os nossos clientes e parceiros, e buscando sempre apresentar soluções ajustadas as reais necessidades das famílias e do tecido empresarial nacional.
Março	✓ No dia 18 de Março é realizada no Hotel Porto Grande, Cidade do Mindelo, Ilha de São Vicente, a Gala do 30º aniversário da IMPAR Seguros, com a presença de ilustres convidados, parceiros e clientes com destaque para a singela homenagem aos acionistas fundadores através da oferta de um troféu simbólico por há 30 anos terem confiado nesse projecto que hoje é a Melhor Seguradora Caboverdiana e acima de tudo pelo grandioso contributo à grande causa que é actividade seguradora. ✓ A Feira Internacional de Energias Renováveis e Eficiência Energética 2022 (FIEREE), sob o lema "Para uma Economia Verde, Soluções Limpas e Eficientes" surge como um evento que visa impulsionar o Sector das Energias Renováveis e Eficiência Energética, teve lugar nos dias 24, 25 e 26 de Março de 2022, nas instalações da FIC na Cidade da Praia, Ilha de Santiago. A IMPAR promovendo os diversos produtos e serviços com enfâse aos produtos voltados para esse público-alvo, sob o lema: Proteja seus bens, priorize a sua tranquilidade."
Abril	✓ No âmbito da IX Semana Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho, a IMPAR Seguros esteve presente, a convite da IGT- Inspeção Geral do Trabalho promovendo "O novo Regime Jurídico do Seguro Obrigatório de Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais" regulamentado pelo Decreto-lei nº 58/2020 de 29 de Julho, na conferência realizada em homenagem às vitimas de acidentes de trabalho e doenças profissionais.
Maio	✓ O mês de Maio na Companhia foi dedicado aos colaboradores, um dos maiores pilares deste sucesso de 30 anos. Durante o mês vários colaboradores prontificaram-se em demonstrar o seu apreço e gratidão por serem parte da família IMPAR. ✓ Com vista a reforçar a presença e visibilidade da Companhia em certames internacionais do setor segurador a Ímpar esteve representada no XVIII Encontro de Resseguros do Estoril – Portugal, que contou com a presença do Presidente do Conselho de Administração, Administrador-Delegado e do Diretor Técnico e Resseguro. Este encontro Internacional de Resseguros realizado no Hotel Palácio do Estoril, nos dias 26 e 27 de maio de 2022, reuniu profissionais de seguros e os principais resseguradores de todo o mundo que operam no mercado português, num ambiente "de partilha de conhecimentos e discussão de ideias".

Julho	✓ Renovamos a parceria com a Federação Caboverdiana de Ténis, materializado através de um apoio financeiro, contribuindo assim, para a promoção desta modalidade desportiva em todo o território nacional. ✓ Estivemos presentes na Feira Automóvel da Caetano - Cabo Verde nos dias 14, 15 e 16, realizada anualmente no largo da Kebra Kanela, Cidade da Praia, Ilha de Santiago como parceira da concessionária, no ambito da nossa estratégia de angariação de novos negócios e proximidade com a nossa clientela e público em geral, a prestar informações e esclarecimentos sobre o seguro automovel e nosso produto AUTOIMPAR. AUTOIMPAR - Cuida melhor da sua viatura! ✓ O Grupo IMPAR foi patrocinador do evento em homenagem à vida e obra do saudoso Poeta Corsino Fortes, em parceria com o Gabinete do Vice Primeiro-Ministro, Ministro das Finanças e do Fomento Empresarial e Ministro da Economia Digital, no Jardim Jorge Barbosa, sito no Ministério das Finanças, na Cidade da Praia, Ilha de Santiago
Agosto	✓ No âmbito da parceria com a Câmara Municipal de Santa Catarina, a IMPAR Seguros esteve presente na 12ª edição da Semana do Emigrante, sob o lema: "Com os Emigrantes, Rumo ao Desenvolvimento", que decorreu na zona pedonal da Cidade de Assomada, Ilha de Santiago, de 1 a 6 de Agosto, com o intuito de dar a conhecer as melhores soluções de produtos e serviços aos emigrantes, empresários do Interior de Santiago. ✓ A IMPAR esteve presente na 10ª Edição do Mindel Summer Jazz, na Cidade do Mindelo, Ilha de São Vicente, como Patrocinadora Oficial do evento. ✓ Associamos às Aldeias Infantis SOS Cabo Verde no regresso às aulas, garantindo um apoio através da oferta de uniformes às crianças que são acolhidas na referida Aldeia.
Setembro	✓ Com vista a reforçar a presença e visibilidade da Companhia em certames internacionais do setor segurador, a Ímpar esteve representada na 55ª edição do Encontro de Resseguro de Monte Carlo realizado no Principado do Mónaco, de 10 a 15 de setembro de 2022, que contou com a presença do nosso Presidente do Conselho de Administração, aonde estavam reunidos os principais atores do mercado mundial do Resseguro: Resseguradoras, Seguradoras e Corretores de Seguro. Esse congresso internacional do Resseguro permite a reunião do conjunto dos participantes para debaterem questões ligadas ao setor. Ele marca igualmente o início das negociações anuais que conduzirão à renovação dos tratados de Resseguro. ✓ A IMPAR participou da IX Edição do Expomar - Feira das Atividades Económicas Ligadas ao Mar, sob o lema "nôs mar, nôs riqueza" que decorreu nos dias 29, 30 de setembro e 1 de outubro, no pavilhão da Enapor, Mindelo, São Vicente, com produtos específicos para o sector marítimo nomeadamente Seguro Marítimo-Casco, Transporte Mercadorias, Seguro Obrigatório Responsabilidade Civil Marítima, SOAT e serviços disponibilizados pela Companhia.

Outubro	✓ Participamos como um dos grandes parceiros da UNICV, na semana académica, realizada anualmente na universidade para o acolhimento e integração dos estudantes.
Novembro	✓ Ainda, na senda da comemoração do 30º aniversário, a IMPAR Seguros esteve presente nos dias 16 a 19 de novembro na XXVª edição da FIC - Feira Internacional de Cabo Verde, promovendo soluções de proteção sob o lema "Proteja o que para si tem valor", com uma oferta diversificada de produtos e serviços ajustados à realidade e ao dia-a-dia da sua clientela e ao público em geral, soluções intrínsecas a proteção de uma "Casa"; A Casa IMPAR foi um sucesso e bem acolhida pelos nossos clientes, parceiros e o público em geral, que fizeram com que a nossa participação nesta edição fosse memorável. Foram realizadas várias atividades paralelas, bem como, oferta diversificadas de brindes e o sorteio do Seguro Multirrisco Habitação.
Dezembro	✓ O dia 21 de Dezembro ficou marcado por uma visita especial do Grupo Coral SOS Stars à nossa Sede Administrativa no Plateau, Santiago, com a apresentação emocionante de canções natalinas aos colaboradores e clientes presentes.

6. PRINCIPAIS INDICADORES E VARIAVÉIS

	2 022	2 021	Var 22 / 21 ABS	Var 22 / 21 %
Produção				
Vida	164 629	147 650	16 978	11,5%
Não Vida	1 100 399	944 853	155 546	16,5%
IMPAR	**1 265 028**	**1 092 503**	**172 524**	**15,8%**
Vida	498 260	426 150	72 110	16,9%
Não Vida	2 945 983	2 513 249	432 734	17,2%
Mercado	**3 444 243**	**2 939 399**	**504 844**	**17,2%**
Vida	33,0%	34,6%		-1,6%
Não Vida	37,4%	37,6%		-0,2%
Quota	**36,7%**	**37,2%**		-0,4%
Seguro Directo	**430 176**	**492 542**	**(62 366)**	**-12,7%**
Prémios	1 265 028	1 092 503	172 524	15,8%
Sinistros	(479 884)	(327 060)	(152 824)	46,7%
Provisões	(146 021)	(67 226)	(78 795)	117,2%
Custos	(208 947)	(205 675)	(3 271)	1,6%
Resseguro	**(202 278)**	**(283 641)**	**81 363**	**-28,7%**
Prémios	(412 558)	(332 633)	(79 925)	24,0%
Sinistros	107 474	3 493	103 981	2977,0%
Provisões	28 999	(29 299)	58 298	-199,0%
Custos	73 806	74 798	(992)	-1,3%
Resultados				
Resultado Técnico	**227 898**	**208 901**	**18 997**	**9,1%**
Seguro Directo	430 176	492 542	(62 366)	-12,7%
Resseguro	(202 278)	(283 641)	81 363	-28,7%
Resultado Bruto	**852 048**	**591 480**	**260 568**	**44,1%**
Técnico	227 898	208 901	18 997	9,1%
Não Técnico (*)	624 150	382 579	241 572	63,1%
Resultado Liquido	**793 313**	**539 438**	**253 875**	**47,1%**
Resultado Bruto	852 048	591 480	260 568	44,1%
Imposto sobre o lucro	(58 736)	(52 042)	(6 693)	12,9%
Investimentos	**4 726 159**	**4 105 035**	**621 124**	**15,1%**
Financeiros	4 188 420	3 551 645	636 775	17,9%
Terrenos e Edificios	537 739	553 389	(15 650)	-2,8%
Provisões Técnicas	**1 464 365**	**1 261 691**	**202 674**	**16,1%**
Seguro Directo	1 933 651	1 646 380	287 270	17,4%
Resseguro	(469 286)	(384 689)	(84 596)	22,0%
Capital Próprio	**3 480 073**	**2 841 888**	**638 185**	**22,5%**
Capital Social	400 000	400 000	-	0,0%
Reservas e Resultados Transitados	2 286 761	1 902 450	384 310	20,2%
Resultado do Exercício	793 313	539 438	253 875	47,1%
Indicadores				
Rácio de Sinistralidade	37,9%	29,9%		8,0%
Rácio de Despesa	16,5%	18,8%		-2,3%
Rácio Combinado	**54,5%**	**48,8%**		**5,7%**
Taxa de Provisionamento	-11,5%	-6,2%		-5,4%
Rentabilidade técnica bruta	**34,0%**	**45,1%**		**-11,1%**
Taxa de Cedência (saldo de resseguro)	-16,0%	-26,0%		10,0%
Rentabilidade técnica liquida	**18,0%**	**19,1%**		**-1,1%**
Rentabilidade não técnica	49,3%	35,0%		14,3%
Rentabilidade bruta	**67,4%**	**54,1%**		**13,2%**
Fiscalidade	4,6%	4,8%		-0,1%
Rentabilidade liquida	**62,7%**	**49,4%**		**13,3%**
Taxa efectiva de imposto	**6,9%**	**8,8%**		**-1,9%**

(*) inclui todos os rendimentos

7. A ACTIVIDADE DA IMPAR EM 2022

7.1. SÍNTESE DA ATIVIDADE

No decorrer do ano 2022, a ÍMPAR manteve o foco em medidas delineadas para a consolidação dos níveis de desempenho com vista ao desenvolvimento sustentável. Foi estabelecido o crescimento dos prémios em segmentos de maior rendibilidade, a promoção da redução da taxa de sinistralidade e melhoria dos rendimentos financeiros.

No que tange à Produção, a Companhia registou um crescimento de 15,8%, tendo atingido um volume de prémios de 1.265 milhões de contos contra os 1.092 milhões de contos de 2021. A produção cresceu 172.524 contos, sendo 16.978 do ramo Vida.

A rúbrica de custos com sinistros apresentou o valor de 479.884 contos, representando um acréscimo 46,7% face aos 327.060 contos de 2021. Este acréscimo teve notoriedade no ramo Incêndio fruto das chuvadas de Setembro. No ramo Automóvel nota-se o efeito da passagem da pandemia no sentido de maior procura na compra de automóveis e consequente aumento de circulação.

Ao nível do Resseguro Cedido a IMPAR manteve a sua política de cedência, caracterizada pelo rigor na escolha dos seus Resseguradores. Assim, renovaram-se as participações com basicamente o mesmo leque do ano anterior. O resultado do resseguro cedido, situou-se nos 202.278 contos com uma variação positiva de 28,7% face a 2021.

A política de investimentos adotada pela IMPAR, permitiu um retorno dos seus ativos na ordem dos 34.596 contos representando um aumento dos resultados financeiros na ordem dos 27% face a 2021.

O resultado líquido depois da estimativa de imposto situou-se nos 793.312 contos, 253.875 contos acima dos 539.438 contos do ano 2021, impactado pelo reconhecimento de ganhos em subsidiárias, contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial, pela valorização dos imóveis de rendimento e pela reversão de provisões por contingências em investimentos. Expurgados os referidos efeitos, os resultados distribuíveis atingem os 190.050 contos, mais 29.119 contos do que os 160.932 contos gerados no exercício anterior.

De registar a consistência dos resultados ao longo do tempo, em todas as vertentes analisadas, que é fruto de uma preocupação constante da IMPAR na melhoria da qualidade do serviço aos clientes. O investimento humano em formação, em informação e em tecnologia tem sido muito significativo e tem sido decisivo para a obtenção destes resultados.

7.2 PRÉMIOS DE SEGURO DIRETO

mCVE

SEGURO DIRECTO	Prémios emitidos				Var 22/21%
Ramo / Grupo Ramos	2022	%	2021	%	
Vida	164 629	13%	147 650	14%	11%
Total I	**164 629**	**13%**	**147 650**	**14%**	**11%**
Não Vida					
Acidentes e doença	213 852	17%	184 664	17%	16%
Incêndio e outros danos	159 108	13%	151 660	14%	5%
Automóvel	474 986	38%	437 814	40%	8%
Maritimo, aéreo e transportes	180 771	14%	106 792	10%	69%
Responsabilidade civil geral	58 571	5%	52 812	5%	11%
Crédito e caução	13 112	1%	11 110	1%	18%
Total II	**1 100 399**	**87%**	**944 853**	**86%**	**16%**
Total I + II	**1 265 028**	**100%**	**1 092 503**	**100%**	**16%**

A produção cresceu 172.524 contos (+15,8%) sendo que destes, 16.978 devem-se aos produtos financeiros do ramo Vida.

Os restantes ramos cresceram 155.546 contos (16,5%) destacando-se os Acidentes com mais 29.188 (+15,8%), o Automóvel com mais 37.172 (+8,5%) e o ramo Transportes com mais 73.978 (+69,3%).

O sub-ramo Marítimo cresceu 22.786 contos (+30,8%) e o sub-ramo Aviação teve mais 51.192 contos (+156,4%) fruto do aumento de prémios dos TACV.

Nos Acidentes o crescimento é devido ao sub-ramo Assistência em Viagem que recuperou de 2 anos de quebra fruto da pandemia. O valor dos prémios de 2022 é similar ao de 2019.

A carteira apresentou uma boa performance (em termos de estabilidade da carteira), não obstante a estabilização dos ramos Não Vida. A produção de seguro direto atingiu 1.265.028 contos em 2022, o que reflecte um crescimento de +16% em relação ao ano anterior.

O mercado segurador apresentou uma variação positiva de 17,2% relativamente a 2021.

O ramo Automóvel continuou a ter grande relevância na estrutura de prémios da Companhia.

7.3 CUSTOS COM SINISTROS DE SEGURO DIRETO

mCVE

SEGURO DIRECTO	Custos com Sinistros				Var 22/21%
Ramo / Grupo Ramos	Ramosde sc	%	2022	%	
Vida	52 157	11%	21 567	7%	142%
Total I	**52 157**	**11%**	**21 567**	**7%**	**142%**
Não Vida					
Acidentes e doença	44 916	9%	26 742	8%	68%
Incêndio e outros danos	56 976	12%	8 824	3%	546%
Automóvel	306 078	64%	241 032	74%	27%
Maritimo, aéreo e transportes	9 855	2%	26 671	8%	-63%
Responsabilidade civil geral	9 900	2%	2 223	1%	345%
Crédito e caução	0	0%	0	0%	
Total II	**427 726**	**89%**	**305 492**	**93%**	**40%**
Total I + II	**479 884**	**100%**	**327 060**	**100%**	**47%**

Os custos com sinistros de seguro direto em 2022 ascenderam a 479.884 contos registando-se globalmente um crescimento face ao ano anterior de 47%. Esta variação centra-se sobretudo ao nível dos ramos Vida, Incêndio e Automóvel.

No Vida o aumento deve-se a resgates dos produtos financeiros. No Incêndio as chuvadas de Setembro causaram sinistros de elevado valor, o que não se espera repetir. No entanto esses sinistros estão cobertos pelo resseguro.

No Automóvel o volume de sinistros atingiu os valores da pré-pandemia.

Em sentido inverso o ramo Transportes diminuiu cerca de 16 mil contos fruto da diminuição da frequência e gravidade dos sinistros ocorridos em 2021.

A taxa de sinistralidade da ÍMPAR situou-se nos 37,9%, 8 p.p. acima do ano anterior.

%

Taxa de Sinistralidade	2022	2021
Não Vida		
Acidentes e doença	20,8%	14,2%
Acidentes de Trabalho	37,4%	18,0%
Acidentes Pessoais	3,3%	7,6%
Doença	9,4%	16,8%
Incêndio e outros danos	35,8%	5,8%
Automóvel	64,3%	57,4%
Maritimo, aéreo e transportes	5,5%	25,0%
Responsabilidade civil geral	16,9%	4,2%
Diversos	0,0%	0,0%
Total	**48,3%**	**36,8%**

7.4 PROVISÕES TÉCNICAS

As provisões técnicas de seguro direto alcançaram, em 2022, um valor de 1.933.651 contos resultando numa variação de mais 17,4%, relativamente a 2021.

mCVE

Provisões Técnicas de Seguro Direto	2022	2021	Var 22/21%
Provisão para Prémios Não Adquiridos	389 569	326 724	19%
Provisão Matemática Vida	322 505	239 831	34%
Provisão para Sinistros	**1 221 577**	**1 079 825**	**13%**
Vida	13 886	21 175	-34%
Acidentes de Trabalho	126 043	98 789	28%
Automóvel	675 949	651 572	4%
Outros Ramos	405 699	308 288	32%
Outras Provisoes Técnicas	-	-	-
Total	**1 933 651**	**1 646 380**	**17%**

O aumento da Provisões Técnicas é consequência natural da excelência da carteira de prémios da Companhia, para fazer face as responsabilidades assumidas com os tomadores de seguros e o aumento em 2022 é dividido entre Provisões para prémios não adquiridos e Provisões Matemáticas Vida dos produtos Financeiros com as provisões para sinistros.

7.5 RESSEGURO CEDIDO

O saldo de resseguro cedido em 2022 registou o montante de 202.278 contos, tendo apresentado uma variação positiva de 28,7% face ao ano anterior.

As variações ocorridas nos prémios e comissões e provisões pautam-se dentro da dinâmica normal da nossa actividade. Relativo a rubrica Sinistros no Não Vida, reflete a comparticipação dos resseguradores nos sinistros de elevado valor já referido.

A IMPAR apresentou um rácio de cedência dos prémios de 33%, 3 p.p. acima do ano anterior.

O Programa de Resseguro respondeu positivamente às exigências, tendo confirmado a sua importância na proteção do capital. O leque de Resseguradores da IMPAR mantêm o elevado grau de performance, segurança financeira e de capacidade técnica para dar resposta as nossas demandas.

Saldo Técnico Liquido de Resseguro*	2022	2021	Var 22/21 %
Vida	**12 985**	**15 478**	**-16%**
Prémios	41 339	40 922	1%
Comissões	16 775	18 569	-10%
Sinistros e variação das Provisões Técnicas	11 579	6 875	68%
NãoVida	**189 293**	**268 163**	**-29%**
Prémios	371 219	291 711	27%
Comissões	57 031	56 229	1%
Sinistros e variação das Provisões Técnicas	124 894	-32 680	-482%
Resultado	**202 278**	**283 641**	**-29%**

7.6 SALDO TÉCNICO LÍQUIDO DE RESSEGURO

O saldo técnico líquido de resseguro em 2022 foi de 425.105 contos e apresenta um aumento de 9% em relação ao ano anterior.

mCVE

Saldo Técnico Liquido de Resseguro*	2022	2021	Var 22/21%
Acidentes e doença	135 504	129 483	5%
Incêndio e outros danos	58 582	59 068	-1%
Automóvel	168 411	167 560	1%
Maritimo, aéreo e transportes	36 315	12 719	186%
Responsabilidade civil geral	19 728	14 512	36%
Crédito e caução	6 565	5 103	29%
Total	**425 105**	**388 445**	**9%**

7.7 CUSTOS OPERACIONAIS

Os custos de gestão apresentam um ligeiro aumento de 0,9% face a 2021. Os Fornecimentos e Serviços Externos aumentam devido à prestação de serviços na área Informática e os Impostos aumentam fruto da Taxa de Supervisão aplicada aos prémios. Aliados na prossecução da estratégia de contenção e controlo dos gastos.

mCVE

Custos Operacionais	2022	2021	VAR 22 / 21 %
Custos com Pessoal	129 330	132 525	-2,4%
Fornecimentos e Serviços Externos	53 950	50 422	7,0%
Impostos	12 224	10 199	19,9%
Amortizações	16 639	17 109	-2,7%
Total	**212 142**	**210 254**	**0,9%**

7.8. INVESTIMENTOS

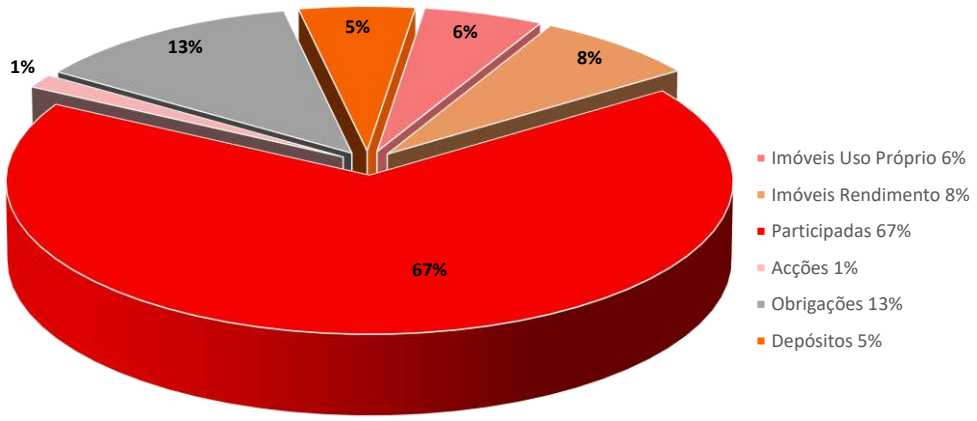
Em 2022, a carteira de investimentos da Companhia atingiu o valor 4.726.159 contos com uma variação positiva de 15,1% face ao ano anterior.

O investimento em Participadas representou a maior fatia com 69% do total da carteira, sendo de destacar a participação no BCN.

Apesar da forte aposta na Bancassurance e na formação de um forte Grupo Financeiro de matriz nacional, os restantes investimentos da Companhia são geridos com base no princípio da prudência, procurando-se a obtenção de um nível de diversificação adequado, tanto ao nível dos emitentes como por setores de atividade e qualidade creditícia

Os Investimentos da IMPAR, excluindo as participadas, registaram uma rentabilidade média de 2,7% para a qual contribuiu a manutenção da estratégia de investimento em obrigações de taxa fixa e a diversificação da carteira.

A composição da carteira de ativos no final de 2022 era a seguinte:



7.9 RECURSOS HUMANOS

Em 31 de dezembro de 2022, o quadro de pessoal ativo da IMPAR comportava um total de 72 colaboradores.

A idade média dos colaboradores da Companhia é de 40,1 anos e a antiguidade média é de 10,8 anos, podendo ser considerado um vínculo contratual estável. A estratégia definida pelos Acionistas exige que a Companhia possua nos seus quadros excelentes colaboradores, de modo que seja possível a obtenção de sucesso hoje e no longo prazo.

No que tange a distribuição por género, 73,6% são do género feminino e 26,3% masculino.

No que se refere à composição do efetivo em termos de habilitações académicas, apurou-se 29 colaboradores com ensino superior, 41 com enquadramento no ensino secundário e 2 com ensino básico.

No âmbito da política de benefícios sociais a Empresa, à semelhança dos anos anteriores, proporcionou aos seus colaboradores um conjunto de benefícios, nomeadamente Seguro de Vida, Seguro de Saúde que garante o reembolso parcial das despesas médicas, Seguro Facultativo Acidentes de Trabalho, desconto nos demais Seguros Facultativos, concessão de empréstimos com bonificação nos juros.

O investimento no desenvolvimento dos Colaboradores materializou-se, em 2022, em cerca de 500 horas de formação, abrangendo a 57 Colaboradores, em domínios dirigidos especificamente para cada um e as linhas de negócio exploradas.

No âmbito da gestão de recursos humanos, os Colaboradores são submetidos a um processo anual de avaliação de desempenho, tendo em consideração o grau de cumprimento dos objetivos e o alinhamento com a estratégia definida. Este processo de avaliação visa a identificação das necessidades de formação e desenvolvimento dos Colaboradores.

Código de conduta

A Companhia dispõe de um código de conduta no qual se encontram espelhados os valores os princípios gerais e as regras de conduta aplicáveis a todos os colaboradores. O código baseia-se em valores de transparência, honestidade, respeito, responsabilidade e na procura pela excelência na relação com clientes, parceiros, fornecedores e restantes stakeholders.

Os princípios éticos gerais pelos quais a Companhia se rege, e que constituem os pilares fundamentais nos quais assenta a atividade, encontram-se definidos no código de conduta.

Política de remunerações

As políticas de remuneração têm como principal objetivo o estabelecimento de parâmetros de remuneração adequados, que motivem o elevado desempenho individual e coletivo e que permitam estabelecer e atingir metas de crescimento da Companhia, representando bons resultados para os seus Acionistas.

Tanto a política de remuneração dos membros dos órgãos sociais, bem como a política de remunerações dos colaboradores estão na sua globalidade em linha com os princípios previstos nos normativos existentes, pautando-se pela simplicidade, transparência e adequação aos objetivos de médio e longo prazo da Companhia.

Os princípios gerais orientadores da fixação das remunerações são os seguintes:

- Transparência, simplicidade e clareza, alinhados com a cultura da Sociedade;
- Não discriminação e igualdade de oportunidades;
- Mitigação e prevenção de riscos laborais;
- Políticas de responsabilidade social e ambiental;
- Direitos laborais.

- O código de conduta da Companhia é disponibilizado a cada novo colaborador, assegurando o entendimento dos diversos princípios e artigos que o compõem.

- Sustentado numa eficaz gestão de risco e controlo rigoroso para evitar a exposição excessiva ao risco e aos conflitos de interesses, salvaguardando a coerência com os objetivos, valores e interesses de longo prazo da Sociedade e dos seus colaboradores com os interesses dos seus clientes e investidores;

• Equiparação e competitividade com as práticas do mercado, sendo que a prática remuneratória assenta em critérios uniformes, consistentes, justos e equilibrados;

• Em linha com as melhores práticas e tendências recentes no setor financeiro a nível nacional, com o objetivo de desincentivar a exposição a riscos excessivos e promover a continuidade e sustentabilidade dos desempenhos e resultados positivos;

• Apuramento de prémio de produtividade baseado na avaliação do desempenho respetivo (em termos quantitativos e qualitativos), de acordo com as funções e o nível de responsabilidade, assim como dos resultados da Sociedade e da indústria seguradora nacional;

7.10 RESULTADOS DO EXERCÍCIO

mCVE

Resultados	2022	2021	22 / 21
Seguro Directo	**430 176**	**492 542**	**(62 366)**
Prémios Brutos	1 265 028	1 092 503	172 524
Prémios Diferidos	(63 347)	18 376	(81 723)
Sinistros Técnicos	(458 374)	(297 697)	(160 677)
Sinistros Outros	(21 509)	(29 362)	7 853
Outras Provisões	(82 674)	(85 603)	2 929
Custos Exploração	(208 947)	(205 675)	(3 271)
Resseguro	**(202 278)**	**(283 641)**	**81 363**
Prémios Brutos	(412 558)	(332 633)	(79 925)
Prémios Diferidos	28 999	(29 299)	58 298
Sinistros Técnicos	107 474	3 493	103 981
Custos Exploração	73 806	74 798	(992)
Estrutura	**565 415**	**330 537**	**234 878**
Rendimentos	472 319	400 661	71 657
Outros Resultados	151 832	(18 083)	169 914
Imposto s/Lucros	(58 736)	(52 042)	(6 693)
Resultado	**793 313**	**539 438**	**253 875**

Os resultados incluem o valor da equivalência patrimonial do BCN e da IMOPAR, respectivamente, nos montantes de 435.686 contos e 6.012 contos, a valorização ao justo valor das acções da ENACOL no valor de 4.050 contos, a valorização positiva dos Imóveis de Rendimento no valor de 1.307 contos e a reversão de provisões por contingências em investimentos no valor de 156.207 contos.

Os rendimentos acima dão um total de 603.262 contos em 2022 e de 378.506 contos em 2021. Sem estes, o resultado líquido seria de 190.050 contos em 2022 e de 160.932

contos em 2021, ou seja, uma variação positiva de 29.119 contos, que corresponde a 18%.

7.11 CAPITAL PRÓPRIO E MARGEM DE SOLVÊNCIA

Em função dos bons resultados obtidos, o Capital próprio da Companhia cresceu 22% passando a valer 3.480.073 contos, mais 638.185 contos em relação a 2021.

Os objetivos da Companhia são claros no que se refere aos requisitos de Capital, privilegiando-se a manutenção de rácios de solvabilidade robustos e saudáveis, como indicadores de uma situação financeira estável. A Companhia gere os requisitos de capital numa base regular, atenta às alterações das condicionantes económicas, bem como ao seu perfil de risco, podendo afirmar que os capitais próprios actuais que são mais do triplo do valor legal estão preparados para superar com distinção a implementação da Solvência II em Cabo Verde.

O rácio de cobertura da Margem de Solvência correspondente a 831%, situando-se acima dos requisitos exigidos pela lei, reflectindo uma situação financeira estável.

7.12 SISTEMAS DE GESTÃO DE RISCO E CONTROLO INTERNO

Mantêm-se o sistema de gestão de risco e controlo interno eficaz, determinante para a proteção e fortalecimento da Companhia, prevenindo ou diminuindo o impacto negativo de eventos futuros.

A gestão deste sistema acrescenta valor à Companhia e dota-a de mecanismos que assegurem ao mesmo tempo os interesses dos acionistas e dos clientes. Para tal, é essencial a incorporação de uma cultura que promova a tomada de risco de modo consciente e disciplinado.

A operacionalização do sistema de gestão de risco e controlo interno é transversal a toda a Companhia. As diversas linhas de defesa que foram instituídas no sistema de governação dos riscos contemplam as áreas operacionais, as funções de controlo, conformidade, gestão do risco e atuariais e ainda a função de auditoria interna.

Este sistema tem como objetivo assegurar que o perfil de risco global se mantém dentro dos níveis de apetite e tolerância aprovados pelo Conselho de Administração, obtendo uma rentabilidade que represente uma compensação adequada aos acionistas pelo risco assumido.

Para tal, o ciclo de gestão de risco inclui:

- Identificar os riscos que a Companhia pode enfrentar;

- Estabelecer um processo comum através do qual se possa monitorizar conjuntamente rentabilidade e risco;

•Estabelecer tolerâncias de risco e políticas que fundamentam o processo, para articular o nível de exposição máximo a cada risco ou a combinações de risco;

•Monitorizar a exposição ao risco e manter uma supervisão ativa sobre a posição de solvência das Companhias.

No decurso do ano de 2022 foram desenvolvidas diversas ações e projetos, não só por definição estratégica relacionada com a gestão de risco e controlo interno, mas também pelo reforço destes temas e dos requisitos específicos que o regime de Solvência II previsto ser implementado em breve em Cabo Verde irá incutir na atividade.

Assim destacam-se as seguintes atividades:

•Revisão e atualização de algumas políticas de risco (reservas, prevenção de branqueamento de capitais, tratamento e competência e idoneidade);

•Implementação da função de controlo Actuarial;

•Cálculo trimestral dos requisitos de capital e rácio de solvência e respetivo reporte quantitativo ao Supervisor;

•Divulgação pública do Relatório e Contas e respetivos relatórios do Fiscal Único, Auditor Externo e do Atuário Responsável no *website* da Companhia;

A envolvência e o empenho de todas as áreas, em particular dos Órgãos de Administração, na execução das atividades descritas, permitiram o cumprimento dos objetivos com sucesso. O sistema de gestão de risco e controlo interno tornou-se mais robusto e sólido permitindo à Companhia o desenvolvimento da sua atividade com segurança e sustentabilidade.

8. PERSPETIVAS PARA 2023

Após dois adiamentos por causa da COVID 19, a operacionalização do novo Seguro Obrigatório de Acidentes de Trabalho será a grande novidade para a anuidade de 2023, fixando o capital seguro de Acordo com o salário real de cada trabalhador, revogando assim o limite salarial de 9.000$00 que vinha desde 1978.

Pelo grande impacto que a tarifa publica irá ter em alguns sectores de actividade, esperam-se constrangimentos a nível da cobrança de prémios que irão impor uma forte perseverança e disciplina das nossas equipas do pós-venda.

Importantíssimo será monitorizar o impacto, face ao crescimento dos prémios, do necessário aumento das provisões matemáticas para os sinistros de acidentes de trabalho face ao exponencial aumento dos limites de exposição provocado pelo capital em risco passar a ser o total do salário bruto recebido pelas pessoas seguras.

Em termos globais, estamos numa fase de desaceleração da economia, ou mesmo na iminência de uma recessão global, pelo que as seguradoras terão de se concentrar ao longo de 2023 em quatro categorias-chave enquanto se preparam para a revolução digital que estará para chegar antes do final desta década, a saber:

- Reparar os Danos
- Repensar a organização
- Reestruturar o negócio e a sua plataforma operacional
- Reportar os resultados

Apesar de já se sentir que o Turismo em Cabo Verde caminha a passos largos para os números pré-pandémicos, existe ainda um cenário macroeconómico de grandes incertezas para o qual a IMPAR tem de se preparar para responder, adequando soluções para os desafios que o País irá enfrentar.

9. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Resultado líquido da IMPAR atingiu em 2022 os 793.312 contos, dos quais apenas 190.050 contos são distribuíveis, conforme o mencionado na Mensagem do Conselho de Administração e o detalhado e explicado no Anexo às Contas.

Assim, o Conselho de Administração propõe a seguinte distribuição de Resultados:

Dividendos: 150.000 contos

Reservas livres: 643.312 contos

10. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Conselho de Administração reconhece o importante contributo de diversas entidades e parceiros para o bom desempenho da Companhia, concretização dos seus objetivos e implementação da sua estratégia.

Agradecemos especialmente:

- Aos Clientes, pela sua confiança na Companhia para assegurar as suas necessidades de proteção;
- À Autoridade de Supervisão, pelo seu apoio e colaboração permanentes;
- Aos Acionistas, pelo apoio demonstrado ao longo de todo o exercício;
- Ao BCN - Banco Caboverdiano de Negócios, pelo seu papel fundamental na comercialização dos produtos da Companhia;
- Ao Fiscal Único e Revisor Oficial de Contas, pelo seu acompanhamento e aconselhamento;
- Aos nossos Resseguradores, pela confiança e capacidade de aceitação de riscos;
- Aos nossos diversos parceiros e prestadores de serviços, por complementarem a nossa atividade, com elevados níveis de serviço;
- E aos Colaboradores, pela sua dedicação e profissionalismo, que tornaram possível a obtenção dos resultados verificados.

A todos, os sinceros agradecimentos.

Cidade do Mindelo, 31 de janeiro de 2023

O Conselho de Administração

Luís Vasconcelos Lopes
Presidente

Paulo Jorge de Oliveira Lima
Vice-Presidente

António Raposo Correia
Administrador Delegado

Joaquim Alberto Vieira Coimbra
Administrador

Sandra Almiro Coimbra
Administradora

II – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

IMPAR SEGUROS

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO

ACTIVO	Notas	2022			2021
		Valor Bruto	Imparidade, depreciações / amortizações e ajustamentos	Valor Líquido	
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	16	189 100 177		189 100 177	172 828 603
Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	17	3 254 290 805		3 254 290 805	2 817 720 004
Activos financeiros detidos para negociação				-	
Activos disponíveis para venda	18	69 513 643		69 513 643	65 463 643
Outros depósitos		260 000 000		260 000 000	70 000 000
Investimentos a deter até à maturidade	20	604 615 461		604 615 461	598 461 538
Terrenos e edifícios	21	636 865 600	(99 126 540)	537 739 060	553 389 369
Terrenos e edifícios de serviço próprio	21	268 222 440	(99 126 540)	169 095 900	186 053 209
Terrenos e edifícios de rendimento	21	368 643 160		368 643 160	367 336 160
Outros activos tangíveis	22	161 896 130	(148 762 514)	13 133 616	15 507 278
Inventários	22	391 354		391 354	391 354
Outros activos intangíveis	23	18 947 467	(18 775 710)	171 757	15
Provisões técnicas de resseguro cedido	24	469 285 629		469 285 629	384 689 336
Provisões para prémios não adquiridos	24	158 877 423		158 877 423	129 878 634
Provisão matemática	24	-		-	-
Provisão para sinistros	24	310 408 206		310 408 206	254 810 702
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	25	396 954 407	(144 064 065)	252 890 342	218 699 416
Contas a receber por operações de seguro directo	25	359 776 147	(144 064 065)	215 712 082	191 480 056
Contas a receber por outras operações de resseguro	25	14 716 725		14 716 725	17 221 537
Contas a receber por outras operações	25	22 461 535		22 461 535	9 997 823
Activos por impostos	26	23 427 196		23 427 196	21 776 984
Activos por impostos correntes	26	1 624 829		1 624 829	267 908
Activos por impostos diferidos	26	21 802 367		21 802 367	21 509 076
Acréscimos e diferimentos	27	8 122 847		8 122 847	8 556 277
Outros elementos do activo		2 140 000		2 140 000	2 140 000
TOTAL DO ACTIVO		**6 095 550 716**	**(410 728 829)**	**5 684 821 887**	**4 929 623 817**

A Direcção Financeira

O Conselho de Administração

IMPAR SEGUROS

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO

PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	Notas	2022	2021
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital	30	400 000 000	400 000 000
Reservas de reavaliação	31	15 000	15 000
Por ajustamentos no justo valor		15 000	15 000
Por revalorização de terrenos e edifícios		-	-
Por investimentos em filiais, associadas		-	-
Outras reservas	31	1 751 414 807	1 361 977 192
Resultados transitados	31	535 331 039	540 458 294
Resultado do exercício	32	793 312 568	539 437 609
TOTAL CAPITAL PRÓPRIO		**3 480 073 414**	**2 841 888 095**
PASSIVO			
Provisões técnicas	24	1 933 650 615	1 646 380 341
Provisão para prémios não adquiridos	24	389 568 671	326 724 342
Provisão para seguros e operações do ramo vida	24	319 803 729	237 915 749
Provisão para sinistros	24	1 221 577 091	1 079 824 892
De vida	24	13 886 385	21 175 185
De acidentes de trabalho	24	126 042 612	97 990 227
De automóvel	24	675 948 652	615 447 545
De outros ramos	24	405 699 442	345 211 935
Provisões para participação nos resultados	24	2 701 124	1 915 358
Provisão para riscos em curso		-	-
Outros credores por operações de seguros e outras operações	28	187 272 212	198 453 087
Contas a pagar por operações de seguro directo	28	13 387 185	9 298 493
Contas a pagar por outras operações de resseguro	28	111 058 340	127 289 798
Contas a pagar de Empréstimos bancários	28		
Contas a pagar por outras operações	28	62 826 687	61 864 796
Passivos por impostos	26	50 322 511	54 434 838
Passivos por impostos correntes		50 322 511	54 434 838
Passivos por impostos diferidos		-	-
Acréscimos e diferimentos	27	16 803 175	15 560 190
Outras provisões	29	16 699 960	172 907 266
TOTAL PASSIVO		**2 204 748 472**	**2 087 735 722**
TOTAL PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO		**5 684 821 887**	**4 929 623 817**

A Direcção Financeira **O Conselho de Administração**

IMPAR SEGUROS

CONTA DE GANHOS E PERDAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

CONTA DE GANHOS E PERDAS	Notas	Técnica Vida	Técnica não Vida	Não Técnica	2022	2021
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	5	115 690 612	702 430 422	-	818 121 034	748 947 396
Prémios brutos emitidos	5	164 628 544	1 100 399 026	-	1 265 027 570	1 092 503 225
Prémios de resseguro cedido	5	(41 338 898)	(371 218 958)	-	(412 557 856)	(332 633 127)
Provisão para prémios não adquiridos (variação)	5	(2 891 856)	(60 455 613)	-	(63 347 469)	18 376 027
Provisão para prémios não adquiridos, resseguro (var.)	5	(4 707 178)	33 705 967	-	28 998 789	(29 298 729)
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	6	(35 871 516)	(336 537 706)	-	(372 409 222)	(323 566 754)
Montantes pagos	6	(32 762 551)	(254 146 719)	-	(286 909 270)	(239 428 884)
Montantes brutos	6	(59 446 224)	(279 339 899)	-	(338 786 123)	(278 815 243)
Parte dos resseguradores	6	26 683 673	25 193 180	-	51 876 853	39 386 359
Provisão para sinistros (variação)	6	(3 108 965)	(82 390 987)	-	(85 499 952)	(84 137 870)
Montante bruto	6	7 288 800	(148 386 256)	-	(141 097 456)	(48 244 387)
Parte dos resseguradores	6	(10 397 765)	65 995 269	-	55 597 504	(35 893 483)
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	7	-	-	-	-	-
Provisão matemática do ramo vida, líquida de resseguro	8	(81 887 980)	-	-	(81 887 980)	(84 893 350)
Montante bruto	8	(81 887 980)	-	-	(81 887 980)	(84 893 350)
Parte dos resseguradores	8	-	-	-	-	-
Participação nos resultados, líquida de resseguro	9	(785 766)	-	-	(785 766)	(709 174)
Custos e gastos de exploração líquidos	10	(15 377 732)	(193 568 794)	-	(208 946 526)	(205 675 046)
Custos de aquisição	10	(8 226 289)	(98 845 214)	-	(107 071 503)	(105 472 782)
Custos de aquisição diferidos (variação)	10	272 263	230 877	-	503 140	1 161 790
Gastos administrativos	10	(7 423 706)	(94 954 457)	-	(102 378 163)	(101 364 054)
Comissões e participação resultados de resseguro	10	16 775 177	57 031 223	-	73 806 400	74 798 023
Rendimentos	12	16 048 676	18 546 928	-	34 595 604	31 768 715
De juros de activos financeiros	12	10 961 004	6 093 210	-	17 054 214	27 713 559
Outros	12	5 087 672	12 453 718	-	17 541 390	4 055 156
Gastos financeiros	13	-	(9 332 110)	-	(9 332 110)	(9 613 445)
Outros	13	-	(9 332 110)	-	(9 332 110)	(9 613 445)
Ganhos líquidos pela venda de activos	13	-	-	-	-	-
Outros rendimentos / gastos técnicos, liq. de resseguro	13	5 671	-	-	5 671	1 486
Outras provisões (variação)	14	-	-	(26 370 036)	(26 370 036)	(7 962 977)
Outros rendimentos e gastos	15	-	-	178 196 039	178 196 039	(10 121 050)
Goodgwill negativo		-	-	-	-	-
Ganhos e perdas de associadas	17	-	445 748 056	-	445 748 056	386 942 825
Ganhos e perdas de activos não correntes		-	(2 500 000)	3 807 000	1 307 000	(8 436 840)
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS		**14 597 142**	**681 818 019**	**155 633 003**	**852 048 164**	**591 479 809**
Imposto sobre o rendimento do exercício	26	-	-	(59 028 887)	(59 028 887)	(54 331 931)
Imposto diferido		-	-	293 291	293 291	2 289 731
RESULTADO LIQUIDO DE IMPOSTOS		**14 597 142**	**681 818 019**	**96 897 407**	**793 312 568**	**539 437 609**

A Direcção Financeira

O Conselho de Administração

IMPAR SEGUROS

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA A 31 DE DEZEMBRO

Fluxos de caixa	2022	2021
Resultado Liquido do Exercicio	793 312 568	539 437 609
Provisões Técnicas Seguro Directo	287 270 274	113 599 250
Provisões Técnicas Resseguro Cedido	(84 596 293)	65 192 212
Provisão para prémios em cobrança	26 370 036	7 962 977
Outras Provisões Não Técnicas	(156 207 306)	-
Amortizações	16 638 620	17 108 576
Equivalência Patrimonial	(447 348 347)	(380 795 716)
Prémios em Cobrança	(50 001 688)	62 197 645
Operações Seguro Directo	3 488 316	(8 130 809)
Operações Co-seguro	-	-
Operações Resseguro	(13 726 646)	(68 813 382)
Estado e outros entes públicos	(5 469 240)	16 445 766
Outros	(11 501 821)	19 860 323
Acréscimos e Diferimentos	1 676 415	(1 690 131)
Fluxos das actividades operacionais (1)	**359 904 888**	**382 374 320**
Imóveis	9 179 830	(41 908 181)
Titulos Rendimento Variável	-	(4 500 066)
Titulos Rendimento Fixo	(6 153 923)	(71 653 780)
Outros Investimentos	(190 000 000)	(70 000 000)
Imobilizações corpóreas	(6 401 621)	(7 740 693)
Imobilizações incorpóreas	(257 600)	-
Fluxos das actividades de investimento (2)	**(193 633 314)**	**(195 802 720)**
Realização de Capital Social	-	-
Empréstimos obtidos	-	-
Pagamento dividendos	(150 000 000)	(100 000 000)
Fluxos das actividades de financiamento (3)	**(150 000 000)**	**(100 000 000)**
Fluxos das actividades	**16 271 574**	**86 571 600**
Caixa e seus equivalentes no início do período	172 828 603	86 257 003
Caixa e seus equivalentes no final do período	189 100 177	172 828 603
Variação de caixa e seus equivalentes	**16 271 574**	**86 571 600**

A Direcção Financeira

O Conselho de Administração

IMPAR SEGUROS

DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Unid CVE

DESCRIÇÃO	Notas	Capital próprio atribuido aos detentores do capital (entidade individual/empresa mãe)												Interesses Minoritários	Total do Capital Próprio
		Capital realizado	Acções (quotas próprias)	Prestações Suplementares e outros Instrumentos do Capital Próprio	Prémios de Emissão	Reservas Legais	Outras reservas	Excedentes de Revalorização	Ajustamentos em activos Financeiros	Outras Variações no capital Próprio	Resultados Transitados	Resultado líquido do Exercício	Total		
Balanço a 31 de Dezembro de 2021		400 000 000	-	-	7 513 000	80 000 000	1 274 464 192	-	15 000	-	540 458 294	539 437 615	2 841 888 101	-	2 841 888 101
Correcções de erros (IAS8)		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		-
Balanço de abertura em 01 de Janeiro de 2022		400 000 000	-	-	7 513 000	80 000 000	1 274 464 192	-	15 000	-	540 458 294	539 437 615	2 841 888 101	-	2 841 888 101
Aumentos de reservas por aplicação de resultados	31	-	-	-	-	-	389 437 615	-	-	-		(389 437 615)	-	-	-
Distribuição de reservas															
Distribuição de Lucros	33	-	-	-	-	-		-	-	-		(150 000 000)	(150 000 000)	-	(150 000 000)
Outros ganhos/perdas reconhecidos directamente no capital próprio	17	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(5 127 255)		(5 127 255)	-	(5 127 255)
Total das variações do capital próprio		400 000 000	-	-	7 513 000	80 000 000	1 663 901 807	-	15 000	-	535 331 039	-	2 686 760 846	-	2 686 760 846
Resultado líquido em 31 de Dezembro de 2022	32	-	-									793 299 649	793 299 649		793 299 649
Balanço a 31 de Dezembro de 2022		400 000 000	-	-	7 513 000	80 000 000	1 663 901 807	-	15 000	-	535 331 039	793 299 649	3 480 060 495	-	3 480 060 495

DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Unid CVE

DESCRIÇÃO	Notas	Capital próprio atribuido aos detentores do capital (entidade individual/empresa mãe)												Interesses Minoritários	Total do Capital Próprio
		Capital realizado	Acções (quotas próprias)	Prestações Suplementares e outros Instrumentos do Capital Próprio	Prémios de Emissão	Reservas Legais	Outras reservas	Excedentes de Revalorização	Ajustamentos em activos Financeiros	Outras Variações no capital Próprio	Resultados Transitados	Resultado líquido do Exercício	Total		
Balanço a 31 de Dezembro de 2020		400 000 000	-	-	7 513 000	80 000 000	975 686 131	-	15 000	-	544 019 803	370 600 345	2 377 834 278	-	2 377 834 278
Correcções de erros (IAS8)	39												-		-
Balanço de abertura em 01 de Janeiro de 2021		400 000 000	-	-	7 513 000	80 000 000	975 686 131	-	15 000	-	544 019 803	370 600 345	2 377 834 278	-	2 377 834 278
Aumentos de reservas por aplicação de resultados	31	-		-		-	270 600 345	-	-	-	-	(270 600 345)	-		-
Distribuição de reservas				-		-		-	-	-	-				
Distribuição de Lucros	33	-		-		-		-	-	-	-	(100 000 000)	(100 000 000)		(100 000 000)
Outros ganhos/perdas reconhecidos directamente no capital próprio	17	-		-		-	28 177 717	-	-	-	(3 561 509)		24 616 208		24 616 208
Total das variações do capital próprio		400 000 000	-	-	7 513 000	80 000 000	1 274 464 192	-	15 000	-	540 458 294	-	2 302 450 486	-	2 302 450 486
Resultado líquido em 31 de Dezembro de 2021	32											539 437 615	539 437 615		539 437 615
Balanço a 31 de Dezembro de 2021		400 000 000	-	-	7 513 000	80 000 000	1 274 464 192	-	15 000	-	540 458 294	539 437 615	2 841 888 101	-	2 841 888 101

A Direcção Financeira

O Conselho de Administração

III – ANEXO ÀS CONTAS

Notas às Demonstrações Financeiras

1 – Informações Gerais

A IMPAR – Companhia Caboverdiana de Seguros, S.a.r.l. ("IMPAR ou Companhia"), com Sede Social na Praça Amilcar Cabral, Cidade do Mindelo e Sede Administrativa na Rua Amilcar Cabral, Cidade da Praia, foi criada em 1992, tendo os seus estatutos sido publicados através do Boletim Oficial n° 7 de 15 de Fevereiro de 1992. É uma Sociedade Anónima, nos termos do Código de Empresas Comerciais, cabendo a sua gestão ao seu Conselho de Administração, que delega a gestão corrente no seu Administrador Delegado.

O Capital da Companhia é integralmente Caboverdiano, sendo detida em 20% pela Sociedade Comercial Vasconcelos Lopes, Lda, 20% pela ING – Investimentos e Gestão, Lda, 20% pela Labesfal Farma Cabo Verde, Lda, 10,622% pela OLIGEST – Investimentos, SA, 7,716% por Luís Vasconcelos Lopes, 7% pela ALIANÇA - Negócios e Gestão, Lda e os restantes 14,66% por diversos accionistas nacionais.

A Companhia tem por objecto social o exercício da actividade de seguro e resseguro dos ramos Vida e Não Vida, com a amplitude consentida pela lei; podendo exercer actividades conexas ou complementares de seguro ou resseguro a que se dedica. Tem desenvolvido a sua actividade de seguro exclusivamente em Cabo Verde, operando nos ramos Vida e Não Vida e utilizando canais de distribuição que garantem uma ampla cobertura do território nacional.

Considerando a sua dimensão, tem subscrito contratos de resseguro em praticamente todos os ramos, mas com um enfoque especial nos de maior concentração de risco, como por exemplo o Aéreo, o Responsabilidade Civil e o Marítimo. A estruturação desses contratos de Resseguro está suportada em Tratados Proporcionais para a generalidade das situações, à exceção dos Ramos Automóvel e Acidentes de Trabalho onde estão estabelecidos Tratados em Excess of Loss. Para além dos Tratados, a IMPAR faz colocação em regime de Resseguro Facultativo para os casos dos negócios especiais, nomeadamente os da Aviação e sempre que as linhas e os limites dos Tratados estejam esgotadas, sendo esses negócios analisados caso a caso pelos Resseguradores.

A Companhia conta, a nível técnico, com o apoio de importantes entidades resseguradoras internacionais, nomeadamente as Espanholas Mapfre RE e Nacional Reasseguros, sendo a Mapfre a líder detendo 40% dos Tratados Proporcionais e não Proporcionais; a Alemã R+V, a Francesa SCOR .

A IMPAR explora todos os ramos de seguros Não Vida, para os quais foi autorizada pelo Banco de Cabo Verde e as suas políticas e regras de subscrição visam obter o máximo benefício da segmentação das tarifas dos vários produtos, sejam eles para

particulares ou para empresas e utiliza todas as fontes de informação disponíveis para a avaliação da qualidade dos riscos físicos, financeiros e morais

Conforme se encontra evidenciado neste relatório, no ano de 2022 o ramo Vida representou 13% dos prémios brutos emitidos. Os ramos Não Vida representaram 87% da carteira dos prémios brutos emitidos, onde se destacam os ramos Automóvel, representando 38% das vendas Não Vida, Incêndio e Outros Danos em Coisas 13% e Acidentes e Doença 17%.

O resultado líquido do exercício de 2022 fixou-se nos 793.312 contos, impactado pelo reconhecimento de ganhos em subsidiárias contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial, pela Valorização dos imóveis de Rendimento e pela reversão da provisão para contingências em investimentos. Expurgados os referidos efeitos, os resultados distribuíveis atingem os 190.050 contra os 160.932 contos gerados no exercício anterior.

Estas demonstrações financeiras refletem as contas individuais da Empresa, preparadas nos termos legais para aprovação em Assembleia Geral de Acionistas. As mesmas já foram aprovadas pelo CA em 31 de janeiro de 2023.

2 - Base de preparação das demonstrações financeiras e principais políticas contabilísticas

Bases de Apresentação

As demonstrações financeiras da IMPAR foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nos registos contabilísticos mantidos de acordo com os princípios consagrados no Plano de Contas para as Empresas de Seguros, estabelecido pelo Banco de Cabo Verde - Autoridade de Supervisão de Seguros, nos termos do Aviso nº 3/2010 e Aviso nº4/2010, de 28 de Junho, que introduzem as Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF) nas Empresas de Seguro em Cabo Verde e definem o plano de contas para as empresas de seguros com reporte e publicação de informação contabilística e demonstrações financeiras, preparadas de acordo com as normas internacionais de relato financeiro, (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standard Board ("IASB").

O actual Plano de Contas para as Empresas de Seguros corresponde genericamente às Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS/IAS). Os IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as interpretações emitidas pelo *Internacional Financial Reporting Interpretation Committee* (IFRIC), e pelos respectivos órgãos antecessores. Em 2011, a IMPAR adoptou as IFRS e interpretações de aplicação obrigatória para exercícios que se iniciaram a 1 de Janeiro de 2011.

As políticas contabilísticas utilizadas pela Companhia na preparação das suas demonstrações financeiras referentes a 31 de Dezembro de 2022, são consistentes com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras do exercício de 2021.

As demonstrações financeiras estão expressas em Escudos de Cabo Verde, e estão preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com excepção dos activos e passivos registados ao seu justo valor, nomeadamente instrumentos financeiros, activos e passivos financeiros ao justo valor através dos resultados, activos financeiros disponíveis para venda e imóveis de rendimento. Os restantes activos e passivos financeiros, bem como activos e passivos não financeiros, são registados ao custo amortizado ou custo histórico. Na preparação das demonstrações financeiras foram igualmente utilizados os pressupostos do regime do acréscimo, da consistência da apresentação e da continuidade, tendo por base os registos contabilísticos.

Os valores apresentados nas presentes notas às demonstrações financeiras estão expressos em milhares de escudos de Cabo Verde, excepto quando referido.

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com o Plano de Contas para as Empresas de Seguros requer que a Companhia efectue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, activos e passivos.

As divulgações apresentadas seguem a sequência das rubricas das demonstrações financeiras, tendo sido assegurados os requisitos de divulgação de informação exigidos no Aviso 1/2012 do Banco de Cabo Verde.

Estas estimativas e pressupostos são baseados na informação disponível mais recente, servindo de suporte para os julgamentos sobre os valores dos activos e passivos cuja valorização não é suportada por outras fontes, sendo que os resultados reais podem diferir das estimativas. A Companhia não prepara demonstrações financeiras consolidadas por considerar não existir legislação específica em Cabo Verde, que obrigue a tal.

Adicionalmente, caso fossem preparadas demonstrações financeiras consolidadas iriam determinar um resultado líquido e capitais próprios semelhantes àqueles já relevados nas presentes demonstrações financeiras, uma vez que a mensuração dos investimentos em entidades filiais significativas é efetuada pelo método da equivalência patrimonial, o que implica uma apropriação da respetiva quota-parte detida no resultado líquido e capitais próprios das entidades controladas.

Principais Políticas Contabilísticos e Critérios Valorimétricos Adoptados

Investimentos em subsidiárias e associadas

Subsidiárias

São classificadas como subsidiárias as empresas sobre as quais a Companhia exerce controlo, que normalmente é presumido quando a Companhia detém o poder de exercer a maioria dos direitos de voto. Poderá ainda existir controlo quando a Companhia detém o poder, directa ou indirectamente, de gerir a política financeira e operacional de determinada empresa de forma a obter benefícios das suas actividades, mesmo que a percentagem que detém sobre os seus capitais próprios seja inferior a 50%.

Nos investimentos em subsidiárias significativas a Companhia mensura as participações detidas pelo método equivalência patrimonial (MEP) subsequentemente ao lançamento inicial, registado ao custo da participação. Os impactos da aplicação do MEP são registados na conta de ganhos e perdas, pela apropriação da percentagem detida no resultado das subsidiárias. As alterações do MEP provenientes de alterações de reservas das subsidiárias são registadas em Outras reservas da Companhia.

Associadas

São classificadas como associadas, todas as empresas sobre as quais a Companhia detém o poder de exercer influência significativa sobre as suas políticas financeiras e operacionais, embora não detenha o seu controlo. Normalmente é presumido que a Companhia exerce influência significativa quando detém o poder de exercer mais de 20% dos direitos de voto da associada. Mesmo quando os direitos de voto sejam inferiores a 20%, poderá a Companhia exercer influência significativa através da participação na gestão da associada ou na composição dos Conselhos de Administração com poderes executivos.

Nos investimentos em Associadas mensuradas pela equivalência patrimonial, o lançamento inicial é feito ao custo da participação, sendo depois considerado o MEP.

Activos financeiros

Classificação:

A Companhia classifica os seus activos financeiros no início de cada transacção, ou seja, no momento da sua aquisição considerando a intenção que lhes está subjacente, de acordo com as seguintes categorias:

- Activos financeiros ao justo valor através de ganhos e perdas, que inclui:

• Os activos financeiros de negociação, que são aqueles adquiridos com o objectivo principal de serem transaccionados no curto prazo;

• Os activos financeiros designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas em resultados, nomeadamente quando:

- Tais activos financeiros são geridos, avaliados e analisados internamente com base no seu justo valor;

- Tal designação elimina uma inconsistência de reconhecimento e mensuração (accounting mismatch);

- Tais activos financeiros contêm derivados embutidos.

• Activos financeiros disponíveis para venda, que inclui:

- Os activos financeiros não derivados em que existe intenção de manter por tempo indeterminado;

- Os activos financeiros que são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial;

- Os activos financeiros que não se enquadrem nas categorias restantes.

- Empréstimos concedidos e contas a receber, que inclui os valores a receber relacionados com operações de seguro directo, resseguro cedido e transacções relacionadas com contratos de seguro e outras transacções.

Reconhecimento, mensuração inicial e desreconhecimento

Aquisições e alienações de: (i) activos financeiros ao justo valor através dos resultados, e (ii) activos financeiros disponíveis para venda, são reconhecidos na data da negociação, ou seja, quando a Companhia se compromete a adquirir ou alienar o activo. Os activos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transacção, excepto nos casos de activos financeiros ao justo valor através de resultados, caso em que estes custos de transacção são directamente reconhecidos em resultados. Estes activos são desreconhecidos quando (i) expiram os direitos contratuais da Companhia ao recebimento dos seus fluxos de caixa ou (ii) a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção.

Mensuração subsequente

Após o seu reconhecimento inicial, os activos financeiros ao justo valor com reconhecimento em resultados são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados. Os investimentos detidos para venda são igualmente registados ao justo valor sendo, no entanto, as respectivas variações reconhecidas em reservas, até que os investimentos sejam desreconhecidos, ou seja, identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados. Os juros e os dividendos são reconhecidos na demonstração dos resultados.

O justo valor dos activos financeiros cotados é o seu preço de compra corrente. Na ausência de cotação, a Companhia estima o justo valor utilizando a melhor informação disponível, que, na ausência de informação sobre preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa descontados, pode ser o valor contabilístico das entidades, com base nas suas demonstrações financeiras mais atualizadas.

Os instrumentos financeiros para os quais não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor são registados ao custo de aquisição.

A Companhia avalia regularmente se existe evidência objectiva de que um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, apresenta sinais de imparidade. Para os activos financeiros que apresentam sinais de imparidade, é determinado o respectivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Quando existe evidência de imparidade nos activos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor actual, deduzida de qualquer perda de imparidade no activo

anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para resultados. Se num período subsequente o montante da perda de imparidade diminui, a perda de imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição se o aumento for objectivamente relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda de imparidade, excepto no que se refere a acções ou outros instrumentos de capital, caso em que a reversão da imparidade é reconhecida em reservas.

Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal. Os passivos financeiros não derivados incluem, empréstimos, credores por operações de seguro directo e resseguro e outros passivos. Estes passivos financeiros são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transacção incorridos, e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva.

Operações em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transacção. Os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para Escudos Cabo-vedianos à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados, excepto quando classificadas como coberturas de fluxos de caixa ou coberturas de um investimento líquido, em que as variações cambiais resultantes são reconhecidas em reservas.

Os activos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio à data da transacção. Activos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado.

Activos tangíveis

Os activos tangíveis da Companhia encontram-se valorizados ao respectivo custo histórico sujeito a depreciação e testes de imparidade. Os custos subsequentes com os activos tangíveis são reconhecidos apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Companhia. As despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios. Os terrenos não são amortizados. As amortizações dos activos tangíveis são calculadas segundo o método das quotas constantes, com base nas seguintes taxas anuais de amortização que reflectem, de forma razoável, a vida útil esperada dos bens:

	Anos de vida útil
Equipamento Administrativo	3 a 12
Equipamento Informático	3 a 5
Material de Transporte	7 a 8
Outros activos tangíveis	1 a 4

As despesas com reparação e manutenção destes activos são consideradas como gasto no período em que ocorrem.

A vida útil esperada dos bens é revista em cada data de balanço e ajustada, se apropriado, de acordo com o padrão esperado de benefícios económicos futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do activo. Quando existe indicação de que um activo possa estar em imparidade, o IAS 36 exige que o seu valor recuperável seja estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um activo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do activo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

Terrenos e edifícios de uso próprio

A Companhia classifica como imóveis de uso próprio, os imóveis cujo principal fim seja o seu uso continuado aplicando-se os critérios de mensuração que constam da IAS 16.

Os terrenos e edifícios de uso próprio são reconhecidas inicialmente ao custo de aquisição, incluindo os custos de transacção directamente relacionados, e subsequentemente o modelo de valorização é o modelo alternativo do custo, deduzido de depreciações e sujeito a testes de imparidade, previsto nas IAS 16.

As depreciações são calculadas com base no método das quotas constantes, tendo em conta o número de anos de vida útil de cada imóvel. A vida útil dos imóveis foi estimada, imóvel a imóvel. As vidas úteis destes imóveis variam até 25 anos, conforme o imóvel em causa.

Dispêndios subsequentes relacionados, são capitalizados quando for provável que a Companhia venha a obter benefícios económicos futuros em excesso do nível de desempenho inicialmente estimado.

Propriedades de investimento

A Companhia classifica como propriedades de investimento os imóveis detidos para arrendamento ou para valorização do capital ou ambos. As propriedades de investimento são reconhecidas inicialmente ao custo de aquisição, incluindo os custos de transacção directamente relacionados, e subsequentemente ao seu justo valor. Variações de justo valor determinadas a cada data de balanço são reconhecidas em resultados. As propriedades de investimento não são amortizadas. Dispêndios subsequentes relacionados são capitalizados quando for provável que a Companhia venha a obter benefícios económicos futuros em excesso do nível de desempenho inicialmente estimado.

Activos intangíveis

Os custos incorridos com a aquisição de aplicações informáticas (software) são capitalizados como ativos intangíveis, assim como as despesas adicionais, suportadas pela Companhia, necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes activos, normalmente 3 anos. Os custos directamente relacionados com o desenvolvimento de aplicações informáticas pela Companhia, sobre os quais seja expectável que estes venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como activos intangíveis. Todos os restantes encargos relacionados com os serviços informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço, onde se incluem os valores de caixa e depósitos bancários e que possam ser imediatamente mobilizáveis.

Resseguro

Os contratos de resseguro são revistos de forma a determinar se as respectivas disposições contratuais pressupõem a transferência de um risco de seguro significativo. No decurso da sua actividade, a IMPAR apenas cede negócio, não aceitando qualquer negócio de resseguro.

Os valores a receber ou a pagar relacionados com a actividade de resseguro, incluem saldos a pagar a resseguradores decorrentes de prémios cedidos e valores a receber decorrentes de comissões e participação dos resseguradores nos custos com sinistros.

Benefícios aos empregados

Pensões - A Companhia não assumiu qualquer responsabilidade de pagar aos seus empregados pensões ou complementos de reforma por velhice ou invalidez.

As remunerações variáveis dos colaboradores são contabilizadas como custo do exercício a que respeitam.

Responsabilidade por férias e subsídio de férias - Incluída na rubrica de Acréscimos e Diferimentos do passivo, corresponde a um mês de remunerações e respectivos encargos, baseada nos valores do respectivo exercício, e destina-se a reconhecer as responsabilidades legais existentes no final de cada exercício perante os empregados pelos serviços prestados até aquela data, a regularizar posteriormente. De acordo com a legislação laboral de Cabo Verde, os trabalhadores têm direito a 22 dias úteis de férias por ano de serviço prestado, vencendo-se esse direito uma vez completado um ano de trabalho.

A política de remuneração dos Colaboradores definida pelo Conselho de Administração poderá contemplar um prémio pelo desempenho, atribuído com base nos resultados obtidos por estes e pela Companhia e nos critérios definidos no modelo de avaliação de desempenho em vigor na Companhia. Os gastos resultantes de bónus de desempenho são registados pela Companhia como gastos do ano.

Os Colaboradores da Companhia que se encontram no ativo beneficiam de um seguro de saúde. Os gastos resultantes deste benefício são registados pela Companhia como gastos do ano.

Impostos sobre lucros

Os impostos sobre os lucros, registados em ganhos e perdas, incluem os impostos correntes e os impostos diferidos. O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do período, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos dos acréscimos e deduções a matéria coletável, bem como da tributação autónoma. Os impostos diferidos, por sua vez, correspondem ao impacto no imposto a recuperar / pagar em períodos futuros, resultante de diferenças temporárias, dedutíveis ou tributáveis, entre o valor de balanço dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizada na determinação do lucro tributável.

A Companhia está sujeita ao regime fiscal estabelecido pelo código do Imposto sobre Rendimentos das Pessoas Colectivas desde a publicação da Lei nº 82/VIII/2015, de 7 de Janeiro, que aprovou o Código do Imposto sobre Rendimentos das Pessoas Colectivas, o rendimento tributável é determinado com base no resultado do exercício antes de impostos, eventualmente ajustado pelos custos e proveitos que, nos termos da referida lei, não devam ser considerados para efeitos fiscais, ao qual é aplicado uma taxa de 22,5%. Os prejuízos fiscais são reportáveis por um período de 7 anos após a sua ocorrência e susceptíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante esse período, embora sujeitos a um máximo de dedução de 50% do resultado do respectivo exercício.

Contabilisticamente, são registados passivos por impostos diferidos para todas as diferenças temporárias tributáveis. Porém, apenas são registados impostos diferidos ativos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros, que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou de reporte de prejuízos fiscais. Adicionalmente, não são registados impostos diferidos

ativos nos casos em que a sua recuperabilidade possa ser questionável devido a outras situações, incluindo questões de interpretação da legislação fiscal em vigor.

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto que se antecipa venham a estar em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, as quais correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de relato.

Para a determinação do imposto diferido é utilizada a taxa em vigor à data de balanço, ou a taxa que esteja já aprovada para utilização futura. Os impostos diferidos activos são reconhecidos na medida em que seja provável que os lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para utilização da diferença temporária. Os impostos diferidos activos são revistos anualmente e reduzidos sempre que deixe de ser provável que os mesmos possam ser utilizados.

A base tributável dos activos e passivos é determinada de forma a reflectir as consequências de tributação decorrentes da forma como a empresa espera, à data do balanço, recuperar ou liquidar a quantia escriturada dos seus activos e passivos.

Os resultados fiscais podem ser revistos pela Administração Fiscal por um período de cinco anos, pelo que os resultados fiscais de 2017 a 2021 podem vir a ser corrigidos.

Os impostos sobre o rendimento (correntes e diferidos) são refletidos na conta de ganhos e perdas do período, exceto nos casos em que as transações que os originaram tenham sido refletidas noutras rubricas de capital próprio. Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente refletido por contrapartida de capital próprio, não afetando o resultado do período.

Provisões

São reconhecidas provisões quando (i) a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

Reconhecimento de juros

Os resultados referentes a juros de activos financeiros disponíveis para venda e ao justo valor por via de resultados são reconhecidos nas rubricas específicas de ganhos e perdas.

O cálculo do custo amortizado é efectuado utilizando o método da taxa efectiva, sendo o seu impacto registado em rendimentos de investimento. A taxa de juro efectiva é a taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

Dividendos recebidos

Os dividendos são reconhecidos quando recebidos.

Resultados por acção

Os resultados por acção básicos são calculados dividindo o resultado líquido da Companhia pelo número médio ponderado de acções ordinárias emitidas.

Compensação de instrumentos financeiros

Activos e passivos financeiros são apresentados no balanço pelo seu valor líquido quando existe a possibilidade legal de compensar os montantes já reconhecidos e exista a intenção de os liquidar pelo seu valor líquido ou realizar o activo e liquidar o passivo simultaneamente.

Ajustamentos de recibos por cobrar e de créditos de cobrança duvidosa

Os montantes destes ajustamentos são calculados com base no valor dos prémios por cobrar e nas dívidas de cobrança duvidosa, segundo a aplicação dos critérios estabelecidos no Aviso nº 2/2005, do Banco de Cabo Verde.

Políticas contabilísticas adoptadas relativamente a contratos de seguro

A Companhia emite contratos que incluem risco seguro. Existe um contrato de seguro quando uma das partes aceita risco significativo de outra parte (tomador de seguro) e acorda compensá-la se um evento futuro específico e incerto a afectar adversamente. A mensuração dos contratos de seguro é feita de acordo com os princípios seguintes:

Reconhecimento de custos e proveitos

Os custos e os proveitos são registados no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização do exercício.

Prémios

Os prémios brutos emitidos de seguro directo e de resseguro cedido são registados respectivamente como proveitos e custos, no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. A análise quantitativa dos prémios de seguro directo e de resseguro cedido é abordada na Nota 5.

Provisão para prémios não adquiridos

A Provisão para Prémios não Adquiridos é baseada na avaliação dos prémios emitidos até ao final do exercício, mas com vigência após essa data, ou seja, corresponde ao valor dos prémios emitidos de contratos de seguro imputáveis a exercícios seguintes. A Companhia, de acordo com as instruções do Banco de Cabo Verde, calculou esta provisão contrato a contrato, recibo a recibo, mediante a aplicação do método pro-rata temporis a partir dos prémios brutos emitidos deduzidos dos respectivos custos de aquisição, relativos a contratos em vigor.

Custos de aquisição

Os custos de aquisição que estão directa ou indirectamente relacionados com a venda de contratos, são capitalizados e diferidos pelo período de vida dos contratos. Os custos de aquisição diferidos estão sujeitos a testes de recuperabilidade no momento da emissão dos contratos e sujeitos a testes de imparidade à data de balanço. Os custos de aquisição diferidos são amortizados ao longo do período em que os prémios associados a esses contratos vão sendo adquiridos.

Provisão para sinistros

A provisão para sinistros corresponde aos custos com sinistros ocorridos e ainda por liquidar, a responsabilidade estimada para os sinistros ocorridos e ainda não reportados ou participados (IBNR) e aos custos directos e indirectos associados à sua regularização no final do exercício. A provisão para sinistros reportados e não reportados é estimada pela Companhia com base na experiência passada, informação disponível e na aplicação de métodos estatísticos. Para a determinação desta provisão é efectuada uma análise aos sinistros em curso no final de cada exercício e a consequente estimativa da responsabilidade existente nessa data.

Efectua-se ainda uma Provisão Matemática nos ramos Automóvel e de Acidentes de Trabalho, para sinistros ocorridos até 31 de Dezembro de 2022 que envolvam pagamentos de pensões já homologadas pela Junta Médica e também a estimativa das responsabilidades com pensões de sinistros registados até 31 de Dezembro de 2022 e que se encontram pendentes de acordo final ou sentença (pensões presumíveis).

Provisão matemática

As Provisões Matemáticas relativas a sinistros ocorridos, envolvendo pagamento de pensões vitalícias referentes ao ramo de Acidentes de Trabalho, são calculadas utilizando pressupostos actuariais definidos pelo Banco de Cabo Verde e legislação laboral vigente.

Adicionalmente, considera-se ainda uma Provisão face às responsabilidades com pensões de sinistros já ocorridos relativas a potenciais incapacidades permanentes de

sinistrados em tratamento em 31 de Dezembro de 2022 ou de sinistros já ocorridos e ainda não participados.

As provisões matemáticas têm como objectivo registar o valor actual das responsabilidades futuras da Companhia relativamente aos contratos de seguro emitidos e são calculadas, com base em métodos actuariais reconhecidos nos termos da legislação em vigor aplicável.

Nos termos da legislação em vigor, aplica-se a tábua de mortalidade PF 60/64, com uma taxa de juro de 6% e encargos de gestão de 4%.

Provisão para riscos em curso

A provisão para riscos em curso corresponde ao montante estimado para fazer face a prováveis indemnizações e encargos a suportar após o termo do exercício e que excedam o valor dos prémios não adquiridos, dos prémios exigíveis relativos aos contratos em vigor e dos prémios que se renovam em Janeiro do ano seguinte. O montante da Provisão para Riscos em Curso a constituir deverá ser igual ao produto da soma dos prémios brutos emitidos imputáveis ao(s) exercício(s) seguinte(s) (prémios não adquiridos) e dos prémios exigíveis ainda não processados relativos a contratos em vigor, por um rácio que tem por base o somatório dos rácios de sinistralidade, despesas e cedência ao qual é deduzido o rácio de investimentos.

Provisão para participação nos resultados

A provisão para participação nos resultados corresponde a montantes atribuídos aos segurados ou aos beneficiários dos contratos, sob a forma de participação nos resultados, que não tenham ainda sido distribuídos.

Provisão para o resseguro cedido

A provisão para o resseguro cedido é determinado aplicando os critérios acima descritos para o seguro directo, tendo em consideração as condições dos tratados de resseguro cedido celebrados.

3 – Principais estimativas contabilísticas e julgamentos relevantes utilizados na elaboração das demonstrações financeiras

Os IFRS estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração utilize o julgamento e faça as estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela Companhia são analisadas como segue, no sentido de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afecta os resultados reportados da Companhia e a sua divulgação. Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adoptado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pela Companhia poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido.

O Conselho de Administração considera que as escolhas efectuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Companhia e das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes. As alternativas analisadas de seguida são apresentadas apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

Imparidade dos activos financeiros disponíveis para venda e em investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos

A Companhia determina se existe imparidade nos seus activos disponíveis para venda e em investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor. A determinação de uma desvalorização continuada ou de valor significativo requer julgamento.

Provisões técnicas

As provisões técnicas, incluindo provisões para sinistros, correspondem às responsabilidades futuras decorrentes dos contratos de seguro.

As provisões técnicas relativas aos produtos Acidentes e Doença foram determinadas tendo por base vários pressupostos nomeadamente mortalidade, longevidade e taxa de juro, aplicáveis a cada uma das coberturas incluindo uma margem de risco e incerteza. Os pressupostos utilizados foram baseados na experiência passada da Companhia e do mercado. Estes pressupostos poderão ser revistos se for determinado que a experiência futura venha a confirmar a sua desadequação.

As provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro incluem (i) provisão para participação nos resultados, (ii) provisão para prémios não adquiridos, (iii) provisão para sinistros reportados e não reportados, incluindo as despesas de regularização respectivas e (iiii) provisão para riscos em curso. Quando existem sinistros provocados

ou contra os tomadores de seguro, qualquer montante pago ou que se estima vir a ser pago pela Companhia é reconhecido como perda nos resultados.

A provisão para riscos em curso, corresponde ao montante necessário para fazer face a prováveis indemnizações e encargos a suportar após o termo do exercício e que excedam o valor dos prémios não adquiridos e dos prémios exigíveis relativos aos contratos em vigor.

A Companhia estabelece provisões para pagamento de sinistros decorrentes dos contratos de seguro. Na determinação das provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro, a Companhia avalia periodicamente as suas responsabilidades utilizando metodologias actuariais e tomando em consideração as coberturas de resseguro respectivas. As provisões são revistas periodicamente pelo actuário.

A Companhia regista provisões para sinistros do ramo não vida para cobrir a estimativa do custo último dos sinistros reportados e não reportados no final de cada data de balanço. As provisões para sinistros não representam um cálculo exacto do valor da responsabilidade, mas sim uma estimativa resultante da aplicação de técnicas de avaliação actuariais. Estas provisões estimadas correspondem à expectativa da Companhia de qual será o custo último de regularização dos sinistros, baseado numa avaliação de factos e circunstâncias conhecidas nessa data, numa revisão dos padrões históricos de regularização, numa estimativa das tendências em termos de frequência da sinistralidade, teorias sobre responsabilidade e outros factores.

As provisões são revistas regularmente e através de um processo contínuo à medida que a informação adicional é recebida e as responsabilidades vão sendo liquidadas.

Provisões para impostos

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, excepto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos directamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios. Os impostos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de investimentos disponíveis para venda são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base no resultado tributável apurado de acordo com as regras fiscais em vigor em Cabo Verde e utilizando a taxa de imposto aprovada ou substancialmente aprovada à data de cálculo. Os impostos diferidos, quando aplicáveis, são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos activos são reconhecidos apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro, passíveis de absorver as diferenças temporárias dedutíveis (incluindo prejuízos fiscais reportáveis).

A determinação dos impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período. De acordo com a legislação fiscal em vigor, as Autoridades Fiscais têm a possibilidade de rever o cálculo da matéria colectável efectuado pela Companhia durante um período de quatro anos, pelo que é possível que haja correcções à matéria colectável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção do Conselho de Administração da IMPAR de que não haverá correcções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

4 – Informação por segmentos

Um segmento operacional é um conjunto de ativos e operações que estão sujeitos a riscos e proveitos específicos diferentes de outros segmentos operacionais.

Um segmento geográfico é um conjunto de ativos e operações localizados num ambiente económico específico, que está sujeito a riscos e proveitos que são diferentes de outros segmentos que operam em outros ambientes económicos.

A companhia considera como segmento principal o segmento operacional.

A IMPAR explora todos os ramos de seguros Vida e Não Vida, para os quais foi autorizada pelo Banco de Cabo Verde e as suas políticas e regras de subscrição visam obter o máximo benefício da segmentação das tarifas dos vários produtos, sejam eles para particulares ou para empresas e utilizar todas as fontes de informação disponíveis para avaliação da qualidade dos riscos físicos, financeiros e morais.

A Companhia determina e apresenta segmentos operacionais baseados na informação de gestão produzida internamente. Um segmento operacional de negócio é uma componente identificável da Companhia que se destina a fornecer um produto ou serviço individual ou um grupo de produtos ou serviços relacionados, dentro de um ambiente económico específico e que esteja sujeito a riscos e benefícios que sejam diferenciáveis de outros.

Os segmentos de negócio objecto de relato são os produtos e soluções de maior relevância que a Companhia tem ao dispor dos seus clientes e agrupam-se como segue:

- Vida

- Não Vida:

- Acidentes e Doença
- Incêndio e Outros Danos
- Automóvel
- Transportes Marítimo e Aéreo

- Responsabilidade Civil
- Outros

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021, as actividades operacionais desenvolvidas pela Companhia apresentam o seguinte detalhe nas principais rúbricas de balanço e da demonstração de resultados:

2 022	Total Vida	Total Não Vida	Acidentes e Doença	Incêndio e Outros	Automóvel	Transportes	Resp. Civil	Diversos	Total
Rubricas de Ganhos e Perdas									
Prémios brutos emitidos	164 629	1 100 399	213 852	159 108	474 986	180 771	58 571	13 112	1 265 028
Prémios Resseguro Cedido	41 339	371 219	57 137	106 100	18 238	134 854	46 209	8 681	412 558
Prémios brutos não adquiridos (variação)	2 892	60 456	(895)	1 938	5 519	50 580	3 239	74	63 347
Prémios Res.Cedido não adquiridos (var.)	(4 707)	33 706	1 822	(962)	-	31 936	848	62	28 999
Custos com sinistros brutos	52 157	427 726	44 916	56 976	306 078	9 855	9 900	-	479 884
Custos com sinistros Resseguro Cedido	16 286	91 188	10 606	47 514	13 797	6 152	13 119	-	107 474
Custos de exploração	15 378	193 569	37 043	33 967	82 358	26 876	11 141	2 183	208 947
Comissões de Resseguro Cedido	16 775	57 031	10 807	22 231	-	14 165	7 675	2 153	73 806
Outras Provisões	82 674	-	-	-	-	-	-	-	82 674
Resultado técnico	**(1 457)**	**229 355**	**98 885**	**28 911**	**76 590**	**10 858**	**9 723**	**4 389**	**227 898**
Rubricas de Balanço									
Provisões técnicas brutas	368 596	1 565 055	170 898	142 727	849 394	312 884	74 450	14 701	1 933 651
Provisões técnicas Resseguro Cedido	19 599	449 686	66 741	104 442	122 622	93 623	57 303	4 955	469 286

2 021	Total Vida	Total Não Vida	Acidentes e Doença	Incêndio e Outros	Automóvel	Transportes	Resp. Civil	Diversos	Total
Rubricas de Ganhos e Perdas									
Prémios brutos emitidos	147 650	944 853	184 664	151 660	437 814	106 792	52 812	11 110	1 092 503
Prémios Resseguro Cedido	40 922	291 711	40 344	98 424	17 153	88 187	38 922	8 681	332 633
Prémios brutos não adquiridos (variação)	(612)	(17 764)	2 876	(2 750)	11 183	(28 115)	(1 299)	342	(18 376)
Prémios Res.Cedido não adquiridos (var.)	(2 043)	(27 255)	1 039	(3 083)	-	(25 972)	142	617	(29 299)
Custos com sinistros brutos	21 567	305 492	26 742	8 824	241 032	26 671	2 223	-	327 060
Custos com sinistros Resseguro Cedido	8 918	(5 425)	4 706	(483)	(9 879)	3 937	(3 706)	-	3 493
Custos de exploração	17 066	188 609	35 733	32 482	84 274	23 273	10 799	2 048	205 675
Comissões de Resseguro Cedido	18 569	56 229	9 692	23 364	-	14 105	6 667	2 401	74 798
Outras Provisões	85 603	-	-	-	-	-	-	-	85 603
Resultado técnico	**8 549**	**200 352**	**94 406**	**34 479**	**74 294**	**(11 155)**	**5 270**	**3 058**	**208 901**
Rubricas de Balanço									
Provisões técnicas brutas	290 591	1 355 789	140 679	93 218	775 495	267 386	64 486	14 525	1 646 380
Provisões técnicas Resseguro Cedido	34 704	349 985	56 666	62 362	120 053	60 102	45 911	4 892	384 689

5 – Prémios adquiridos, líquidos de resseguro

O detalhe dos prémios adquiridos líquidos de resseguro é como segue:

SEGURO DIRECTO	Prémios emitidos				Variação PPNA		Prémios adquiridos			
Ramo / Grupo Ramos	**2 022**	**%**	**2 021**	**%**	**2 022**	**2 021**	**2 022**	**%**	**2 021**	**%**
Vida	164 629	13%	147 650	14%	(2 892)	612	161 737	13%	148 263	13%
Total I	**164 629**	13%	**147 650**	14%	**(2 892)**	**612**	**161 737**	13%	**148 263**	13%
Não Vida										
Acidentes e doença	213 852	17%	184 664	17%	895	(2 876)	214 747	18%	181 788	16%
Incêndio e outros danos	159 108	13%	151 660	14%	(1 938)	2 750	157 171	13%	154 410	14%
Automóvel	474 986	38%	437 814	40%	(5 519)	(11 183)	469 467	39%	426 631	38%
Maritimo, aéreo e transportes	180 771	14%	106 792	10%	(50 580)	28 115	130 190	11%	134 907	12%
Responsabilidade civil geral	58 571	5%	52 812	5%	(3 239)	1 299	55 331	5%	54 111	5%
Crédito e caução	13 112	1%	11 110	1%	(74)	(342)	13 037	1%	10 769	1%
Total II	**1 100 399**	87%	**944 853**	86%	**(60 456)**	**17 764**	**1 039 943**	87%	**962 616**	87%
Total I + II	**1 265 028**	**100%**	**1 092 503**	**100%**	**(63 347)**	**18 376**	**1 201 680**	**100%**	**1 110 879**	**100%**

Os prémios brutos emitidos no exercício incluem o valor dos prémios ou frações de prémios respeitantes a períodos de risco com início nesse exercício.

A provisão para prémios não adquiridos é calculada prémio a prémio, através da aplicação do método prorata temporis a partir dos prémios deduzidos dos respetivos

custos de aquisição, considerando as datas de início e de fim do período de risco a que respeita o prémio ou fração.

Os prémios adquiridos são determinados como a diferença entre os prémios brutos emitidos e a variação da provisão para prémios não adquiridos, assegurando-se desta forma a aplicação do princípio da especialização dos exercícios.

O quadro seguinte evidencia a composição dos prémios de resseguro cedido, da variação da provisão para prémios não adquiridos de resseguro cedido e dos prémios adquiridos de resseguro cedido, em 2022 e 2021:

RESSEGURO CEDIDO	Prémios emitidos				Variação PPNA		Prémios adquiridos			
Ramo / Grupo Ramos	**2 022**	**%**	**2 021**	**%**	**2 022**	**2 021**	**2 022**	**%**	**2 021**	**%**
Vida	41 339	10%	40 922	12%	4 707	2 043	46 046	12%	42 965	12%
Total I	**41 339**	10%	**40 922**	12%	**4 707**	**2 043**	**46 046**	12%	**42 965**	12%
Não Vida										
Acidentes e doença	57 137	14%	40 344	12%	(1 822)	(1 039)	55 315	14%	39 305	11%
Incêndio e outros danos	106 100	26%	98 424	30%	962	3 083	107 062	28%	101 507	28%
Automóvel	18 238	4%	17 153	5%	-	-	18 238	5%	17 153	5%
Maritimo, aéreo e transportes	134 854	33%	88 187	27%	(31 936)	25 972	102 918	27%	114 159	32%
Responsabilidade civil geral	46 209	11%	38 922	12%	(848)	(142)	45 361	12%	38 780	11%
Crédito e caução	8 681	2%	8 681	3%	(62)	(617)	8 619	2%	8 064	2%
Total II	**371 219**	90%	**291 711**	88%	**(33 706)**	**27 255**	**337 513**	88%	**318 967**	88%
Total I + II	**412 558**	**100%**	**332 633**	**100%**	**(28 999)**	**29 299**	**383 559**	**100%**	**361 932**	**100%**

Os prémios de resseguro cedido são determinados com base nos tratados de resseguro assinados. A provisão para prémios não adquiridos, parte de resseguro, é calculada prémio a prémio, através da aplicação do método prorata temporis, considerando as datas de início e de fim do período de risco a que respeita o prémio cedido, líquido dos respetivos custos de aquisição diferidos de resseguro cedido.

Os prémios adquiridos de resseguro cedido são determinados como a diferença entre os prémios de resseguro cedido e a variação da provisão para prémios não adquiridos de resseguro cedido, assegurando-se desta forma a aplicação do princípio da especialização dos exercícios.

O quadro seguinte evidencia a composição dos prémios brutos emitidos líquidos de resseguro cedido, da variação da provisão para prémios não adquiridos líquida de resseguro cedido e dos prémios adquiridos líquidos de resseguro cedido, em 2022 e 2021. A Companhia conta, a nível técnico, com o apoio de importantes entidades resseguradoras internacionais, nomeadamente as Espanholas Mapfre RE e Nacional Reasseguros, sendo a Mapfre a líder detendo 40% dos Tratados Proporcionais e não Proporcionais; a Alemã R+V, a Francesa SCOR e a Sueca Sirius.

LIQUIDO DE RESSEGURO	Prémios emitidos				Variação PPNA		Prémios adquiridos			
Ramo / Grupo Ramos	**2 022**	**%**	**2 021**	**%**	**2 022**	**2 021**	**2 022**	**%**	**2 021**	**%**
Vida	123 290	14%	106 728	14%	(7 599)	(1 431)	115 691	14%	105 298	14%
Total I	**123 290**	14%	**106 728**	14%	**(7 599)**	**(1 431)**	**115 691**	14%	**105 298**	14%
Não Vida										
Acidentes e doença	156 714	18%	144 319	19%	2 717	(1 837)	159 431	19%	142 482	19%
Incêndio e outros danos	53 009	6%	53 236	7%	(2 899)	(332)	50 109	6%	52 904	7%
Automóvel	456 748	54%	420 662	55%	(5 519)	(11 183)	451 228	55%	409 479	55%
Maritimo, aéreo e transportes	45 917	5%	18 606	2%	(18 644)	2 143	27 273	3%	20 749	3%
Responsabilidade civil geral	12 362	1%	13 890	2%	(2 391)	1 442	9 971	1%	15 331	2%
Crédito e caução	4 431	1%	2 429	0%	(12)	276	4 418	1%	2 705	0%
Total II	**729 180**	86%	**653 142**	86%	**(26 750)**	**(9 492)**	**702 430**	86%	**643 650**	86%
Total I + II	**852 470**	**100%**	**759 870**	**100%**	**(34 349)**	**(10 923)**	**818 121**	**100%**	**748 947**	**100%**

6 – Custos com sinistros, líquidos de resseguro

Custos com sinistros de Seguro Directo do exercício de 2022:

CUSTOS COM SINISTROS SEGURO DIRECTO	Montantes pagos		Variação da Provisão	Custos com
Ramo / Grupos de ramos	**Prestações**	**Custos de gestão imputados**	**Sinistros**	**sinistros**
	1	**2**	**3**	**(1) + (2) + (3)**
Vida	58 303	1 144	-7 289	52 157
Total I	**58 303**	**1 144**	**-7 289**	**52 157**
Não Vida				
Acidentes e doença	12 408	1 481	31 012	44 901
Incêndio e outros danos	8 481	1 879	46 622	56 982
Automóvel	229 964	10 093	66 029	306 085
Maritimo, aéreo e transportes	11 119	325	-1 588	9 856
Responsabilidade civil geral	3 264	326	6 311	9 902
Crédito e caução	0	0	0	0
Total II	**265 236**	**14 103**	**148 386**	**427 726**
Total I + II	**323 539**	**15 247**	**141 097**	**479 884**

Custos com sinistros de Seguro Directo do exercício de 2021:

CUSTOS COM SINISTROS SEGURO DIRECTO	Montantes pagos		Variação da Provisão	Custos com
Ramo / Grupos de ramos	**Prestações**	**Custos de gestão imputados**	**Sinistros**	**sinistros**
	1	**2**	**3**	**(1) + (2) + (3)**
Vida	17 995	1 143	2 429	21 567
Total I	**17 995**	**1 143**	**2 429**	**21 567**
Não Vida				
Acidentes e doença	13 198	1 229	12 223	26 650
Incêndio e outros danos	28 178	406	-19 779	8 806
Automóvel	184 070	11 127	46 006	241 203
Maritimo, aéreo e transportes	17 627	1 228	7 760	26 615
Responsabilidade civil geral	2 511	102	-395	2 219
Crédito e caução	0	0	0	0
Total II	**245 585**	**14 093**	**45 815**	**305 492**
Total I + II	**263 580**	**15 235**	**48 244**	**327 060**

Custos com sinistros de Resseguro Cedido do exercício de 2022:

CUSTOS COM SINISTROS RESSEGURO CEDIDO	Montantes pagos		Variação da Provisão	Custos com
Ramo / Grupos de ramos	Prestações	Custos de gestão imputados	Sinistros	sinistros
	1	2	3	(1) + (2) + (3)
Vida	26 684	0	-10 398	16 286
Total I	**26 684**	**0**	**-10 398**	**16 286**
Não Vida				
Acidentes e doença	2 352	0	8 254	10 606
Incêndio e outros danos	4 472	0	43 042	47 514
Automóvel	11 227	0	2 570	13 797
Maritimo, aéreo e transportes	4 567	0	1 585	6 152
Responsabilidade civil geral	2 575	0	10 544	13 119
Crédito e caução	0	0	0	0
Total II	**25 193**	**0**	**65 995**	**91 188**
Total I + II	**51 877**	**0**	**55 598**	**107 474**

Custos com sinistros de Resseguro Cedido do exercício de 2021:

CUSTOS COM SINISTROS RESSEGURO CEDIDO	Montantes pagos		Variação da Provisão	Custos com
Ramo / Grupos de ramos	Prestações	Custos de gestão imputados	Sinistros	sinistros
	1	2	3	(1) + (2) + (3)
Vida	2 730	0	6 188	8 918
Total I	**2 730**	**0**	**6 188**	**8 918**
Não Vida				
Acidentes e doença	1 472	0	3 234	4 706
Incêndio e outros danos	16 641	0	-17 124	-483
Automóvel	7 395	0	-17 274	-9 879
Maritimo, aéreo e transportes	9 123	0	-5 186	3 937
Responsabilidade civil geral	2 026	0	-5 732	-3 706
Crédito e caução	0	0	0	0
Total II	**36 657**	**0**	**-42 082**	**-5 425**
Total I + II	**39 386**	**0**	**-35 893**	**3 493**

Custos com sinistros líquidos de resseguro cedido do exercício de 2022:

CUSTOS COM SINISTROS LIQUIDOS DE RESSEGURO Ramo / Grupos de ramos	Montantes pagos Prestações 1	 Custos de gestão imputados 2	Variação da Provisão Sinistros 3	Custos com sinistros (1) + (2) + (3)
Vida	31 619	1 144	3 109	35 872
Total I	**31 619**	**1 144**	**3 109**	**35 872**
Não Vida				
Acidentes e doença	10 056	1 481	22 758	34 294
Incêndio e outros danos	4 009	1 879	3 581	9 468
Automóvel	218 737	10 093	63 459	292 288
Maritimo, aéreo e transportes	6 553	325	-3 173	3 705
Responsabilidade civil geral	689	326	-4 233	-3 217
Crédito e caução	0	0	0	0
Total II	**240 043**	**14 103**	**82 391**	**336 538**
Total I + II	**271 662**	**15 247**	**85 500**	**372 409**

Custos com sinistros líquidos de resseguro cedido do exercício de 2021:

CUSTOS COM SINISTROS LIQUIDOS DE RESSEGURO Ramo / Grupos de ramos	Montantes pagos Prestações 1	 Custos de gestão imputados 2	Variação da Provisão Sinistros 3	Custos com sinistros (1) + (2) + (3)
Vida	15 266	1 143	-3 759	12 649
Total I	**15 266**	**1 143**	-3 759	**12 649**
Não Vida				
Acidentes e doença	11 725	1 229	8 989	21 944
Incêndio e outros danos	11 538	406	-2 655	9 289
Automóvel	176 675	11 127	63 280	251 082
Maritimo, aéreo e transportes	8 504	1 228	12 947	22 679
Responsabilidade civil geral	485	102	5 336	5 924
Crédito e caução	0	0	0	0
Total II	**208 928**	**14 093**	**87 897**	**310 917**
Total I + II	**224 193**	**15 235**	**84 138**	**323 567**

7 – Outras provisões técnicas, líquidos de resseguro

A rubrica outras provisões técnicas, líquida de resseguro, nos exercícios de 2022 e 2021 inclui apenas a variação da provisão para riscos em curso. Ver Nota 24.5 .

8 – Provisão matemática do ramo vida, líquidos de resseguro

A rúbrica provisão matemática do ramo vida, líquida de resseguro representa a variação das responsabilidades da Companhia com contratos de seguro do Ramo Vida. Ver Nota 24.2.

9 – Participação nos resultados, líquido de resseguro

A rubrica participação nos resultados, líquida de resseguro representa a variação das responsabilidades da Companhia com contratos de seguro do Ramo Vida com participação nos resultados. Ver Nota 24.4 .

10 – Custos e gastos de exploração líquidos

Os custos e gastos de exploração líquidos são analisados como se segue:

Custos e gastos de exploração liquídos	2 022	2 021
Custos de aquisição	16 305	16 048
Custos de aquisição imputados (Nota 11)	90 766	89 425
Custos de aquisição diferidos	-503	-1 162
Custos Administrativos	5 581	5 384
Custos Administrativos imputados (Nota 11)	96 797	95 980
Comissões e participações nos resultados de resseguro	-73 806	-74 798
Total	**135 140**	**130 877**

CUSTOS E GASTOS DE EXPLORAÇÃO	2 022			2 021		
Ramo / Grupo Ramos	Directo	Resseguro	Liquido	Directo	Resseguro	Liquido
Vida	15 378	16 775	-1 397	17 066	18 569	-1 503
Total I	**15 378**	**16 775**	**-1 397**	**17 066**	**18 569**	**-1 503**
Acidentes e doença	37 043	10 807	26 236	35 733	9 692	26 041
Incêndio e outros danos	33 967	22 231	11 735	32 482	23 364	9 118
Automóvel	82 358	0	82 358	84 274	0	84 274
Maritimo, aéreo e transportes	26 876	14 165	12 711	23 273	14 105	9 168
Responsabilidade civil geral	11 141	7 675	3 466	10 799	6 667	4 132
Crédito e caução	2 183	2 153	30	2 048	2 401	-353
Total II	**193 569**	**57 031**	**136 538**	**188 609**	**56 229**	**132 380**
Total I + II	**208 947**	**73 806**	**135 140**	**205 675**	**74 798**	**130 877**

11 – Custos por natureza imputados

Os custos registados nas rubricas de custos por natureza a imputar, não são evidenciados directamente na conta de ganhos e perdas, dado que são distribuídos pelas funções principais da Companhia, encontrando-se os mesmos reflectidos e distribuídos pelas seguintes rubricas:

- Função Sinistros: Custos com sinistros - Montantes pagos brutos;

• Função Aquisição: Custos e gastos de exploração – Custos de aquisição;

• Função Administrativa: Custos e gastos de exploração – Custos administrativos;

• Função Investimentos: Gastos financeiros - Outros.

O processo de imputação dos custos por natureza segue, consoante o caso, os seguintes critérios:

- % de tempo dedicado a cada função por centro de custo;

- % de colaboradores afectos a cada função.

A análise desses gastos e sua distribuição usando a classificação baseada na sua função, em 31 de Dezembro de 2022 e 31 de Dezembro de 2021, é a seguinte:

2 022	Custos com Sinistros		Custos Aquisição		Custos Administrativos		Custos Investimentos		Total	
	valor	%	valor	%	valor	%	valor	%	valor	%
Custos com o pessoal	10 346	68%	54 318	60%	64 665	67%	0	0%	129 330	61%
Fornecimentos e serviços externos	4 316	28%	22 659	25%	26 975	28%	0	0%	53 950	25%
Impostos	0	0%	10 720	12%	1 504	2%	0	0%	12 224	6%
Amortizações	585	4%	3 069	3%	3 653	4%	9 332	100%	16 639	8%
Total	**15 247**	**100%**	**90 766**	**100%**	**96 797**	**100%**	**9 332**	**100%**	**212 142**	**100%**

2 021	Custos com Sinistros		Custos Aquisição		Custos Administrativos		Custos Investimentos		Total	
	valor	%	valor	%	valor	%	valor	%	valor	%
Custos com o pessoal	10 602	70%	55 660	62%	66 262	69%	0	0%	132 525	63%
Fornecimentos e serviços externos	4 034	26%	21 177	24%	25 211	26%	0	0%	50 422	24%
Impostos	0	0%	9 439	11%	760	1%	0	0%	10 199	5%
Amortizações	600	4%	3 148	4%	3 748	4%	9 613	100%	17 109	8%
Total	**15 235**	**100%**	**89 425**	**100%**	**95 980**	**100%**	**9 613**	**100%**	**210 254**	**100%**

11.1 – Fornecimentos e serviços externos

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 esta rubrica tinha a seguinte composição:

Fornecimentos e Serviços Externos	2 022	2 021
Fornecimento e Serviços		
Electricidade	5 053	4 236
Combustíveis	2 319	1 764
Água	384	338
Impressos	867	711
Material de Escritório	3 035	2 089
Livros e documentação técnica	0	18
Artigos para oferta	4	4
Rendas e Alugueres	40	0
Despesas de Representação	52	69
Comunicação	3 847	3 929
Seguros	1 736	1 805
Deslocações e Estadas	1 757	858
Honorários	618	1 645
Conservação e Reparação	5 827	6 613
Publicidade e Propaganda	3 791	6 936
Vigilancia e Segurança	6 404	6 412
Trabalhos Especializados	10 553	6 561
Outros Fornecimentos e Serviços Externos	7 662	6 435
Total	**53 950**	**50 422**

Houve um acréscimo global de aproximadamente 3.500 contos, que corresponde a 7%, devido, sobretudo, a contratação de serviços de assistência informática, considerado na rubrica "Trabalhos Especializados".

Também o agravamento das condições do mercado derivado da conjuntura atual que vivemos impactou o aumento nas rubricas Electricidade, Combustíveis, Impressos e Materiais de Escritório.

O aumento na rubrica Deslocações deve-se a retoma na integra da actividade económica, pós pandemia Covid 19.

11.2 - Gastos com Pessoal

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 esta rubrica apresenta a seguinte composição:

Custos com o Pessoal	2 022	2 021
Remunerações - orgãos sociais	22 234	22 551
Remunerações - pessoal	82 064	85 607
Encargos sobre remunerações - orgãos sociais	1 073	1 073
Encargos sobre remunerações - pessoal	11 672	14 015
Seguros	6 746	6 981
Custos de acção social	3 510	722
Formação	1 996	522
Outros	36	1 054
Total	**129 330**	**132 525**

Na rubrica de "Encargos sobre remunerações", a Empresa regista os encargos com a Previdência Social, correspondentes a 16% dos ordenados e salários, horas extraordinárias, subsídios, e outras remunerações de carácter permanente.

A rubrica "Seguros" inclui prémios de seguros dos ramos Vida, Acidentes Trabalho, Acidentes Pessoais e Saúde.

O decréscimo de 3.500 contos verificado nas remunerações com o Pessoal advém sobretudo do cancelamento da remuneração do Director Informático, transferido para trabalhos especializados, mediante contratação de serviços externos.

O aumento na rubrica Custos de Acção Social deve-se as comemorações do 30º aniversário da Companhia.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o numero de pessoal foi de 72 colaboradores contra 70 em 2021.

Alocação dos Trabalhadores	2022	2021
Direcção	5	5
Quadros técnicos	25	23
Quadros administrativos	36	36
Outros	6	6
	72	**70**

11.2.1 - Obrigações com Benefícios dos Empregados

A Companhia não assumiu quaisquer responsabilidades quanto ao pagamento de pensões de reforma ou outros benefícios pós-emprego com os seus colaboradores.

12 – Rendimentos

Esta rubrica tem a seguinte composição:

RENDIMENTOS	2 022	2 021
De investimentos afectos às provisões técnicas do ramo vida		
Acções	4 055	3 613
Obrigações	6 906	6 152
Outros depósitos	5 088	-
	16 049	**9 766**
De investimentos afectos às provisões técnicas do ramo não vida		
Seguro de Acidentes de Trabalho		
Obrigações	4 607	7 899
Outros depósitos	5 064	334
	9 671	**8 232**
Seguro Automóvel		
Edifícios de Rendimento	2 400	-
Acções	531	-
Obrigações	-	1 500
	2 931	**1 500**
Outros Seguros		
Edifícios de Rendimento	3 882	3 721
Obrigações	983	3 239
Outros depósitos	1 080	-
	5 945	**6 961**
De investimentos não afectos		
Obrigações	-	810
	-	**810**
Total	**34 596**	**27 269**

Na rubrica "Obrigações" no decurso do ano 2022, a companhia auferiu juros no valor de mCVE 12.496 que representativos de 36% do total dos rendimentos obtidos na carteira de investimentos, contra mCVE 19.600 / 72% no ano transato.

Por outro lado, nas aplicações em Depósitos a Prazo os juros auferidos em 2022 no valor de mCVE 11.232 representativos de 32% do total dos rendimentos obtidos na carteira de investimentos.

Em 2022 a IMPAR recebeu mCVE 4.586 de dividendos contra mCVE 3.613 recebidos em 2021, correspondentes as participações na SITA, ENACOL e CVTELECOM. Há que referir que a IMPAR, enquanto acionista principal do BCN, deliberou pela não distribuição de Dividendos pelo período de 5 anos "(2018 a 2022)" nesse Banco, reforçando assim os capitais próprios, os quais serão fundamentais para a materialização do plano estratégico dessa Instituição Bancária que passa pela duplicação do seu volume de negócios ao longo desse quinquénio.

Durante o exercício 2022 a Companhia registou rendimentos nos Edifícios no valor global de mCVE 6.282 representativos de 18% do total dos rendimentos obtidos nos investimentos, contra mCVE 3.721/ 14% no ano transato.

13 – Gastos financeiros

A rubrica Gastos financeiros, nos exercícios de 2022 e 2021 inclui apenas gastos diversos imputados à função investimentos. Ver Nota 11.

14 – Outras provisões (variação)

Nos exercícios de 2022 e 2021 os montantes registados na rúbrica outras provisões (variação) são resultantes da variação do ajustamento para recibos por cobrar, conforme nota 25.

15 – Outros Rendimentos e Gastos

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2 022	2 021
Mecenato	4 128	1 102
Gastos e perdas financeiras	250	1 106
Excesso/estimativa impostos	0	0
Outros	(23 917)	8 095
Mais/menos valias alienação imobilizado	(2 455)	(183)
Reversão de provisões	(156 207)	-
Total	**(178 202)**	**10 120**

A rubrica "Mecenato" inclui os donativos de caracter filantrópico e que contribuem para o desenvolvimento de iniciativas nas áreas social, cultural, ambiental, desportiva e educacional, tendo como contrapartida incentivos de natureza fiscal, que se traduzem na redução de impostos de quem contribui. O aumento nesta rubrica deve-se à retoma, pós pandemia COVID-19, da realização de diversos eventos

A rubrica "Outros" inclui as correcções de exercícios anteriores, onde se destaca a regularização de contas de Resseguradores.

As Mais/menos valias devem-se ao ganho obtido na alienação de um imóvel sito em Ribeira Grande, Santo Antão, bem como de outros bens do imobilizado.

A redução verificada nesta rubrica advém do desreconhecimento da provisão para contingências em investimentos (riscos de atividade) no valor de 156.207 contos, reconhecida aquando da aquisição de uma participação direta de 87% no BCN.

16 – Caixa e Seus Equivalentes e Depósitos à Ordem

O saldo desta rúbrica apresenta-se como segue:

	2 022	2 021
Caixa	1 261	459
Depósitos em instituições de crédito	187 840	172 370
Total	**189 100**	**172 829**

17 – Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos

O detalhe dos investimentos em subsidiárias em 31 de Dezembro de 2022 e 31 de Dezembro de 2021 é apresentado como segue:

Unid: CVE

Descrição	Valorização	Quantidade ações	Participação	Valor em 31-12-2022
IMOPAR - Imobiliária e Participações S.a.r.l.	Equivalência patrimonial	4 000	50,00%	27 604 433
GRUPO IMPAR	Custo	5 000	100,00%	5 000 000
BCN - Banco Caboverdiano de Negócios	Equivalência patrimonial	780 800	86,76%	3 219 186 372
SEPI - Sociedade de Estudos e Promoção de Investimentos, S.A.	Custo	100 000	100,00%	2 500 000
Total - Investimentos em Subsidiárias				**3 254 290 805**

Descrição	Valorização	Quantidade ações	Participação	Valor em 31-12-2021
IMOPAR - Imobiliária e Participações S.a.r.l.	Equivalência patrimonial	4 000	50,00%	21 592 540
GRUPO IMPAR	Custo	5 000	100,00%	5 000 000
BCN - Banco Caboverdiano de Negócios	Equivalência patrimonial	780 800	86,76%	2 788 627 464
SEPI - Sociedade de Estudos e Promoção de Investimentos, S.A.	Custo	100 000	100,00%	2 500 000
Total - Investimentos em Subsidiárias				**2 817 720 004**

A SEPI após a venda das acções que detinha no BCN, o seu Capital Social ficou reduzido ao montante de mCVE 2.500.

A participação directa da IMPAR no BCN ficou concluída em 2019 tendo sido actualizada a participação conforme o valor dos Capitais Próprios do BCN a 31 de Dezembro de 2022.

A movimentação da valorização dos investimentos em subsidiárias nos exercícios de 2022 e 2021 é apresentada como segue:

Unid CVE

Descrição	31/12/2021	Aquisição	Suprimentos	Alienação	Menos valias alienações	Método equivalência patrimonial - impacto em resultados	Método equivalência patrimonial - impacto em resultados transitados	Método equivalência patrimonial - impacto em reservas de revalorização	31/12/2022
IMOPAR - Imobiliária e Participações S.a.r.l.	21 592 540					6 011 893			27 604 433
GRUPO IMPAR	5 000 000								5 000 000
BCN - Banco Caboverdiano de Negócios	2 788 627 464					435 686 163	- 5 127 255		3 219 186 372
SEPI - Soc.Estudos e Promoção de Invest., S.A.	2 500 000								2 500 000
Total - Investimentos e Subsidiárias	**2 817 720 004**	**0**	**0**	**0**	**0**	**441 698 056**	**-5 127 255**	**0**	**3 254 290 805**

Descrição	31/12/2020	Aquisição	Suprimentos	Alienação	Menos valias alienações	Método equivalência patrimonial - impacto em resultados	Método equivalência patrimonial - impacto em resultados transitados	Método equivalência patrimonial - impacto em reservas de revalorização	31/12/2021
IMOPAR - Imobiliária e Participações S.a.r.l.	20 000 000					1 592 540			21 592 540
GRUPO IMPAR	5 000 000								5 000 000
BCN - Banco Caboverdiano de Negócios	2 378 660 971					385 350 285	- 3 561 509	28 177 717	2 788 627 464
SEPI - Soc.Estudos e Promoção de Invest., S.A.	2 500 000								2 500 000
Total - Investimentos e Subsidiárias	**2 406 160 971**	**0**	**0**	**0**	**0**	**386 942 825**	**-3 561 509**	**28 177 717**	**2 817 720 004**

A rúbrica Ganhos e perdas de associadas e empreendimentos conjuntos contabilizado pelo método da equivalência patrimonial no exercício de 2022 pelo aumento na parte proporcional do resultado positivo do BCN e da IMOPAR.

A SEPI - Sociedade de Estudos e Promoção de Investimentos, S.A. após a alienação das acções do BCN não desenvolveu nenhuma actividade.

A IMOPAR - Imobiliária e Participações S.a.r.l. cujo maior acionista é a IMPAR foi constituída em 2009, tendo iniciado atividade em 2019, dedica-se ao ramo imobiliário, nomeadamente avaliação de Imóveis e Fiscalização de Obras, e participação noutras empresas.

O GRUPO ÍMPAR é uma empresa ainda sem atividade.

Na tabela abaixo apresentamos informação financeira do BCN, como segue:

Unid CVE

	31-12-2022		31-12-2021	
	Capital próprio	Resultado líquido	Capital próprio	Resultado líquido
BCN - Banco Caboverdiano de Negócios	3 710 638 128	502 199 469	3 214 348 658	444 179 148

Trata-se de dados provisórios, de acordo com a informação disponível à data.

18 – Activos Disponíveis Para Venda

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 esta rubrica apresenta a seguinte composição:

Unid: CVE

Descrição	Valorização	QTD	P.U Aquis.	Valor em 31Dez2022	Valor em 31Dez2021
ENACOL, S.a.r.l.	Justo Valor - cotação bolsista	1 500	7 200	10 800 000	6 750 000
CVTELECOM, S.a.r.l.	Custo	1 500	4 800	7 200 000	7 200 000
SITA - Sociedade -industrial de Tintas, SA	Custo	23 822	2 162	51 513 643	51 513 643
GMT - Cabo Verde, SA	Custo	7 500	2 750	-	-
Total Ativos disponíveis para venda				**69 513 643**	**65 463 643**

19 – Empréstimos e contas a receber

Em 31 de dezembro de 2022 esta rubrica apresenta um investimento de 260.000 mCVE em Depósitos a Prazo, a taxa de juros de 3% anual.

20 – Investimentos a deter até à maturidade

As Obrigações e os Depósitos a Prazo detalham-se como se segue:

Unid: CVE

Descrição	Saldo 31Dez22	Qtd	Tx Juro	Maturidade
Obrigações TACV	34 615 461	34 615	6%	out-31
Obrigações Tesouro	500 000 000	500 000	3%	out-30
Obrigações Tesouro	70 000 000	70 000	3%	dez-23
Total	**604 615 461**			

Descrição	Saldo 31Dez21	Qtd	Tx Juro	Maturidade
Obrigações TACV	38 461 538	38 461	6%	out-31
Obrigações Tesouro	120 000 000	120 000	3%	abr-22
Obrigações Tesouro	50 000 000	50 000	3%	nov-22
Obrigações Tesouro	70 000 000	70 000	3%	jun-22
Obrigações Tesouro	70 000 000	70 000	3%	dez-22
Obrigações Tesouro	70 000 000	100 000	3%	jun-22
Obrigações Tesouro	30 000 000	100 000	3%	nov-22
Obrigações Tesouro	150 000 000	120 000	3%	jun-22
Total	**598 461 538**			

Em 31 de Dezembro de 2022 as Obrigações totalizam o montante de mCVE 604.615.

De realçar que em 2022 optou-se pela estratégia de reaplicar as OT´s vencidas numa única aplicação de mCVE 500.000.

21 – Terrenos e Edifícios

Nos exercícios de 2022 e 2021, as rúbricas Terrenos e Edifícios da Companhia apresentam o seguinte detalhe:

Unid mCVE

	2022									
	Saldos em 31.12.2021							Saldos em 31.12.2022		
Descrição	Valor bruto	Amortizações acumuldadas	Alienações	Aquisições	Avaliações	Amortizações do exercício	Transferências	Valor bruto	Amortizações acumuldadas	Valor Líquido
Terrenos e Edifícios:										
De Uso Próprio	277 402	91 349	9 180	-		7 777	-	268 222	99 126	169 096
De Rendimento	367 336	-	-	-	1 307	-	-	368 643	-	368 643
Total	644 738	91 349	9 180	-	1 307	7 777	-	636 865	99 126	537 739

Em 2022 ocorreu a alienação de um Imóvel de Uso Próprio pelo montante de 9.000 contos.

Procedeu-se às avaliações da maioria dos Imóveis de Rendimento tendo gerado uma valorização global de 1.307 contos.

Terrenos e Edifícios de Uso Próprio

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 os terrenos e edifícios de serviço próprio, detidos pela Companhia, apresentam o seguinte detalhe:

Unid: mCVE

	2022			2021		
Localização	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Valor Líquido	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Valor Líquido
Apartamento em Ribeira Grande - Stº Antão	-	-	-	9 180	1 469	7 711
Escritório da Assomada - Stª Catarina	10 621	5 098	5 523	10 621	4 673	5 948
Escritório em Stª Maria - Sal	8 421	4 042	4 379	8 421	3 705	4 716
Apartamento na Achada Stº António - Edificio Europa	7 750	3 720	4 030	7 750	3 410	4 340
Escritório na Achada Stº António - Praia	23 773	8 116	15 657	23 773	7 165	16 608
Edifício do Escritório Sede Administrativa - Praia	106 175	40 616	65 559	106 175	36 369	69 806
Escritório nos Espargos - Sal	24 585	12 401	12 184	24 585	11 418	13 167
Edifício Sede Social - Mindelo	49 831	25 133	24 698	49 831	23 943	25 888
Apartamento em Monte Sossego - Mindelo	-	-	-	-	- 803	803
Terreno Sede Administrativa - Praia	9 047	-	9 047	9 047	-	9 047
Terreno do Escritório Espargos - Sal	8 000	-	8 000	8 000	-	8 000
Terreno Sede Social - Mindelo	18 830	-	18 830	18 830	-	18 830
Terreno do Porto Novo - Stº Antão	1 189	-	1 189	1 189	-	1 189
Total	**268 222**	**99 126**	**169 096**	**277 402**	**91 349**	**186 053**

Os terrenos e edifícios de uso próprio encontram-se valorizados ao custo de aquisição, sendo amortizados ao longo da respectiva vida útil.

Terrenos e Edifícios de Rendimento

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021, os terrenos e edifícios de rendimento detidos pela Companhia apresentam o seguinte detalhe:

Unid mCVE

	Ano da última avaliação	Custo de aquisição	Valor de Balanço	
			2022	2021
Localização			Valor bruto	Valor bruto
Armazém na Achada Grande Frente (Ex-OMT) - Praia	2022	60 000	56 500	57 500
Edifício em Alto Morabeza (Ex-Confecções Porto Grande) - Mindelo	2022	82 614	141 000	139 000
Edifício da Farmácia Africana - Praia	2022	23 000	22 500	23 000
Armazém na Achada Grande Frente (Ex-COMAT) - Praia	2022	25 977	29 000	30 000
Apartamento em Terra Branca - Praia	2019	3 634	3 914	3 914
Apartamento em Monte Sossego - Mindelo	2022	6 693	8 500	6 693
Edificio Lazareto	2021	42 711	42 711	42 711
Terreno nos Espargos - Sal		587	588	588
Terreno na Boavista		770	770	770
Terreno em Palha Sé - Praia	2022	58 176	63 160	63 160
Total		**304 162**	**368 643**	**367 336**

Os imóveis de rendimento encontram-se valorizados ao justo valor, determinado com recurso a avaliações, realizadas por técnicos independentes e externos especializados nesta matéria.

22 – Outros Activos Tangíveis, Inventários e Outros Elementos do Activo

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 esta rubrica apresenta como segue:

	2022	2021
Imobilizado tangível		
Valor bruto	160 886	158 771
Depreciação acumulada	-148 762	-143 264
Ativos tangíveis em curso	1 010	-
	13 134	**15 507**
Inventários	391	391

Os movimentos ocorridos nos activos fixos tangíveis e respectivas depreciações, no exercício de 2022 foram os seguintes:

Unid: mCVE

Activos Fixos Tangíveis	2021	Adições	Alienações/ Abates/ Anulações	2022
Equipamento Administrativo	43 467	1 099	-	44 566
Máquinas e Ferramentas	9 344	-	-	9 344
Equipamento Informático	40 528	2 708	173	43 063
Instalações Interiores	4 018	-	-	4 018
Material de Transporte	57 016	-	1 635	55 381
Outro Equipamento	3 857	117	-	3 974
Património Artistico	541	-	-	541
		-	-	
Sub-total 1	**158 771**	**3 924**	**1 808**	**160 887**

Depreciações Acumuladas	2021	Depreciações/ Amortizações	Alienações/ Abates/ Anulações	2022
Equipamento Administrativo	40 604	969	-	41 573
Máquinas e Ferramentas	7 389	386	-	7 775
Equipamento Informático	39 053	1 815	173	40 695
Instalaçoes Interiores	3 949	47	-	3 996
Material de Transporte	48 235	3 939	1 635	50 539
Património Artístico	541	-	-	541
Outro Equipamento	3 492	151	-	3 643
Sub-total 2	**143 263**	**7 307**	**1 808**	**148 762**
Total	**15 508**	**(3 383)**	**-**	**12 125**

Activos Tangíveis em Curso	2021	Adições	Alienações/ Abates	2022
Imobilizações Corpóreas	-	589	-	589
Total	**-**	**589**	**-**	**589**

Obras em Curso	2021	Adições	Alienações/ Abates	2022
Edificio Lazareto	-	420	-	420
Total	**-**	**420**	**-**	**420**

Outros Elementos do Activo	2021	Adições	Alienações/ Abates	2022
Investimentos Financeiros em Curso:				
Projecto Emprofac	2 140	-		2 140
Total	**2 140**	**-**	**-**	**2 140**

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, as adições registadas na rubrica "ativos fixos tangíveis" dizem respeito essencialmente (i) nos equipamentos administrativos, aquisição/substituição de seis aparelhos de ar condicionado e aquisição de materiais de escritório nomeadamente sete cadeiras giratórias, armário e blocos de gavetas (ii) na rubrica equipamentos informático aquisição de cinco computadores portáteis, duas impressoras, sete monitores, um projector, um servidor e oito UPS (iii) em outros equipamentos essencialmente a aquisição de uma rampa metálica, um reservatório para água e dois bebedouros.

Quanto ao Imobilizado em Curso trata-se da aquisição de uma máquina fotocopiadora multifunções, adquirida em finais de 2022 e que entrou em funcionamento apenas em início do ano seguinte.

Relativamente as Obras em Curso respeitam ao projecto de arquitetura para remodelação do edifício sito em Lazareto, Mindelo.

Os Inventários dizem respeito fundamentalmente aos salvados.

23 – Outros Activos Intangíveis

	2022	2021
Imobilizado intangível		
Valor bruto	18 947	18 690
Depreciação acumulada	-18 776	-18 690
	171	**0**

Encontram-se registados nesta rúbrica as despesas de desenvolvimento e aquisição de aplicações informáticas relacionadas com o software utilizado na Companhia.

Em 31 dezembro de 2022 esta rubrica tem um valor bruto de 18.947 e que se encontra praticamente totalmente amortizado.

24 – Provisões Técnicas, Líquidas de Resseguro Cedido

As provisões técnicas de seguro direto, líquidas de resseguro cedido têm a seguinte composição em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

Ramo / Grupo Ramos	2 022			2 021		
	Directo	Resseguro	Liquido	Directo	Resseguro	Liquido
Provisão prémios não adquiridos	389 569	158 877	230 691	326 724	129 879	196 846
Provisão para sinistros	1 221 577	310 408	911 169	1 079 825	254 811	825 014
Provisão matemática Vida	319 804	0	319 804	237 916	0	237 916
Provisões para participação nos resultados	2 701	0	2 701	1 915	0	1 915
Total	**1 933 651**	**469 286**	**1 464 365**	**1 646 380**	**384 689**	**1 261 691**

24.1 – Provisão para Prémios não Adquiridos, Líquida de Resseguro Cedido

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2 022						
	Seguro Directo			Resseguro Cedido			Liquida
Ramos / Grupo ramos	PPNA bruta	CAD	PPNA líquida	PPNA bruta	CAD	PPNA líquida	
Vida	34 794	2 589	32 205	17 975	3 208	14 767	17 437
Acidentes e doença	32 916	2 901	30 014	13 137	1 333	11 804	18 210
Incêndio e outros danos	91 954	10 624	81 330	61 362	11 199	50 163	31 167
Automóvel	142 844	12 237	130 607	0	0	0	130 607
Maritimo, aéreo e transportes	82 724	6 719	76 005	59 290	3 448	55 842	20 163
Responsabilidade civil geral	34 605	3 493	31 112	26 032	4 686	21 346	9 766
Crédito e caução	8 986	691	8 295	6 042	1 088	4 955	3 341
Total	**428 822**	**39 254**	**389 569**	**183 839**	**24 961**	**158 877**	**230 691**

	2 021						
	Seguro Directo			Resseguro Cedido			Liquida
Ramos / Grupo ramos	PPNA bruta	CAD	PPNA líquida	PPNA bruta	CAD	PPNA líquida	
Vida	31 902	2 317	29 585	23 859	4 385	19 474	10 111
Acidentes e doença	33 811	3 328	30 483	11 253	1 271	9 982	20 500
Incêndio e outros danos	90 016	12 206	77 810	62 531	11 406	51 125	26 685
Automóvel	137 324	13 401	123 923	0	0	0	123 923
Maritimo, aéreo e transportes	32 144	3 001	29 142	26 524	2 618	23 906	5 237
Responsabilidade civil geral	31 366	3 710	27 656	24 998	4 500	20 498	7 158
Crédito e caução	8 912	787	8 125	5 966	1 074	4 892	3 233
Total	**365 475**	**38 750**	**326 724**	**155 132**	**25 253**	**129 879**	**196 846**

CAD = custos de aquisição diferidos

24.2 – Provisão para Seguros e Operações do Ramo Vida

A composição desta rubrica é a seguinte:

	Saldo Balanço		Variação Ganhos e Perdas	
Provisões ramo Vida	**2 022**	**2 021**	**2 022**	**2 021**
Provisão matematica	319 804	237 916	81 888	84 893

24.3 – Provisão para Sinistros, Líquida de Resseguro

A rubrica apresenta a seguinte desagregação no que respeita ao seguro directo:

Ramo / Grupo Ramos	Saldo Balanço		Variação ganhos e perdas	
	2 022	2 021	2 022	2 021
Vida	13 886	21 175	-7 289	2 429
Total I	**13 886**	**21 175**	**-7 289**	**2 429**
Acidentes e Doença	142 151	110 197	31 807	12 438
Incêndio e outros danos	61 965	15 407	48 006	-19 864
Automóvel	717 240	651 572	63 959	45 175
Maritimo, aéreo e transportes	237 352	238 244	-1 846	7 725
Responsabilidade civil geral	42 551	36 830	6 459	341
Crédito e caução	6 431	6 400	0	0
Total II	**1 207 691**	**1 058 650**	**148 386**	**45 815**
Total I + II	**1 221 577**	**1 079 825**	**141 097**	**48 244**

A provisão para sinistros corresponde aos sinistros ocorridos e ainda não pagos à data do balanço e inclui uma provisão estimada, no montante de mCVE 27.559 (2021: mCVE 20.521) relativa aos sinistros ocorridos antes do final do ano e ainda não reportados (IBNR).

Desagregação da provisão para sinistros de resseguro cedido:

Ramo / Grupo Ramos	Saldo Balanço		Variação ganhos e perdas	
	2 022	2 021	2 022	2 021
Vida	4 832	15 230	-10 398	6 188
Total I	**4 832**	**15 230**	**-10 398**	**6 188**
Acidentes e Doença	54 937	46 683	8 254	3 234
Incêndio e outros danos	54 279	11 237	43 042	-17 124
Automóvel	122 622	120 053	2 570	-17 274
Maritimo, aéreo e transportes	37 781	36 196	1 585	-5 186
Responsabilidade civil geral	35 957	25 413	10 544	-5 732
Crédito e caução	0	0	0	0
Total II	**305 576**	**239 581**	**65 995**	**-42 082**
Total I + II	**310 408**	**254 811**	**55 598**	**-35 893**

Desagregação da provisão para sinistros líquidos de resseguro:

Ramo / Grupo Ramos	Saldo Balanço		Variação ganhos e perdas	
	2 022	2 021	2 022	2 021
Vida	9 054	5 946	3 109	-3 759
Total I	**9 054**	**5 946**	**3 109**	**-3 759**
Acidentes e Doença	87 214	63 513	23 553	9 204
Incêndio e outros danos	7 686	4 171	4 964	-2 740
Automóvel	594 618	531 520	61 390	62 449
Maritimo, aéreo e transportes	199 571	202 048	-3 431	12 912
Responsabilidade civil geral	6 595	11 418	-4 085	6 073
Crédito e caução	6 431	6 400	0	0
Total II	**902 114**	**819 069**	**82 391**	**87 897**
Total I + II	**911 169**	**825 014**	**85 500**	**84 138**

24.4 – Provisão para Participação nos Resultados

A composição desta rubrica é a seguinte:

	Saldo Balanço		Variação Ganhos e Perdas	
Provisões ramo Vida	**2 022**	**2 021**	**2 022**	**2 021**
Participação nos resultados	2 701	1 915	786	709

24.5 – Provisão para Riscos em Curso

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 o apuramento desta provisão foi nulo.

25 – Outros Devedores por Operações de Seguros e Outras Operações

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2 022	2 021
Activo Bruto		
Recibos por cobrar	352 869	302 867
Operações Pendentes de liquidação	-	-
Resseguro	14 717	17 222
Tomadores de seguros	6 490	6 183
Reembolsos de sinistros	39	123
Outros	22 840	9 998
	396 954	**336 393**
Ajustamentos		
Recibos por cobrar	(138 722)	(112 352)
Créditos de cobrança duvidosa	(5 342)	(5 342)
	(144 064)	**(117 694)**
Activo Líquido	**252 890**	**218 699**

Verificou-se um aumento no valor de mCVE 26.370 na Provisão para Recibos por cobrar, fruto do aumento dos recibos em cobrança de 50.000 contos. Esta provisão é calculada de acordo com o Aviso nº2/2005 do BCV e a imparidade constituída deve ser suficiente para cobrir os recibos à cobrança no final de cada exercício, deduzidos dos recibos entretanto cobrados.

26 – Activos e Passivos por Impostos

Em 31 de Dezembro de 2022 e de 2021 a rubrica, apresenta a seguinte composição:

	2 022	2 021
Retenção de imposto na fonte	1 694	1 710
Imposto Sobre Rendimento	**20 787**	**25 517**
Débito		
Crédito	20 787	25 517
Imposto de selo	14 974	13 235
Taxas para a Autoridade de Controlo	3 000	2 669
SORC	5 149	7 971
Contribuições para a segurança social	3 094	3 066
Outros	0	-
Impostos Correntes	**48 698**	**54 167**
Impostos Diferidos	**(21 802)**	**(21 509)**

As rubricas "Crédito/(Débito)" correspondem a valores a pagar, após o apuramento do imposto final.

O montante de mCVE 1.694 na rubrica Retenção de Impostos na Fonte inclui essencialmente as retenções do IRPS relativo as remunerações do mês de dezembro do pessoal e dos prestadores de serviço.

O valor de mECV 3.094 em dívida à Previdência Social corresponde aos encargos sobre as remunerações do mês de dezembro da responsabilidade da Empresa e dos trabalhadores.

A rubrica Imposto de Selo inclui o montante de mCVE 14.974 referente ao selo de apólice que incide sobre os prémios de seguro emitidos por cobrar ou já cobrados cujo imposto é pago no mês seguinte.

As Taxas para Autoridade de Controlo e Seguro Obrigatório Responsabilidade Civil Automóvel nos montantes de mCVE 3.000 e 5.149 dizem respeito respectivamente (i) a taxa 0.75% aplicada sobre os prémios dos ramos vida e não vida, líquidos de estornos e anulações, durante o ultimo trimestre de 2022 (ii) receita para o FGA – Fundo de Garantia Automóvel e para SNPC – Sistema Nacional Proteção Civil, o montante entregue por cada segurado, resultante da aplicação da taxa de 2% e 1%, respectivamente, sobre os prémios simples do SORCA processados. Este montante é entregue ao FGA no ano seguinte.

Em 31 de Dezembro de 2022 a estimativa de impostos sobre os rendimentos é de mCVE 59.029, sendo que as entregas por conta no total de mCVE 36.617, calculadas com base nas coletas de 2020 e 2021 e das retenções efetuadas por terceiros no total de mCVE 1.625, foram inferiores a esta estimativa. Assim, a Companhia tem por pagar ao Tesouro Nacional o montante estimado de mCVE 20.787.

A Companhia está sujeita ao regime fiscal estabelecido pelo Código do IRPC – Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas, à taxa de 22% e a uma taxa de incêndio de 2% que recai sobre o IRPC apurado, o que corresponde a uma taxa agregada de imposto de 22,44%.

Adicionalmente, o conceito de impostos diferidos, resultantes das diferenças temporárias entre os resultados contabilísticos e os resultados fiscalmente aceites para efeitos de tributação, é aplicável sempre que haja uma probabilidade razoável de que tais impostos venham a ser pagos ou recuperados no futuro.

Em 2022 e 2021 os montantes registados de impostos diferidos respeitam apenas a valores relativos a imóveis de rendimento, tendo a variação registado no ano de 2022 sido justificada pela aplicação dos coeficientes de desvalorização monetária na determinação do valor fiscal dos mesmos.

O Imposto sobre o rendimento de Pessoas Colectivas pode ser analisada como segue:

	2022	2021
Resultado antes de imposto custo/ (proveito)	852 048	591 480
Encargo de imposto nominal		
- a 22%	187 451	130 126
- Derrama (0,2% s/colecta)	1 156	1 047
	188 606	131 173
Encargo de imposto efectivo - Impar Seguros		
Custo/(proveito) por Imposto Corrente	59 029	54 332
Custo/(proveito) por Imposto Diferido	(293)	(2 290)
	58 736	52 042
Taxa efectiva	6,89%	8,80%
Diferença por reconciliar	(129 871)	(79 130)
Reconciliação da diferença:		
Gastos não aceites (multas, depreciações)	149	149
Correcções a exercícios anteriores	41	2 240
Excesso de estimativa de IUR		
Dividendos	(1 009)	(795)
Beneficios fiscais	(492)	(130)
Equivalência Patrimonial	(97 174)	(85 127)
Justo valor	(1 179)	1 856
Menos Valias Fiscais	-	-
Outros	4 353	4 029
Reversão de Provisões	(34 366)	-
Tributação autónoma	98	937
Imposto diferido	(293)	(2 290)
	(129 871)	(79 130)

Determinação do excesso/insuficiência de imposto:

	2022
Estimativa de imposto 2021	54 332
Deduções (retenções efectuadas por terceiros)	268
Total de pagamentos por conta efectuados em 2021	28 548
Valor a recuperar / (pagar)	(25 517)
Valor a recuperar (efectivo) / (pagar)	(25 517)
Excesso/ (Insuficiência) de Imposto	0

	2021
Estimativa de imposto 2020	36 382
Deduções (retenções efectuadas por terceiros)	133
Total de pagamentos por conta efectuados em 2020	29 587
Valor a recuperar / (pagar)	(6 662)
Valor a recuperar (efectivo) / (pagar)	(6 662)
Excesso/ (Insuficiência) de Imposto	0

Nos termos da legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de cinco anos, podendo originar, devido a diferentes interpretações da legislação fiscal, eventuais correções ao lucro tributável. Não é previsível que qualquer correção tenha efeito significativo nas demonstrações financeiras anexas.

27 – Acréscimos e diferimentos

O saldo desta rubrica no Activo inclui, essencialmente a especialização dos rendimentos (juros) relativos as obrigações.

O valor registado no Passivo corresponde essencialmente a estimativa do subsídio de férias e prémio produtividade a liquidar em 2023.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2 022	2 021
Acréscimos de proveitos		
Juros a receber	8 123	8 556
	8 123	**8 556**
Acréscimos de custos		
Remunerações a liquidar	16 803	15 560
	16 803	**15 560**

28 – Outros credores por operações de seguros e outras operações

O detalhe desta rubrica em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é analisado como se segue:

	2 022	2 021
Contas a pagar por operações de seguro directo	13 387	9 298
Resseguradores	111 058	127 290
Contas a pagar por outras operações	62 827	61 865
	187 272	**198 453**

A diminuição na rubrica Contas a pagar por operações de Resseguro deve-se e regularização de contas de resseguro (conforme nota 15), para além da atividade corrente.

29 – Outras provisões

	2 022	2 021
Outras Provisões	16 700	172 907

Do montante de outras provisões reconhecido em 31 de Dezembro de 2022 e 31 de Dezembro de 2021, 16.700 contos são decorrentes de um litígio com a Administração Fiscal, correspondendo o valor provisionado à totalidade do valor reclamado.

A redução verificada nesta rubrica advém do desreconhecimento da provisão para contingências em investimentos (riscos de atividade) no valor de 156.207 contos, reconhecida aquando da aquisição de uma participação direta de 87% no BCN.

30 – Capital

Em 31 de dezembro de 2022, o capital social da Companhia é detido em 20% pela Sociedade Comercial Vasconcelos Lopes, Lda, 20% pela ING – Investimentos e Gestão, Lda, 20% pela Labesfal Farma Cabo Verde, Lda, 10,622% pela OLIGEST – Investimentos, SA, 7,716% por Luís Vasconcelos Lopes, 7% pela ALIANÇA - Negócios e Gestão, Lda e os restantes 14,66% por diversos accionistas nacionais, estando representado por 400.000.000 acções com o valor nominal de 1 conto, integralmente subscritas e realizadas.

A legislação comercial estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos a quinta parte do seu capital social, reserva que não é distribuível, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporadas no capital. As Reservas Legais da IMPAR atingiram o seu limite máximo, pelo que não há a necessidade de as constituir.

"É proibida a distribuição de lucros enquanto o valor mínimo da reserva legal referido acima não estiver preenchido ou reintegrado".

Quanto as restantes reservas não há condicionamentos, nem restrições à sua utilização e/ou distribuição.

Na Assembleia Geral da Companhia, realizada em 05 de Maio de 2022, foi deliberado que do resultado líquido do exercício findo em 31 de Dezembro de 2021, de mCVE 539.438, o montante de 389.438 fosse alocado, em 2022, às reservas livres da Companhia e mECV 150.000 fossem distribuídos a título de dividendos.

31 – Reservas de reavaliação, outras reservas e resultados transitados

	2 022	2 021
Reservas		
. Reserva Legal	80 000	80 000
. Prémios de Emissão	7 513	7 513
. Reservas Livres	1 591 680	1 202 242
. Outras Reservas	72 222	72 222
	1 751 415	**1 361 977**
Reservas de Reavaliação		
Por Ajustamentos no Justo Valor:		
. De Activos Financeiros Disponiveis para Venda	15	15
. De Investimentos em Subsidiárias	0	0
	15	**15**
Resultados Transitados		
. Investimentos Financeiros	416 403	421 530
. Outros Investimentos	91 631	91 631
. De Revalorização de Terrenos e Edificios Uso Próprio	27 297	27 297
	535 331	**540 458**

32 – Resultado por acção

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021, o apuramento do resultado por acção foi determinado como segue:

	2 022	2 021
Resultado Líquido do Exercício	793 313	539 438
Nº Acções	400 000	400 000
Resultado por Acção	**1,983**	**1,349**

33 – Dividendo por acção

Os dividendos distribuídos nos exercícios 2022 e 2021, relativos ao resultado líquido obtido em 2021 e 2020, respectivamente, tiveram o seguinte apuramento:

	2022	2021
Resultado Líquido atribuido	150 000	100 000
Nº Acções	400	400
Dividendos por Acção	**375,00**	**250,00**

34 – Transações com partes relacionadas

São consideradas partes relacionadas as empresas subsidiárias e associadas da Companhia, os Accionistas relevantes, bem como os membros dos Órgãos Sociais.

Relativamente aos Órgãos Sociais para além das remunerações reguladas pela Comissão de Remunerações, apenas se registam operações de seguro decorrentes da actividade seguradora normal e para os elementos que são em simultâneo accionistas o pagamento de dividendos.

No respeitante à subsidiária BCN a IMPAR desenvolve relações comerciais, nomeadamente o recebimento de prémios e pagamento de sinistros de operações de seguro directo, assim como pagamento de comissões em resultado dos negócios angariados pela subsidiária (bancassurance).

	2022					
Designação Contas	**SCVL**	**OLIGEST**	**LVL**	**ING**	**Aliança**	**Labesfal Farma**
Contas Ativo						
Contas a receber por operações de seguro directo	18					5
Contas a receber por outras operações	10 000					
	10 018	**-**	**-**	**-**	**-**	**5**
Contas Passivo						
Contas a pagar por operações de seguro directo						
Contas a pagar por outras operações			10 000			
Dividendos	30 000	15 934	11 574	30 000	10 500	30 000
	30 000	**15 934**	**21 574**	**30 000**	**10 500**	**30 000**

	2021					
Designação Contas	**SCVL**	**OLIGEST**	**LVL**	**ING**	**Aliança**	**Labesfal Farma**
Contas Ativo						
Contas a receber por operações de seguro directo	92					5
Contas a receber por outras operações						
	92	**-**	**-**	**-**	**-**	**5**
Contas Passivo						
Contas a pagar por operações de seguro directo						
Contas a pagar por outras operações			3 044			
Dividendos	20 000	10 623	7 191	20 000	7 000	20 000
	20 000	**10 623**	**10 235**	**20 000**	**7 000**	**20 000**

35 – Afectação dos Investimentos e Outros Activos

De acordo com as disposições legais, a Companhia é obrigada a afectar investimentos e outros activos pelo total das provisões técnicas, de acordo com os limites legalmente estabelecidos pelo BCV.

Os activos afectos e não afectos às carteiras que a Companhia explora são como se segue:

INVESTIMENTOS	2 022	%	2 021	%
Investimentos Afectos às Provisoes Técnicas do Ramo Vida				
Obrigações	270 000	45%	270 000	66%
Terrenos	63 160	11%	63 160	15%
Edifícios	8 500	1%	15 873	4%
Instrumentos de capital e unidades de participação - Ações	58 714	10%	58 714	14%
Outros Depósitos	200 000	33%	-	0%
	600 374	**12%**	**407 746**	**10%**
Investimentos Afectos às Provisoes Técnicas do Ramo Nao Vida				
Obrigações	334 615	8%	328 462	9%
Terrenos	18 236	0%	18 236	1%
Edifícios	293 239	7%	295 739	8%
Instrumentos de capital e unidades de participação - Ações	3 265 091	82%	2 824 470	80%
Outros Depósitos	60 000	2%	70 000	2%
	3 971 182	**82%**	**3 536 907**	**84%**
Investimentos não afectos				
Terrenos	20 188	8%	20 188	8%
Edifícios	233 542	92%	231 542	92%
Obrigações	10 500	4%	10 500	4%
Instrumentos de capital e unidades de participação - Ações	22 047	9%	22 047	9%
Imparidade de activos financeiros disponíveis para venda_Obrigações e Acções (-)	(32 547)	-13%	(32 547)	-13%
	253 730	**5%**	**251 730**	**6%**
Total Investimentos	**4 825 286**	**100%**	**4 196 384**	**100%**

36 – Natureza e extensão das Rúbricas e dos Riscos Resultantes de Contratos de Seguro e Activos de Resseguro

Risco de mercado

O risco de mercado está normalmente associado ao risco de perda ou à ocorrência de alterações adversas na situação financeira da Companhia e resulta do nível ou da volatilidade dos preços de mercado dos instrumentos financeiros, estando também fortemente relacionado com o risco de *mismatching* entre activos e passivos. Neste, incluem-se ainda os riscos associados ao uso de instrumentos financeiros derivados, bem como o risco cambial, o risco de acções, o risco imobiliário, o risco de taxa de juro e o risco de concentração. A gestão do risco de mercado é integrada no âmbito da Política Financeira, nas regras de afectação de activos por classe e tipo de emitente. As políticas de investimento adoptadas pela IMPAR, devidamente formalizadas, pautam-se por prudentes níveis de aceitação de risco e diversificação de carteira, atendendo à evolução dos mercados financeiros.

Em 2022 a política de investimento, foi da responsabilidade directa do Conselho de Administração, que definiu a política de risco para os investimentos.

Risco cambial

O risco cambial é originado pela volatilidade das taxas de câmbio, essencialmente face ao dólar dos Estados Unidos da América (USD), relativa aos contratos com os resseguradores. A exposição a este risco é residual, por força do reduzido valor de activos em moeda estrangeira. A análise de sensibilidade, por força do supra mencionado, resulta numa perda imaterial para a Companhia.

A IMPAR, nos poucos negócios celebrados em USD, mitigou o risco cambial nos seus negócios mediante a cobrança ao cliente do câmbio efectivo na data da transferência, ou seja, o risco cambial é totalmente transferido para o Cliente.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das cobranças/pagamentos ou à data do balanço, são registadas como rendimentos e gastos na demonstração dos resultados do exercício.

Risco de acções

O risco de acções incide sobre toda a carteira de investimentos financeiros em acções.

Encontram-se expostos a este risco os títulos bolsistas detidos pela Companhia e as participações da Companhia em outras empresas.

Os Investimentos da Companhia no BCN geraram valorização com impacto positivo nos resultados no montante de mCVE 435.686 e na IMOPAR mCVE 6.012.

Risco imobiliário

O risco imobiliário é originado pela volatilidade dos preços do mercado imobiliário. Os imóveis de rendimento que são propriedade da Companhia representam 8% dos activos expostos a este risco. A análise de sensibilidade é descrita como segue:

Imóveis - Descida de 10% no valor dos imóveis de rendimento: teria o impacto de mECV 36.864.

Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro verifica-se em relação a todos os activos e passivos cujo valor seja sensível a alterações da estrutura temporal ou da volatilidade das taxas de juro. Em termos de exposição ao risco, no que diz respeito aos activos encontra-se sobretudo nas Obrigações e Depósitos a Prazo, maioritariamente de taxa variável.

O cenário de descida de taxas é o único que poderá implicar perda de valor para a Companhia.

Risco de *spread*

O risco de *spread* reflecte a volatilidade dos *spreads* de crédito ao longo da curva de taxas de juro sem risco. Os títulos expostos a este risco são sobretudo obrigações *corporate*, existindo também em crédito estruturado. Não existe na IMPAR qualquer exposição a derivados de crédito.

Natureza e extensão dos riscos específicos de seguros

O risco específico de seguros corresponde ao risco inerente à comercialização de contratos de seguros, desenho de produtos e respetiva tarifação, ao processo de subscrição e de provisionamento das responsabilidades e à gestão dos sinistros e do resseguro.

Os processos de subscrição, provisionamento e resseguro encontram-se devidamente documentados no que respeita às principais atividades, riscos e controlos no relatório de política de risco.

Em termos sucintos, os mecanismos de controlo de maior relevância são:

- Delegação de Competências definida formalmente para os diferentes processos;
- Segregação de funções entre as áreas que procedem à análise de risco, que elaboram tarifários, que emitem pareceres técnicos e que procedem à emissão das apólices;
- Acesso limitado às diferentes aplicações de acordo com o respetivo perfil de utilizador;
- Digitalização da documentação nos processos de emissão e na gestão de sinistros;
- Procedimentos de conferências casuísticas, relatórios de exceção e auditorias;
- Política de recrutamento e formação adequada às responsabilidades e complexidade técnica das diferentes funções.

O nível de provisões é acompanhado mensalmente, com principal enfoque nas provisões para sinistros sobre as quais são efetuadas análises regulares sobre a suficiência das mesmas.

Os eventuais ajustamentos resultantes de alterações nas estimativas das provisões são refletidos nos resultados correntes de exploração. No entanto, devido ao facto da constituição das provisões para sinistros ser um processo necessariamente incerto, não pode haver garantias de que as perdas efetivas não sejam superiores às estimadas, estando este risco coberto pelo capital suplementar de solvência.

A Companhia pratica uma política de resseguro cedido com o objetivo de reduzir o impacto de riscos de ponta, de catástrofes e de concentração.

A análise de sensibilidade do risco de seguros, tendo em atenção as suas principais condicionantes

Área de análise	Cenários	Impacto resultados antes impostos	
		2 022	2 021
Custos com sinistros	Aumento de 5% nos custos com sinistos do exercício, líquidos de resseguro	-18 620	-16 178
Despesas	Aumento de 10% nos custos de exploração líquidos de resseguro	-13 514	-13 088
Rendimentos	Redução de 1% nas taxas de remuneração dos depósitos e obrigações	-237	-244

O risco de variações no nível de custos com sinistros e de despesas gerais deriva da influência que é exercida nestas rubricas seja por razões de maior ocorrência de factos geradores de custo, inflação ou menor eficiência interna.

Risco de concentração

O risco de concentração refere-se à adicional volatilidade existente em carteiras muito concentradas e às perdas parciais ou permanentes pelo incumprimento do emissor. A sua distribuição por sectores de actividade, é analisada como segue:

Construção 14% - Imóveis e IMOPAR
Transportes 0,7% - Obrigações TACV
Energia 0,2% - Acções Enacol
Financeiro 67% - Acções BCN, SEPI e SGPS
Industrial 1% - Acções Sita
Tecnologia 0,1% - Acções na CV Telecom
Obrigações – 12%
Depósitos a Prazo – 5%

Os valores englobam as rubricas de Investimentos em Subsidiárias, Activos Financeiros disponíveis para venda, Obrigações, Depósitos a Prazo e Imóveis (Terrenos e Edifícios).

Risco de liquidez

O risco de liquidez advém da possibilidade da Companhia não deter activos com liquidez suficiente para fazer face aos requisitos de fluxos monetários necessários ao cumprimento das obrigações para com os tomadores de seguros e outros credores à medida que elas se vençam. No âmbito da gestão de risco, são definidos procedimentos para mitigação deste risco, elaborando para tal a Companhia um

plano de tesouraria em base mensal, ajustado semanalmente às suas necessidades/excedentes de capital.

Risco de crédito

O risco de crédito corresponde às perdas possíveis por incumprimento ou deterioração nos níveis de crédito das contrapartes que se encontrem a mitigar o risco existente, como os contratos de resseguro, montantes a receber provenientes de mediadores, assim como outras exposições ao crédito que não tenham sido considerados no risco de spread. Como procedimento, é sistematicamente monitorizada a evolução dos montantes e a antiguidade dos prémios em dívida.

Na selecção dos resseguradores foram definidos níveis mínimos de rating, e existe um acompanhamento regular da sua evolução.

Risco operacional e risco reputacional

O risco operacional corresponde ao risco de perdas relevantes resultantes da inadequação ou falhas em processos, pessoas ou sistemas, ou eventos externos, no âmbito da actividade diária da Companhia, podendo subdividir-se nas seguintes categorias:

- Má conduta profissional intencional (fraude interna);
- Actividades ilícitas efectuadas por terceiros (fraude externa);
- Práticas relacionadas com os recursos humanos e com a segurança no trabalho;
- Clientes, produtos e práticas comerciais;
- Eventos externos que causem danos nos activos físicos;
- Interrupção da actividade e falhas nos sistemas;
- Riscos relacionados com os processos de negócio.

Como principais medidas de mitigação existentes na IMPAR face aos riscos atrás identificados, destacamos os seguintes:

- Procedimentos de prevenção da fraude interna e externa;
- Segurança no acesso às instalações;
- Segurança no acesso às bases de dados e aos sistemas de informação;
- Política de gestão de recursos humanos;
- Programas de treino e formação que abranjam a reciclagem de conhecimentos;

• Formação dos colaboradores que interagem directamente com os clientes;

• Plano de continuidade de negócio, que permitam a recuperação das actividades e funções de negócio críticas.

Adicionalmente, também integrado no risco operacional, encontra-se o risco legal. O conceito de risco legal engloba, entre outros, a exposição a coimas ou outras penalidades que resultem de acções de supervisão, assim como outro tipo de compensações. Como principais medidas implementadas para mitigação do risco legal, destacamos as seguintes:

• Políticas de prevenção de fraude, recursos humanos, subscrição ou gestão de sinistros, nas quais o risco legal é especificamente abordado;

• Procedimentos formais para monitorização do cumprimento dos diversos prazos legais a que a IMPAR se encontra sujeita.

Por norma, o risco reputacional pode resultar de situações tais como:

• Falhas ou dificuldades ocorridas durante o processo de gestão de sinistros, podendo originar a deterioração da relação entre a empresa de seguros e os tomadores de seguro, beneficiários ou terceiros lesados;

• Falhas no processo de subscrição, com impacto na relação com os clientes.

Neste sentido, das principais medidas que a Companhia implementou para fazer face ao risco reputacional, destacam-se:

• Existência de código de conduta implementado e divulgado;

• Existência de procedimentos no âmbito da gestão de reclamações;

Sistema de Controlo Interno

O Sistema de Controlo Interno pode ser definido como um conjunto de actividades de controlo que visam o cumprimento das políticas e procedimentos definidos na Companhia. Como tal, o Sistema de Controlo Interno representa a implementação de actividades de controlo para os riscos de não cumprimento das políticas e procedimentos definidos, nomeadamente ao nível das operações e *compliance*.

A estrutura organizativa que suporta o desenvolvimento do sistema de gestão de riscos e de controlo interno da Companhia assenta no modelo das três linhas:

• Um primeiro nível representado pelas diferentes Direções Operacionais, as quais assumem a função de áreas responsáveis;

• Um segundo nível representado pelo Gabinete de Controle Interno e a Auditoria Externa, ao qual cabe uma função de auditoria independente no âmbito da gestão de riscos, tendo como principal objectivo providenciar a garantia da efectividade dos controlos;

• Um terceiro nível representado pelo Conselho de Administração.

O Sistema de Controlo Interno na IMPAR encontra-se devidamente formalizado, evidenciando, entre outras, as rubricas seguintes:

• Processos e seus responsáveis e interlocutores dos processos;

• Principais actividades;

• Riscos: probabilidade de ocorrência, impacto estimado e nível de exposição;

• Controlos e sua avaliação;

• Recomendações.

Adequação dos prémios e das provisões

Relativamente à adequação dos prémios, procede-se anualmente à análise das bases técnicas e dos princípios e regras actuariais utilizados para a construção das tarifas relativamente aos referidos seguros, verificando nomeadamente, dentro do que é razoável prever, a adequação dos prémios praticados a uma base actuarial prudente de forma a garantirem os compromissos, assumidos pela Companhia, decorrentes dos sinistros associados aos seguros em causa.

Rácios de actividade

Os principais rácios de actividade, brutos de resseguro, são como segue:

	2 022	2 021
Rácio de Sinistralidade	37,9%	29,9%
Rácio de Despesa	16,5%	18,8%
Rácio Combinado	**54,5%**	**48,8%**
Rácio Financeiro	2,0%	2,0%
Rácio Operacional	**52,5%**	**46,7%**

Resseguradores

A Companhia dilui o risco contratado através de negócios de Resseguro Cedido com a seguinte composição:

Ramo / Grupo Ramos	Tip de Resseguro
Vida	Quota parte
Acidentes de trabalho	Excesso de perdas (XL)
Acidentes pessoais e doença	SURPLUS
Incêndio e outros danos	SURPLUS
Riscos catastróficos	Excesso de perdas (XL)
Marítimo Cascos	Quota parte / SURPLUS
Mercadorias transportadas	Quota parte / SURPLUS
Automóvel	Excesso de perdas (XL)
Aviação	Facultativo
Responsabilidade civil geral	Quota parte
Crédito e caução	Quota parte

37 – Solvência

A IMPAR monitoriza a solvência de acordo com a Norma Regulamentar e o cálculo da respectiva margem apresenta os seguintes componentes em mCVE:

	2022	2021
Elementos constitutivos do fundo de garantia	3 307 680	2 233 790
Margem de solvência a constituir	397 879	353 352
Resultado na óptica dos prémios	355 766	390 579
Resultado na óptica dos sinistros	115 998	132 783
Fundo de garantia mínimo legal (Vida e Não Vida)	37 500	37 500
Excesso/insuficiência da margem de solvência	2 909 800	2 246 649
Taxa de cobertura da margem de solvência	831%	630%

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021, os rácios de cobertura da Margem de Solvência correspondentes a 831% e 630%, situam-se acima dos requisitos exigidos pela lei, reflectindo uma situação financeira estável.

38 – Compromissos

À data deste relatório não existem compromissos significativos com impacto nas demonstrações financeiras anexas.

39 - Eventos subsequentes

Até à data de autorização para emissão das presentes demonstrações financeiras, não foram identificados eventos subsequentes que impliquem ajustamentos, tendo em consideração as disposições da IAS 10.

40 – Outras informações

IFRS Divulgações - Novas normas a 31 de dezembro de 2022, para os exercícios iniciados em 1 de janeiro de 2022:

1. Impacto da adoção de novas normas, alterações às normas que se tornaram efetivas para os períodos anuais que se iniciaram em 1 de janeiro de 2022:

a) **IAS 16** (alteração) 'Rendimentos obtidos antes da entrada em funcionamento'. Alteração do tratamento contabilístico dado à contraprestação obtida com a venda de produtos que resultam da produção em fase de teste dos ativos fixos tangíveis, proibindo a sua dedução ao custo de aquisição dos ativos. Esta alteração é de aplicação retrospetiva, sem reexpressão dos comparativos. Esta alteração não tem impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

b) **IAS 37** (alteração) 'Contratos onerosos – custos de cumprir com um contrato'. Esta alteração especifica que na avaliação sobre se um contrato é ou não oneroso, apenas podem ser considerados os gastos diretamente relacionados com o cumprimento do contrato, como os custos incrementais relacionados com mão-de-obra direta e materiais e a alocação de outros gastos diretamente relacionados como a alocação dos gastos de depreciação dos ativos tangíveis utilizados para realizar o contrato. Esta alteração deverá ser aplicada aos contratos que, no início do primeiro período anual de relato ao qual a alteração é aplicada ainda incluam obrigações contratuais por satisfazer, sem haver lugar à reexpressão do comparativo. Esta alteração não tem impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

c) **IFRS 3** (alteração) 'Referências à Estrutura conceptual'. Esta alteração atualiza as referências à Estrutura Conceptual no texto da IFRS 3, não tendo sido introduzidas alterações aos requisitos contabilísticos para as concentrações de atividades empresariais. Esta alteração também clarifica o tratamento contabilístico a adotar, relativamente aos passivos e passivos contingentes no âmbito da IAS 37 e IFRIC 21, e proíbe o registo de ativos contingentes da adquirida numa concentração de atividades empresariais. Esta alteração é de aplicação prospetiva. Esta alteração não tem impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

d) **Melhorias às normas 2018 – 2020**. Este ciclo de melhorias altera os seguintes normativos: IFRS 1, IFRS 9, IFRS 16 e IAS 41. Estas melhorias não têm impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

2. Normas (novas e alterações) publicadas, cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023, e que a União Europeia já endossou:

a) **IAS 1** (alteração), 'Divulgação de políticas contabilísticas' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023). Alteração aos requisitos de divulgação de políticas contabilísticas baseadas na definição de "material", em detrimento de "significativo". A informação relativa a uma política contabilística considera-se material caso, na ausência da mesma, os utilizadores das demonstrações financeiras não tenham a capacidade de compreender outras

informações financeiras incluídas nessas mesmas demonstrações financeiras. As informações imateriais relativas a políticas contabilísticas não precisam de ser divulgadas. O *IFRS Practice Statement 2* foi também alterado para clarificar como se aplica o conceito de "material" à divulgação de políticas contabilísticas. A adoção futura desta alteração não terá impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

b) **IAS 8** (alteração), 'Divulgação de estimativas contabilísticas' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023). Introdução da definição de estimativa contabilística e a forma como esta se distingue das alterações de políticas contabilísticas. As estimativas contabilísticas passam a ser definidas como valores monetários sujeitos a incerteza na sua mensuração, utilizadas para concretizar o(s) objetivo(s) de uma política contabilística. A adoção futura desta alteração não terá impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

c) **IAS 12** (alteração), 'Imposto diferido relacionado com ativos e passivos associados a uma única transação' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023). A IAS 12 passa a exigir que as entidades reconheçam imposto diferido sobre determinadas transações específicas, quando o seu reconhecimento inicial dê origem a valores iguais de diferenças temporárias tributáveis e diferenças temporárias dedutíveis. As transações sujeitas referem-se ao registo de: i) ativos sob direito de uso e passivos de locação; e ii) provisões para desmantelamento, restauro ou passivos semelhantes, e os correspondentes valores reconhecidos como parte do custo do ativo relacionado, quando na data do reconhecimento inicial não relevem para efeitos fiscais. Estas diferenças temporárias não estão no âmbito da isenção de reconhecimento inicial de impostos diferidos. Esta alteração é de aplicação retrospetiva. A adoção futura desta alteração não terá impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

d) Conforme referido na nota explicativa n.º 2, as demonstrações financeiras da Companhia são preparadas com base nos princípios contabilísticos consagrados no Plano de Contas para as Empresas de Seguros, estabelecido pelo Banco de Cabo Verde, o qual introduz as Norma Internacionais de Relato Financeiro. Face ao referido, e no respeitante às IFRS's 17 e 9, a IMPAR aguarda normativo emanado pelo Banco de Cabo Verde, tendo em vista a adoção das referidas normas.

3. Normas (novas e alterações) publicadas, cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023, e que a União Europeia ainda não endossou:

a) **IAS 1** (alteração), 'Passivos não correntes com "covenants"' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2024). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração clarifica que os passivos são classificados como saldos correntes ou não correntes em função do direito que uma entidade tem de diferir o seu pagamento para além de 12 meses após a data de relato. Também clarifica que os "covenants", que uma entidade é obrigada a cumprir na data ou em data anterior à data de relato, afetam a classificação de um passivo como corrente ou não corrente

mesmo que a sua verificação apenas ocorra após a data de relato. Quando uma entidade classifica os passivos resultantes de contratos de financiamento como não correntes e esses passivos estão sujeitos a "covenants", é exigida a divulgação de informação que permita aos investidores avaliar o risco de estes passivos tornarem-se reembolsáveis no prazo de 12 meses, tais como: a) o valor contabilístico dos passivos; b) a natureza dos "covenants" e as datas de cumprimento; e c) os factos e as circunstâncias que indiquem que a entidade poderá ter dificuldades no cumprimento dos "covenants" nas datas devidas. Esta alteração é de aplicação retrospetiva. A adoção futura desta alteração não terá impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

b) **IFRS 16** (alteração), 'Passivos de locação em transações de venda e relocação' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2024). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Introdução. Esta alteração introduz orientações relativamente à mensuração subsequente de passivos de locação, quanto a transações de venda e relocação que qualificam como "vendas" segundo a IFRS 15, com maior impacto quando alguns ou todos os pagamentos de locação são pagamentos de locação variáveis que não dependem de um índice ou de uma taxa. Ao mensurar subsequentemente os passivos de locação, os vendedores-locatários deverão determinar os "pagamentos de locação" e "pagamentos de locação revistos" de forma que estes não venham a reconhecer ganhos/(perdas) relativamente ao direito de uso que retêm. Esta alteração é de aplicação retrospetiva. A adoção futura desta alteração não terá impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

IV – PARECER DO ATUÁRIO

PARECER ATUARIAL

Para se emitir o parecer atuarial sobre a constituição das provisões técnicas da Seguradora IMPAR no período vigente de 01/01/2022 à 31/12/2022, tivemos de analisar se todas as constituições encontram-se em conformidade com o previsto e aprovado pelo Banco de Cabo Verde, nomeadamente o Parecer nº 110/78 de 31 de Dezembro, o Aviso nº 05/2010 e o Decreto Legislativo nº 03/2010 de 17 de Maio, assim foram avaliadas as provisões para os ramos "VIDA" e "NÃO VIDA":

PROVISÕES PARA O RAMO VIDA

As provisões matemáticas, que foram constituídas para o ramo vida estão de acordo com o disposto no Aviso nº 05/2010 e no Decreto Legislativo nº 03/2010 de 17 de Maio, estabelecidos, supervisionados e regulados pelo Banco de Cabo Verde e o Governo.

Essas provisões foram constituídas em conformidade com as bases de cálculo estabelecidas no referido Aviso e Decreto-Legislativo e são de uma forma geral suficiente para cobrir as provisões de sinistro.

PROVISÕES PARA O RAMO NÃO-VIDA

As provisões técnicas constituídas para este ramo, foram calculadas respeitando as bases técnicas previstas na lei e ainda em vigor a saber: o Aviso nº 05/2010 e o Decreto Legislativo nº 03/2010 de 17 de Maio, estabelecidos, supervisionados e regulados pelo Banco de Cabo Verde e o Governo.

De um modo geral as provisões técnicas e matemáticas constituídas são suficientes para cobrir os sinistros, o que se confirma comparativamente quando se observa os cálculos e comportamento nos anos anteriores.

Mindelo, 06 de fevereiro de 2023

José Carlos Rocha Dias

- /José Carlos Rocha Dias/ -

- Atuário -

V – PARECER DO FISCAL ÚNICO

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Senhores Accionistas,

1 – Nos termos da lei e do mandato que nos conferiram, apresentamos o relatório sobre a actividade fiscalizadora desenvolvida e damos parecer sobre o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras apresentadas pelo Conselho de Administração da IMPAR – Companhia Caboverdiana de Seguros, SA, relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2022.

2 – No decurso do exercício acompanhamos, com periodicidade e a extensão que consideramos adequada, a actividade da Empresa. Verificamos a regularidade da escrituração contabilística e da respectiva documentação e procedemos às inspeções que consideramos actos do Conselho de Administração, o qual, no melhor espírito de colaboração, nos apresentou sempre as provas e os esclarecimentos solicitados.

3 – No âmbito das nossas funções verificamos que:

i) as Demonstrações Financeiras e os correspondentes Anexos permitem uma adequada compreensão da situação financeira da empresa e dos seus resultados;

ii) as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados são adequados;

iii) o Relatório de Gestão é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios e da situação da sociedade evidenciando os aspectos mais significativos;

4 – Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas e com base no draft do relatório de auditoria elaborado pelo Auditor Independente, a PricewaterhouseCoopers Cabo Verde – Sociedade de Auditores Certificados, Lda, que não inclui reservas mas inclui uma enfase, relativo a "não preparação de demonstrações financeiras consolidadas" somos do parecer que:

i) seja aprovado o Relatório de Gestão;

ii) sejam aprovadas as Demonstrações Financeiras;

iii) seja aprovada a proposta de aplicação dos resultados líquidos.

S.Vicente, 17 de Março de 2023

O Fiscal Único

António Pedro Gomes Silva

VI – RELATÓRIO DE AUDITORIA

Relatório do Auditor Independente

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da IMPAR - Companhia Caboverdiana de Seguros, SARL (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2022, a conta de ganhos e perdas, a demonstração de alterações no capital próprio e a demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da IMPAR - Companhia Caboverdiana de Seguros, SARL em 31 de dezembro de 2022 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Cabo Verde para o setor segurador.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs). As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras".

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Somos independentes da Entidade de acordo com os requisitos do código de ética do *International Ethics Standards Board for Accountants* (IESBA) e com os requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem Profissional de Auditores e Contabilistas Certificados, relevantes para a auditoria de demonstrações financeiras em Cabo Verde, e cumprimos as restantes responsabilidades éticas previstas nestes requisitos e no código de ética do IESBA.

Ênfase

Conforme descrito na nota 2 do anexo às demonstrações financeiras, a Entidade não prepara demonstrações financeiras consolidadas, em virtude de considerar não existir legislação específica em Cabo Verde, que obrigue a tal. Também como divulgado na referida nota, a preparação de demonstrações financeiras consolidadas conduziria a um resultado líquido e a capitais próprios semelhantes àqueles já relevados nas demonstrações financeiras anexas da Entidade, uma vez que a mesma mensura os investimentos detidos em entidades filiais relevantes pelo método da equivalência patrimonial, apropriando-se da respetiva quota parte detida no resultado líquido e capitais próprios das entidades relevantes controladas.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

Outra informação – relatório de gestão

O órgão de gestão é responsável pela preparação do relatório de gestão. A outra informação compreende o relatório de gestão, mas não inclui as demonstrações financeiras e o relatório do auditor sobre as mesmas.

A nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não cobre a informação constante do relatório de gestão e não expressamos qualquer garantia de fiabilidade sobre essa outra informação.

No âmbito da auditoria sobre as demonstrações financeiras, a nossa responsabilidade é fazer uma leitura do relatório de gestão e, em consequência, considerar se a informação constante do relatório de gestão é materialmente inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o conhecimento que obtivemos durante a auditoria, ou se de qualquer outra forma aparenta estar materialmente distorcida. Se, com base no trabalho efetuado, concluirmos que existe uma distorção material nesta outra informação, exige-se que relatemos sobre esse facto. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades do órgão de gestão e dos encarregados da governação pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela preparação e apresentação apropriadas das demonstrações financeiras de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Cabo Verde para o setor segurador, e pelo controlo interno que determine ser necessário para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro.

Quando prepara demonstrações financeiras, o órgão de gestão é responsável por avaliar a capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias relativas à continuidade e usando o pressuposto da continuidade a menos que o órgão de gestão tenha a intenção de liquidar a Entidade ou cessar as operações, ou não tenha alternativa realista senão fazê-lo.

Os encarregados da governação são responsáveis pela supervisão do processo de relato financeiro da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

a) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que

respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

b) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;

c) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;

d) concluímos sobre o uso apropriado, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades; e

e) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada.

Comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as matérias relevantes de auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada por nós durante a auditoria.

17 de março de 2023

PricewaterhouseCoopers Cabo Verde
- Sociedade de Auditores Certificados, Lda.
representada por:

Armando José Carvalho Ferreira Rodrigues, Auditor Certificado

www.impar.cv

LINHA GRÁTIS
800 2000
comercial@impar.cv
sinistro@impar.cv